

“A prática deste movimento caminha mais rápida que as teorias não só da oposição parlamentar, como da maioria da esquerda extra-parlamentar. Cansada de ser personagem em busca de um autor, a classe decide, ela própria, elaborar o enredo de sua peça.”¹¹¹

Essa linha crítica dos intelectuais da Desvios chegava então a chamar a atenção para a dimensão fenomenológica das experiências dos trabalhadores e demais setores populares. “Eis que a fábrica não é ‘pensada’, mas ‘vivida’. Com isto queremos frisar que o espaço fabril não permeia o discurso operário-sindical como alvo.”¹¹² Daí se deduz que os “autonomistas” paulistas percebiam de modo acurado que não deviam mais os intelectuais de esquerda impor seus padrões de racionalidade e discursividade ao seu sujeito investigado privilegiado, as classes populares. Visualizando-se a fenomenologia dessas classes, não apenas se revelava a autonomia do movimento popular, mas também se projetava uma renovação radical do pensamento social brasileiro, renovação que em parte se efetuou. Algo que foi de responsabilidade do coletivo da Desvios, um pouco antes – e em maior escala – dos participantes do CEDEC, bem como de parcelas significativas do campo intelectual da época.

2.3 Intelectuais e o apoio ao mundo operário-popular paulistano

“Rousseau condenava-se à pobreza e à rejeição, convencido de que assim estava moralmente do lado bom. (...) Rousseau inventou a figura do escritor réprobo, porta-voz do mundo real contra um mundo social dominado pela aparência e pelas perversões do poder.”
(LEPAPE, Pierre - **Voltaire - Nascimento dos Intelectuais no Século das Luzes**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 199)

Nesta parte faço um rápido apanhado de alguns outros locais de produção intelectual sobre o movimento popular nas décadas de 1970 e 80 na cidade de São Paulo: GEP-URPLAN, CEPIS, Reconstrução de Lutas Operárias, CPV e setor de formação política da CUT/SP. Tais locais se constituíam em espaços de interação entre intelectuais engajados e militantes sindicais e populares, já que envolviam, por vezes, antes assessoria do que pesquisa, embora esta última também se fizesse presente. Tendo em vista que não fui exaustivo na investigação a respeito desses *lôcus* de atividade intelectual, a idéia aqui consiste

¹¹¹ GARCIA, Marco Aurélio – *São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário – notas para discussão*, p. 14.

¹¹² MARONI, Amnérís & GOMES, Augusto Portugal – *A Gestão da Produção como Forma de Luta*, p. 54.

apenas em apresentar um panorama do ambiente político paulistano de esquerda centrado no movimento sindical e popular que contava com presença significativa de ativistas intelectuais.

O URPLAN era o Instituto de Planejamento Regional e Urbano, vinculado a PUC/SP. Ele foi criado ao final da primeira metade da década de 70 por professores como o já citado Luiz Eduardo Wanderley e o arquiteto e urbanista Cândido Malta Campos Filho (da USP), entre outros intelectuais engajados, muitos oriundos da JEC (Juventude Estudantil Católica). Inicialmente o URPLAN dividia o mesmo espaço físico junto com o CEDEC, uma casa em frente a PUC/SP, no bairro de Perdizes.

Apesar da ligação com a PUC/SP, o URPLAN parecia ter uma grande autonomia, a ponto de um de seus membros, Silvio Caccia Bava, defini-lo como uma espécie de ONG que era também um centro de pesquisas voltado para as problemáticas dos movimentos sociais e das políticas públicas.¹¹³

Várias pesquisas foram desenvolvidas pelos participantes do URPLAN como, por exemplo, o “Estudo de Alternativas de Viabilização das Experiências de Construção de Moradias Econômicas, para a População com Renda Familiar compreendida entre 0 e 5 Salários Mínimos, mediante a Utilização dos Sistemas de Auto-Ajuda e Ajuda-Mútua”, realizada nos anos de 1975 e 1976, com a participação de Luiz Eduardo Wanderley, entre outros. Outras iniciativas do URPLAN eram atividades de extensão como cursos de especialização, ministrados entre 1974 e 1980, com diversos temas: “Desenvolvimento Urbano e Mudança Social”, “Movimentos Sociais Urbanos e Urbanização”, “Planejamento Urbano”, “Participação Popular”, etc.

Maria da Glória Gohn, que participou de vários cursos dados pelo URPLAN, comenta:

“(...) os cursos conferiam um certificado. E, então, eles eram bastante demandados na época (...). Quem eram os nossos alunos? Profissionais que trabalhavam no Estado. A Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura, na época, tinha um programa grande também com a periferia. Foi numa época em que se criaram os Conselhos Comunitários. (...) alguns cursos eram às vezes demandas dos próprios órgãos públicos. Então, às vezes a gente quando começava o curso já tinha quase que 50% de alunos já pré-inscritos porque

¹¹³ SCHERER-WARREN, Ilse & ROSSIAUD, Jean – **A Democratização Inacabável – as memórias do futuro**, Petrópolis, Vozes, 2000 (entrevista de Silvio Caccia Bava concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 235.

eram demandas que vinham. Também lideranças, que nós tínhamos sempre vagas, não se cobrava nada para as várias lideranças que faziam e alunos formados de diferentes áreas. (...) também os cursos abriam espaço pra debates.”

“(...) era sempre, assim, uma paixão. Virava, assim, alguma coisa que realmente todo mundo se integrava...”¹¹⁴

Pedro Jacobi, outro participante do URPLAN, relata:

“(...) quando eu cheguei do mestrado nos Estados Unidos eu comecei a me envolver num projeto de pesquisa sobre auto-construção na Região Metropolitana [de São Paulo] e aí, como a gente fez um trabalho dentro do URPLAN, eu conheci o CEDEC e eu passei do URPLAN pro CEDEC. O URPLAN tinha um grupo que trabalhava com educação popular (...), eu não participei desse grupo não, nunca fiz educação popular.”¹¹⁵

O grupo a que se refere Jacobi chamava-se GEP-URPLAN, Grupo de Educação Popular do URPLAN. Participavam dele, entre outros, os já citados Hamilton Faria e Silvio Caccia Bava, bem como Leila Blass e Silvia Manfredi (educadora da USP).

Um bom exemplo dos trabalhos realizados pelo GEP-URPLAN era a série Cadernos do Trabalhador, editada a partir de 1980. Os primeiros Cadernos foram os seguintes: “41 Dias de Resistência e Luta (uma análise da greve por quem dela participou)”, nº 1; “Forjando o Aço, Forjando a Luta (Grupo de Fábrica)”, nº 2; “A Força que Nasce de Nós (a luta nos bairros vista por quem dela participa)”, nº 3; “Nas Raízes da Democracia Operária (a história da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo)”, nº 4; e “Repressão nas Fábricas: cala a boca, peão”, nº 5.

Este último número foi produto de uma redação coletiva que envolveu Hamilton Faria, Leila Blass, Silvia Manfredi e Silvio Caccia Bava, entre outros. Ele foi distribuído pelo CPV (Centro Pastoral Vergueiro). Algumas passagens deste número são relevantes para mostrar as análises correntes dos intelectuais que se dedicavam não só a pesquisar, mas também a assessorar de várias maneiras os movimentos populares:

¹¹⁴ Cf. entrevista por mim realizada com Maria da Glória Gohn em abril de 2006, em São Paulo/SP.

¹¹⁵ Cf. entrevista por mim realizada com Pedro Jacobi em abril de 2006 em São Paulo/SP.

“Esse caderno aborda, na linguagem do próprio trabalhador, uma das questões vitais de sua história: a repressão na fábrica.”

“São poucas as publicações que tratam das formas de opressão do capital no cotidiano fabril e das lutas operárias, muitas vezes surdas, que acontecem no interior da produção. No entanto, é nas fábricas que o capital impõe suas formas de dominação mais cruéis, onde predomina o autoritarismo, a hierarquia e o controle. É o lugar também onde muitos trabalhadores procuram de todo jeito resistir e enfrentar essa dominação. Este caderno, portanto, pretende servir como instrumento pedagógico que ajude na discussão dessa questão.”

“A metodologia empregada é a mesma dos quatro cadernos anteriores: foram gravados depoimentos de vários trabalhadores; em seguida, foram escolhidos os trechos mais significativos de cada depoimento e as situações que melhor mostravam a repressão exercida pelo capital sobre a classe trabalhadora.”¹¹⁶

Como em outros textos de cunho sociológico do período, ainda mais que alguns intelectuais do URPLAN e do GEP-URPLAN tinham passagens pelo CEDEC ou participavam do coletivo da revista *Desvios*, verifica-se aqui a ênfase na experiência operária em seu cotidiano, diante da dominação exercida mediante as diversas instâncias de (micro-)poder fabril. Bem como o ímpeto analítico e político de “dar voz” aos trabalhadores, considerados por esses intelectuais como os protagonistas maiores dos processos de mudança por que passava a sociedade brasileira.

Outro lugar importante de articulação intelectual vinculada aos movimentos populares, e que em boa medida girava em torno dos círculos religiosos de esquerda centrados na PUC-SP, era o CEPIS – o Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientae*.

O Instituto *Sedes Sapientae* consistia inicialmente numa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ligada à Igreja Católica e fortemente influenciada pela Teologia da Libertação desde fins da década de 1960. Este Instituto buscava aprofundar sua atuação junto a setores subalternizados de nossa sociedade. Seus membros se relacionavam com setores de esquerda, inclusive não-católicos. Em 1970 o Instituto integrou-se à PUC-SP, situação que

¹¹⁶ _____ - *Repressão nas Fábricas: cala boca, peão* in **Cadernos do Trabalhador**, nº 5, São Paulo, GEP-URPLAN, 1983, p. 5, 5/6 e 6, respectivamente.

perdurou até 1975, quando então passou a funcionar como uma espécie de centro cultural. O CEPIS surge nesta época:

“O Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientae é originário do Centro de Educação que iniciou suas atividades em 1975. No entanto, foi somente em 1977 que o Centro incorporou, como característica básica de sua atuação, a vertente popular do trabalho educativo, com o objetivo específico de fazer formação política voltada à organização das classes populares na perspectiva da transformação social.”¹¹⁷

Um dos fundadores do CEPIS, Frei Beto, acentua que se tratava de um grupo de leigos e ex-presos políticos que, após a derrota da luta armada, passaram a priorizar o trabalho popular – a formação de lideranças numa perspectiva contrária ao elitismo corrente na sociedade brasileira e na esquerda. A primeira “Equipe de Treinamento do CEPIS”, formada por 12 pessoas e objetivando a “formação política das lideranças inseridas no movimento social” (seja o caso de movimentos populares ou de pastorais), era composta por psicólogos, economistas, pedagogos, sociólogos, engenheiros, arquitetos, jornalistas, geógrafos e religiosos. Já na segunda metade dos anos 80, o CEPIS tinha cerca de 35 membros.¹¹⁸

Quais eram os trabalhos desenvolvidos pelo CEPIS?

“acompanhamento a grupos de base, assessoria aos movimentos populares e sindicais, criação de recursos pedagógicos (cartilhas, cartazes, etc.); acompanhamento do grupo de estudos de agentes de pastoral no Sedes e a realização de seminários para agentes de base.”¹¹⁹

Inicialmente o CEPIS se envolveu com movimentos sociais urbanos em São Paulo: lutas por creches, postos de saúde e coleta de lixo, por exemplo. Também desenvolviam recursos pedagógicos (cartilhas e material áudio-visual, por exemplo) relacionados ao

¹¹⁷ SOUZA, Ozani Martiniano de – **O Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientae: origem, consolidação e crise contemporânea** (Dissertação de Mestrado), PUC/SP, 2000, p. 23, bem como p. 20/21. A pequena recapitulação que faço da trajetória do CEPIS é totalmente baseada nessa Dissertação, mas as conclusões que tiro, obviamente, são de minha inteira responsabilidade.

¹¹⁸ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 24, 27 e 57.

¹¹⁹ *Idem*, p. 32.

movimento operário e popular. Posteriormente passou a prestar assessoria não só para movimentos de moradores de bairros populares, mas também para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Bem como, secundariamente, a atuar junto a movimentos de trabalhadores rurais. Nos primeiros anos da década de 1980 o CEPIS definiu três eixos de atuação: assessoria a movimentos sociais urbanos em geral (chamados movimentos populares), auxílio na construção da CUT e reflexão sobre a prática pastoral. Por vezes, algumas dessas atividades eram realizadas conjuntamente com o CPV e o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (outro organismo dedicado aos movimentos sociais). O CEPIS também mantinha relações com o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), sediado no Rio de Janeiro, integrando o Conselho Editorial deste último, por exemplo.¹²⁰

O trabalho de educação popular e formação política do CEPIS, congregando militantes cristãos, marxistas e da esquerda em geral, envolvia a produção de diversos materiais de cunho pedagógico e cultural, incluindo vídeo, música, poesia, etc. Um bom exemplo foi o disco em homenagem ao operário Santo Dias, membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e ativo militante das CEBs e de movimentos sociais urbanos, assassinado pela Polícia Militar durante uma greve em 1979. O disco contava com a participação, entre outros, de um grupo chamado Canta-Poema, do qual participavam o músico Arnaldo José França Mazzei Nogueira (que será mencionado com mais atenção posteriormente) e o poeta Mauro Iasi (de atuação destacada no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio), ambos futuros cientistas sociais, e que na época eram próximos a dissidências internas do PCB.¹²¹

Com o avanço e a ampliação das articulações envolvendo as organizações populares, nos anos 80, como era o caso da CUT e da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), o CEPIS “passou a prestar assessoria permanente nas instâncias centralizadas das entidades”. O CEPIS ficou responsável, inclusive, pelo setor de formação e recursos pedagógicos do Instituto Cajamar, ligado ao PT. Em contrapartida, a “preocupação colocada pelo Centro foi a atenção contínua no trabalho de base”. Segundo Ozani Martiniano de Souza, essa tensão tornou-se constante: “O CEPIS integrou a coordenação da CUT, acompanhou a elaboração do plano de trabalho e a preparação do seu primeiro Congresso. Conseqüentemente, compreende-se a preocupação do Centro em relação à manutenção do trabalho de base.” Assim, buscava-se priorizar especialmente a formação política das lideranças populares. O CEPIS definia, em seus documentos internos já no final

¹²⁰ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 46, 47, 49, 54, 56 e 71.

¹²¹ Entrevista por mim realizada com Arnaldo José França Mazzei Nogueira em abril de 2006, em São Paulo/SP.

dos anos 80, que “a especificidade de seu trabalho estava no campo metodológico, que consegue articular a formação com a organização política.”¹²²

Esta tensão é reveladora de um elemento importante, aqui já enfatizado, do campo intelectual brasileiro que buscava se vincular ao emergente campo popular. Apesar da ocorrência de uma verticalização inicial das organizações operárias e populares ligadas à cultura política cutista-petista, ilustrada pela construção nacional da CUT, os intelectuais do CEPIS não compreenderam como “natural” uma atuação privilegiada deles junto às cúpulas dessas novas organizações. Pelo contrário, acentuaram uma atitude de alerta no sentido de continuar privilegiando o trabalho de base. Isto se devia não só ao fator “basista” dessa cultura política dominante no emergente campo popular. Mas também à subsunção do campo intelectual ao campo popular, efetivada por esses “novos” intelectuais vinculados aos movimentos sociais, que respeitavam, acima de tudo, a expressividade empírica e fenomenológica das experiências dos “de baixo”, fornecendo-lhes – ou melhor, reconhecendo neles – sua legitimidade teórica e analítica.

Evidencia-se essa subsunção – sempre relativa – da intelectualidade diante dos movimentos sociais em documentos internos do CEPIS, nos quais se afirmava que a educação popular não iria “tomar o poder”, mas sim servir de instrumento para que os setores dominados encontrassem caminhos para a transformação social. Essa transformação apenas seria viável se levada à frente com a participação decisiva de “novos atores sociais”.¹²³

O primado da força empírica e fenomenológica dos movimentos dos setores subalternizados da sociedade brasileira, presente no CEPIS (bem como em outras organizações intelectuais de pesquisa e apoio ao campo popular), aparecia, no meu entender, também em outro debate interno vivido pelos seus participantes. De acordo com Ozani Martiniano de Souza, este debate envolveu uma concepção vanguardista e teoricista da formação política. Que, por um lado, criticava apropriadamente a suposição de que apenas ações práticas educavam os militantes populares (o “obreirismo” – ou “basismo” em sua acepção negativa). Mas, por outro, acabava incorrendo na “absolutização do trabalho de formação política” como solução para as fraquezas dos movimentos sociais em geral. A meu ver, por trás desta absolutização havia uma valorização da teoria em si que não “casava” adequadamente com a emergente cultura política de esquerda que percebia como “novo” e estratégico os movimentos construídos concretamente pelos setores operários e populares. Não por acaso, a solução dessa polêmica no interior do CEPIS se deu com a identificação de

¹²² SOUZA, *Op.Cit.*, p. 54; também p. 53, 68 e 79 e 80.

¹²³ *Idem*, p. 88 e 93.

que era necessário buscar uma relação dialética entre teoria e prática.¹²⁴ No quadro de uma militância de esquerda que se aferrava antes à educação popular do que a dogmas ou postulados ideológicos mais claros, certamente a formação política acabava por levar em conta mais as práticas populares de luta do que o acúmulo teórico socialista ou marxista ortodoxo.

Isto é coerente com o fato de os intelectuais do CEPIS, bem como a esquerda influenciada pela Teologia da Libertação de um modo geral, terem como referência política e ideológica importante a Revolução Nicaragüense, bem como a temática da identidade latino-americana. Coerentes com as práticas e discussões que desenvolviam, inclusive o componente ideológico basista (em seu sentido positivo) antes referido, seus membros eram pouco afeitos a valorizar centralmente a Revolução Russa ou outros modelos da “esquerda tradicional”¹²⁵, considerada por eles vanguardista e cupulista.

A abrangência da atuação do CEPIS não se restringia a São Paulo:

*“Para ilustrar o volume de solicitações dirigidas ao Centro, houve, no decorrer de 1984, 119 atividades esporádicas entre encontros de formação, palestras, reuniões e seminários. Destas, 8 atividades forma mobilizações de massa. Do total de encontros, 90 realizaram-se em São Paulo, 3 no Rio de Janeiro, 1 no Acre, 4 no Espírito Santo, 2 em Goiás, 1 na Bahia, 2 em Pernambuco, 10 em Minas Gerais, 21 no Pará. Participou ainda de encontros internacionais: 1 na Nicarágua e 1 no Peru.”*¹²⁶

Entre os temas desenvolvidos pelo CEPIS, notadamente em suas atividades de formação política, pode-se citar: “Classes Sociais e Lutas de Classes”, “Mudança de Sociedade e Construção do Socialismo”, “Conjuntura do Movimento Sindical Nacional”, “Conjuntura Política”, “A Situação da Igreja na América Latina”, “Educação Popular e Prática Política”, “Poder Popular” e “Metodologia de Observação Participante”.¹²⁷

Por volta da metade dos anos 80

¹²⁴ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 83/84.

¹²⁵ *Idem*, p. 86/88.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 54.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 55 e 90/91.

*“os integrantes do CEPIS avaliaram que houve um amadurecimento das várias organizações populares, de modo que já não dependiam permanentemente de assessoria do Centro, pois suas lideranças desenvolveram uma metodologia própria para o trabalho de base. Logo, o foco central no campo popular seria no sentido de contribuir para a consolidação dos enraizamentos populares emergentes, e as assessorias em entidades estruturadas passaram a ser esporádicas.”*¹²⁸

Como bem analisa Ozani Martiniano de Souza, esse processo estava relacionado a outro, no qual “vários organismos populares, a exemplo da CUT, começaram a criar suas próprias instâncias de formação política e cultural.” De acordo com este autor, essa situação “colocou novos desafios e tarefas não só para o CEPIS, mas, também, para os centros de Educação Popular em geral, que prestam serviços de assessoria.” E ele acrescenta:

“O expressivo crescimento do trabalho desenvolvido pelo CEPIS foi, sem dúvida, fruto também do amadurecimento e da consolidação das lutas populares. Este quadro colocou para os centros de Educação Popular, e de modo particular para os militantes do CEPIS, novas questões para reflexão acerca da viabilidade dos centros face à estruturação das instâncias de formação, principalmente sindicais. Este debate tornou-se significativo pois foi o primeiro momento na história do CEPIS, e dos centros em geral, em que se questionou a sobrevivência do centro de educação como instrumento de formação e organização popular.”

“(...) Nesse debate, um segmento defendia a diluição dos centros nas organizações de formação criadas, e com mais ênfase no interior da CUT. A avaliação desse setor sustentou-se no argumento de que as demandas dos centros haviam aumentado, produto da própria intervenção destes nos movimentos sociais, de modo particular no movimento sindical. Entretanto, essas organizações passaram a criar seus próprios programas de formação: logo os

¹²⁸ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 60.

*centros haviam cumprido seu papel de articulador. Dali em diante, deveriam incorporar a totalidade dos trabalhos dos centros de educação ao projeto de formação sindical desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores.”*¹²⁹

Ozani Martiniano de Souza cita extensamente a crítica do psicólogo e educador Pedro Pontual, um dos membros mais destacados do CEPIS, a este posicionamento. Pontual entendia não ser necessário que os centros de educação/formação/assessoria se diluíssem nas estruturas internas das organizações do movimento popular e sindical. Avaliava ser melhor estabelecer uma relação mais orgânica, especializada e qualificada entre tais centros e as organizações do movimento social. Entendia também Pontual que era preciso manter a identidade própria dos centros para melhor atender às complexas necessidades das organizações populares. Foi esta segunda posição que prevaleceu no CEPIS, sendo ela, na compreensão de Ozani Martiniano de Souza, correspondente a uma visão mais abrangente e diversificada dos centros:

*“Mesmo frente a esta complexa formação dos movimentos sociais, algumas organizações optaram pela atuação exclusiva junto ao movimento sindical, pois tais organizações carregavam a forte tradição marxista em torno da idéia de que o protagonismo da revolução social caberia exclusivamente à classe operária. O CEPIS considerou esta uma visão equivocada pelo fato de não levar em conta as ricas experiências recentes de articulação entre movimentos sociais e movimento sindical, sem privilégios para este último e pelo fato de ignorar que a contradição entre capital e trabalho se dar também na esfera da reprodução social.”*¹³⁰

Essa polêmica foi muito importante. Foi vivida por intelectuais atuantes em centros de assessoria como era o caso do CEPIS, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e de outros organismos de apoio ao movimento popular, onde a reflexão política, social e cultural era pouco sistematizada, ainda que sempre presente. Ela aparentemente nunca foi uma questão própria a ser enfrentada por intelectuais localizados em

¹²⁹ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 72 (dois parágrafos transcritos); também p. 61.

¹³⁰ *Idem*, p. 77; veja-se também p. 73/74.

centros de pesquisa como o CEDEC, onde as atividades de engajamento junto aos movimentos sociais como assessorias, por exemplo, eram resultados ou conseqüências das práticas de investigação, de qualquer maneira a elas sempre vinculadas ou subordinadas. Certamente que a forma organizativa pela qual flui a relação entre intelectuais e movimentos populares é uma questão central aqui. No caso do CEPIS a solução foi a que preservou a especificidade e a autonomia do *lôcus* de atuação do intelectual. No caso da FASE, veremos, também. Na trajetória desta última, a ser revista muito sucintamente mais tarde, buscarei explicitar melhor as questões envolvidas nessa polêmica (inclusive retomando a argumentação acima exposta de Pedro Pontual, em parte apresentada por Ozani Martiniano de Souza), que inclusive levou à formação de um dissenso significativo na FASE. Da mesma forma, será vista a experiência envolvendo a área de formação política na CUT/SP, um caso oposto ao da FASE e do CEPIS, já que implica a subordinação explícita e direta da atividade intelectual a uma organização de trabalhadores.

O CEPIS, em sua trajetória, ainda que contribuindo para a consolidação e expansão de uma cultura política que valorizava sobremaneira a experiência própria dos setores subalternizados da sociedade brasileira, acabou por demarcar a singularidade do trabalho intelectual engajado. Até por conta, indiretamente, da então recorrente defesa da autonomia da sociedade civil diante do Estado, de instituições/estruturas correlatas ou assemelhadas. Mesmo quando o CEPIS passou a atuar – por meio de sua equipe de alfabetização – junto a “novos espaços institucionais” como a Prefeitura petista de São Paulo no final da década de 80, propugnava uma postura de independência em relação a governos, já que “seu *lôcus* essencial de atuação” era o movimento social, não se dispondo o CEPIS a aceitar a “condição de ‘funcionário’”.¹³¹

No início da década de 1980, em São Paulo, outra articulação intelectual envolvida com o campo popular foi a Reconstrução de Lutas Operárias – Educação, Assessoria e Pesquisa. Dele participavam intelectuais como Vera da Silva Telles, Iram Jácome Rodrigues (sociólogo que viria a ser professor da USP) e outros. Amnéris Maroni era uma colaboradora desse grupo. Vera da Silva Telles assim fala sobre o surgimento dessa iniciativa:

“A gente fazia uma aposta exatamente contra o sindicato, é uma turma que via com muita reserva seja a CUT, seja o próprio PT. Entrou [para a CUT e o PT] e tal, mas... [com] uma certa reserva.

¹³¹ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 96/97.

Naquela época ainda havia essa articulação muito forte pelas organizações de bairro. (...) E, passados os períodos mais ativos de greve, teve um grupo que se afinava muito, pessoas que vieram de lugares muito diferentes: mais partidários, menos partidários, dissidências, não dissidências, inteiramente à toa como eu. Em relação às políticas mais institucionais, [éramos] mais radicais, sempre, sempre muito na reserva. Daí a gente montou um grupo que eu acho que foi uma das primeiras ONGs dos anos 80. Naquela época a gente nem falava em ONG, né? E um grupo que acabou se mantendo por um bom tempo chamado... como é que a gente chamou esse grupo? Era grupo de Reconstrução de Lutas Operárias. A gente tinha uma sede muito mixuruca no centro da cidade e a gente se dispunha exatamente a fazer uma assessoria aos grupos operários.”

“Tinha uma pessoa que era tradutor, outro que era professor primário. Eu não era nada, estava terminando meu mestrado, me virando como podia também, fazendo pesquisa aqui, pesquisa ali.”¹³²

Iram Jácome Rodrigues entrara no coletivo Reconstrução de Lutas Operárias, onde ficou até por volta de 1984, vindo de um trabalho na FASE/SP sobre movimento sindical, realizado em 1980. Conflitos internos na FASE acabaram acarretando sua saída e de outros ativistas, acontecimento que veremos mais adiante quando for vista resumidamente a história da FASE no que tange à vinculação como o movimento sindical e movimentos sociais urbanos. Iram Jácome Rodrigues relata que a Reconstrução de Lutas Operárias tinha o apoio do CPV (Centro Pastoral Vergueiro).¹³³

O coletivo Reconstrução de Lutas Operárias era contemporâneo de um ativismo muito grande de intelectuais paulistas, por conta da explosão de movimentação operária e popular na transição dos anos 70 para os 80, tanto no ABC quanto na capital paulista. Era uma entre várias iniciativas, que envolviam o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, o CPV, a FASE/SP com suas particularidades, entre outras articulações mais ou menos orgânicas. Esse coletivo durou até meados da década de 80.

Vinculado à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/SP e às suas propostas basistas e anti-institucionalistas, que privilegiavam – não exclusivamente – a militância

¹³² Entrevista a mim concedida, já citada anteriormente.

¹³³ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP.

operária nas Comissões de Fábrica, a Reconstrução de Lutas Operárias elaborou, por exemplo, em 1985, um livreto intitulado “As Comissões de Fábrica em São Paulo”. Outro material, de cunho mais claramente pedagógico, foi uma cartilha chamada “Como Ganhar uma Eleição Sindical Fazendo 13 Pontos”, na qual era informado ter sido elaborada pela equipe do projeto Reconstrução de Lutas Operárias, contando com a participação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, CEPIS, Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (Fundo de Greve), CPV e FASE (equipe de São Paulo).

Extraio desta cartilha um trecho de sua “Apresentação”:

*“Este Caderno faz parte do projeto de Reconstrução de Lutas Operárias. Neste programa utilizamos o método da **pesquisa participante** que é bem diferente do **método de pesquisa tradicional e acadêmico**. Por que é diferente? Primeiro porque neste projeto a pesquisa parte das necessidades e da realidade atual do movimento operário e é instrumento para responder às tarefas de educação sindical política de seus militantes. Segundo porque os interessados na questão participam de forma direta e atuante em todas as etapas do trabalho: na decisão do que deve ser pesquisado; na escolha das questões que devem ter prioridade; da elaboração do próprio material de pesquisa e na discussão das formas de utilização deste material dentro do movimento operário.”*¹³⁴

A similaridade da sucinta discussão metodológica acima exposta com as correspondentes reflexões do CEDEC e, como veremos mais adiante, do CEDI, é significativa. Defendia-se uma pesquisa engajada, amalgamada a atividades de assessoria aos trabalhadores. Pesquisa esta que incluía, a princípio, a participação ativa desses trabalhadores, considerados, portanto, não como meros objetos para as pesquisas dos intelectuais, mas como co-participantes delas, como sujeitos investigados e parceiros políticos dos ativistas intelectuais. Em outras palavras, a interação entre campo intelectual e campo popular (ou campo do movimento sindical, mais especificamente) era condição necessária à confecção de

¹³⁴ _____ - **Como Ganhar uma Eleição Sindical Fazendo 13 Pontos**, São Paulo, Reconstrução de Lutas Operárias, s/d, p. 1 (negritos do próprio texto).

pesquisas de feição não-acadêmico, isto é, que fugissem do caráter “neutro” ou distante da realidade – empírica – presente em trabalhos de padrão universitário.

Nesta cartilha havia uma típica definição do *status quo* operário então vigente – a que se opunham os adeptos das oposições sindicais e de um “novo sindicalismo” –, representado pela figura do “pelego”: pró-patrão e pró-governo, fruto da estrutura sindical, anti-democrático, burocrático, desmobilizador, contrário à organização da base por local de trabalho, cupulista, despolitizante, conciliador, oportunista, carreirista, assistencialista, colaboracionista de classe, muitas vezes ligado ao PCB ou ao MR-8.¹³⁵

E o texto prosseguia, agora definindo propositivamente a posição defendida por intelectuais e trabalhadores ligados a esse grupo/projeto Reconstrução de Lutas Operárias:

“A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo pode ser tomada como um modelo deste processo. (...) Nasceu e cresceu dentro das fábricas como uma forma de luta, como um movimento contra a exploração dos patrões, contra a repressão e o controle da ditadura e contra os pelegos que representam a estrutura sindical brasileira inspirada no modelo fascista.”

“A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo representa um marco decisivo na longa caminhada das lutas operárias no Brasil. Este modelo de organização e luta vai servir de referência para muitas oposições sindicais que surgiram no Brasil (...)”.

*“As verdadeiras oposições sindicais quando conseguem conquistar uma diretoria sindical, continuam desenvolvendo a luta (...)”.*¹³⁶

Entre as bandeiras defendidas na cartilha, pode-se citar: “*pela derrubada da estrutura sindical*” (em itálico no original) e “por uma CUT representativa e organizada pela base”. O texto ilustrava a experiência que defendiam como modelar com as seguintes oposições sindicais que conquistaram depois o sindicato e teriam mantido seus compromissos originais: bancários de São Paulo, metalúrgicos de Niterói, Recife e Novo Hamburgo, trabalhadores da construção civil de Curitiba e Vitória, lavradores de Santarém, entre outros.¹³⁷

¹³⁵ _____ - **Como Ganhar uma Eleição Sindical Fazendo 13 Pontos**, p. 33/35.

¹³⁶ *Idem*, p. 42 (dois primeiros parágrafos) e p. 43 (último parágrafo).

¹³⁷ *Ibidem*, p. 43/44.

O caso do coletivo que se articulava como Reconstrução de Lutas Operárias é interessante por mostrar a construção da idéia de um “novo sindicalismo”, sem usar tal expressão, por intelectuais e trabalhadores juntos num mesmo ambiente de militância. Onde era difícil discernir militância política pura e simples de assessoria intelectual mais profissional, ainda que também engajada. Embora houvesse a dupla condição de militante político e intelectual-assessor em várias figuras do CEDEC e da revista *Desvios* (José Álvaro Moisés, Silvio Caccia Bava, etc.), por exemplo, a situação da Reconstrução de Lutas Operárias, para seus membros de origem não-operária como Vera da Silva Telles, implicava mesmo uma fusão, ainda que momentânea, entre atividade militante e atividade intelectual.

O CPV (Centro Pastoral Vergueiro, depois Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro) era outro local de articulação e passagem de intelectuais e trabalhadores ativistas no movimento sindical e em movimentos sociais urbanos. Sua origem remonta ao início dos anos 70, momento em que muitos participantes do movimento estudantil – críticos ou não da luta armada de resistência à ditadura militar – buscavam perspectivas políticas em outros movimentos, especialmente os protagonizados por setores populares. Muitos desses estudantes, não organizados em grupos de esquerda, passaram a se aproximar de movimentos de trabalhadores, algo que alguns estudantes vinculados a partidos de esquerda, então clandestinos, já tinham logrado efetivar. Neste contexto, em 1973 alguns estudantes da USP foram convidados a conhecer uma comunidade de dominicanos que faziam trabalho pastoral junto à periferia paulistana, na região do Ipiranga, na capela Cristo Operário da rua Vergueiro. O local era dinamizado, entre outros, por Frei Giorgio Callegari, Frei Romeu Dale, Frei João Batista e Frei Sérgio Calixto, e comportara, inclusive, uma experiência de fábrica de móveis com produção e direção coletivas, a Unilabor.¹³⁸ Buscava-se “criar as condições para que os operários pudessem ter um espaço onde dessem início a todo o seu processo de reorganização e assim impulsionassem a revolução que almejávamos.” Para tanto, identificou-se como prioridade a criação de “um espaço onde pudéssemos armazenar toda a documentação do que existia como ação dos trabalhadores.”¹³⁹

Em 15 de novembro de 1973 foi fundado o Centro Pastoral Vergueiro (CPV). Vários estudantes, então, começaram a ajudar a organizar um acervo de documentação operária e popular. O CPV passou a ser freqüentado por lideranças sindicais como Waldemar Rossi, Anísio Batista e outros, tornando-se, paulatinamente, um grande ponto de encontro do

¹³⁸ A Unilabor durou de 1954 a 1967. A respeito, veja-se: CLARO, Mauro – **Unilabor: Desenho Industrial, Arte Moderna e Autogestão Operária**, São Paulo, SENAC, 2004.

¹³⁹ PETRUCCI, Victor A. – *CPV: um legado de Giorgio* in **Revés do Averso**, nº 12, São Paulo, CEPE, dez/2004, p. 30/31.

movimento operário e popular paulista, freqüentado por trabalhadores, militantes e intelectuais engajados de todas as correntes ditas combativas, de cristãos a marxistas, excluindo-se, obviamente, os “pelegos”. Em pouco tempo o CPV tornou-se “o maior distribuidor de publicações populares do Brasil”, além de possuir “a melhor gráfica dos movimentos populares”, onde foram impressos documentos importantes abordando uma multiplicidade de temas envolvendo o mundo operário-popular e suas lutas. O CPV participou, por exemplo, de todos os encontros sindicais pré-CUT, inclusive o ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais) e o ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical). E passou a apoiar a oposição sindical metalúrgica de São Paulo, nas portas de fábricas, assembléias, reuniões clandestinas, etc.¹⁴⁰

Eder Sader foi um dos tantos intelectuais que pesquisou no CPV, recolhendo materiais para sua pesquisa que resultou na clássica obra “Quando Novos Personagens entraram em Cena ...”, e nele identificando um dos grande acervos de documentação sobre o “novo sindicalismo” no Brasil.¹⁴¹ Werneck Vianna cedo também ressaltou a importância dos centros de memória operária para a auxiliar a renovação das pesquisas sociológicas sobre os trabalhadores.¹⁴²

Por fim, temos o setor de formação política da CUT/SP, nos anos 80, também como um espaço importante de interação entre intelectuais engajados e ativistas sindicais. Uma figura importante, dentre tantas outras, na trajetória de lutas operárias que culminou na formação da CUT e no desenvolvimento de um trabalho de educação e formação política ligados ao “novo sindicalismo” em São Paulo foi Valderi Antão Ruviaro, conhecido como Valdo.

Com passagens pela agitação operária em Osasco, ainda no final de década de 60, movimento esse de grande repercussão na política e na intelectualidade brasileira,¹⁴³ Valdo nos anos 70 tornou-se professor de sociologia (com um mestrado incompleto na USP) em faculdades particulares e “apoiador” e depois assessor do movimento sindical. Ele ressalta que o engajamento no movimento operário e popular, nesses anos “era, de fato, clandestino, semi-clandestino”. Atuando junto com sua companheira Yara Silvia Tucunduva, Valdo destaca:

¹⁴⁰ PETRUCCI, *Op.Cit.*, p. 31/33.

¹⁴¹ SADER, Eder – **Quando Novos Personagens entraram em Cena – Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 20.

¹⁴² VIANNA, Luiz Werneck – *Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica* in VIANNA, Luiz Werneck – **Travessia – da Abertura à Constituinte 86**, Rio de Janeiro, Taurus, 1986, p. 202. Este texto originalmente foi publicado no 1º semestre de 1984 no Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB) da ANPOCS, nº 17, Rio de Janeiro.

¹⁴³ Vide o clássico texto de Francisco Weffort: *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968* in **Estudos CEBRAP**, nº 5, São Paulo, 1972.

“(...) a gente trabalhava com movimento popular e sindical. E sindical não com sindicato. (...) a primeira assessoria a sindicato concretamente foi um convite que eu recebi do Jair Meneguelli”, sucessor de Lula na direção do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e um típico “sindicalista autêntico” oriundo da estrutura sindical oficial, já no início da década de 80. O convite se devia à significativa atuação de Valdo nas oposições sindicais na Grande São Paulo de um modo geral: “Então, oficialmente, em termos de assessoria de sindicato, eu comecei assessorando o sindicato de São Bernardo do Campo, na época braba.”¹⁴⁴

Prossigo deixando a palavra com Valdo:

“eu fui um dos fundadores da CUT, assessoriei todo movimento, ANAMPOS... eu fui assessor de 3 ‘papas’ aqui do Brasil, na época: Lula, Olívio Dutra e o Jacó Bittar. Eu era assessor político deles, dos três. (...) eles eram os coordenadores políticos da ANAMPOS, né? O Jacó Bittar pelos petroleiros; o Olívio Dutra pelos bancários do Rio Grande do Sul (...); e o Lula que foi o presidente, depois saiu, entrou o Jair [Meneguelli]... Mas aí em 84, quando eu comecei a assessorar São Bernardo do Campo e continuava assessorando as Oposições Sindicais, eu basicamente dividia meu tempo entre a sobrevivência enquanto professor universitário e a militância.”

“Então seguinte: eu nunca dava aquela loucura de aulas que muito professor dava, assim, trinta, quarenta aulas. Eu escolhia 16, no máximo 20 aulas. Aliás, eu e a minha companheira Yara, mesma coisa. Então nós trabalhávamos isso e o resto do tempo, ou seja... eram duas noites, ou três noites, ou duas noites e uma manhã. E o resto era militância. No movimento popular e no movimento sindical. (...) grande parte da nossa militância foi feita, até eu ser contratado em São Bernardo (...) como assessor do sindicato, [até] aí foi sempre a militância voluntária mesmo, né?”¹⁴⁵

A partir deste momento Valderi Antão Ruviaro abandonou a carreira de professor universitário:

¹⁴⁴ Entrevista a mim concedida por Valderi Antão Ruviaro, Valdo, em fevereiro de 2006, em São Paulo/SP.

¹⁴⁵ Entrevista a mim concedida por Valdo.

“Nunca mais voltei à universidade, né? Até porque depois... (...) aí juntou as duas coisas. Quer dizer, ao mesmo tempo que profissionalmente São Bernardo me contratou, depois ele me emprestou pra ANAMPOS. (...) E depois me emprestou pra CUT, eu fui assessor da CUT. Um dos fundadores da CUT. E aí eu fui embora até... até 89, quando eu rompi com a CUT também, né? Em 89. (...) Aliás, eu rompi não. Foi uma demissão mesmo, né? Foi uma demissão política (...) minha tarefa até 84... até 86 basicamente, foi assessoria política. Fui assessor político da CUT Nacional, da Executiva Nacional da CUT. (...) Então, de fato, a minha tarefa me absorveu totalmente, o pessoal me exigia e me destinou para que fosse o assessor político e o formulador das questões mais de fundo, mais de discussão, mais de texto, de dinâmica de discussão em seminário...”¹⁴⁶

Seja na ANAMPOS, seja em sindicatos ou em instâncias da CUT, Valdo formulava projetos, debatia, ajudava a encaminhar, etc. Era uma espécie de “faz-tudo”, como vários outros “apoiadores” do movimento sindical. Chegou mesmo a viajar para o exterior para buscar financiamentos junto a entidades no Canadá, na Holanda e na Alemanha.

“Eu passei a formular os projetos. De fato, de 82 pra frente, com a briga com os pelegos em geral, eu fui destacado para formular projetos para a ANAMPOS. Para alavancar politicamente, fortalecer e confrontar-se com a pelegada geral, com a ditadura, com patrãozada em nível geral.”

“Cansei de fazer jornal. Então, eu elaborei o layout, o primeiro esboço do jornal. 16 páginas. Pedi uma ajuda de um jornalista petista que acompanhou o congresso, ótimo, tal. A gente preparou tudo, a gente preparou vídeo, filme. (...) E eu propus o seguinte: ‘gente, Executiva, pelo amor de Deus, não vamos fazer 20 mil exemplares. Eu proponho fazer, no mínimo, 250 mil exemplares’. O Jair [Meneguelli] falou ‘Ô Valdo, você tá louco’. Era a tiragem de

¹⁴⁶ Entrevista a mim concedida por Valdo.

uma Folha de São Paulo. Pra época, né? Aí eu provei por A+B: ‘gente, a CUT foi fundada, mas ainda não foi implantada. Nós temos que divulgar essas resoluções e mandar pra todos os 5 mil, 10 mil sindicatos e associações que existiam na época’, não é isso? Nós tínhamos que mandar pra todos e, de preferência, mandar 10 mil exemplares, dez exemplares cada sindicato. E os grandes sindicatos vão ter que levar, tipo assim: 10 mil prum sindicato, 20 pra outro, 100 pra outro e distribuir nas fábricas. Dizer: ‘Olha, nós estamos aqui’, não é isso? Aí o pessoal topou. Eu sei que bancamos isso. (...) Foi um problema fazer (...). Era um jornal clandestino. E enchemos um caminhão de jornal. 250 mil exemplares. Nós fizemos. Demoramos 3 meses pra distribuir. Eu acho isso foi uma grande sacada. Uma grande sacada. Dentro de uma ditadura, não é isso? Ainda na ditadura.”¹⁴⁷

Na segunda metade da década de 80, Valdo passou a dedicar-se fundamentalmente ao trabalho de formação política na CUT/SP:

“(...) eu acho que houve um salto qualitativo em 1987, quando eu deixei a [CUT] nacional e fui para a estadual, porque (...) a CUT estadual me convidou para coordenar, não coordenar como político, coordenação política, mas a coordenação operativa (...) [a CUT/SP] pediu pra nacional que me deslocasse pra estadual pra montar um esquema de formação política estadual, dada a importância da estadual. E aí, de fato, se você quiser, houve uma guinada, sim. Uma guinada no sentido seguinte: eu saí do patamar, que eu trabalhei... eu trabalhei nisto, assim, desde gente com comissão de fábrica, com movimento popular, sindical, oposições, e depois da formação da CUT em 82, 83, 84 e 85 (...) eu fui de fato o assessor político. A minha dedicação fundamental, o elaborador... por exemplo, o estatuto todo, eu juntei todas as propostas de estatuto que existia – entendeu? – e eu tentei formular... formulava... eu formulei umas dez

¹⁴⁷ Entrevista a mim concedida por Valdo.

vezes diferentes as propostas, porque nós tínhamos seminários e tal. Então, houve uma época que eu fui, de fato, o grande – vamos usar mesmo, concretamente – o grande formulador das propostas do projeto CUT. Do projeto CUT. Depois, quando eu fui pra estadual... bom, e continuava dando curso de formação também, não é? Eu fui várias vezes... (...) eu era uma espécie de titular dos cursos de formação. (...) Foi em 87 que eu fui pra estadual. 87, 88 e 89. Até 21 de agosto de 89. Exatamente, eu fui demitido, inclusive, no dia da fundação da CUT. (...) Arlindo Chinaglia, que era presidente da CUT, falou: ‘puta merda, Valdo!’...’¹⁴⁸

A direção da CUT/SP na época chamou Valderi Antão Ruviaro para negociar. Vejamos a reconstituição deste fato pelo próprio, única versão que possui:

“Ô Valdo, negócio é o seguinte: nós te oferecemos... você fica na CUT, mas você fica como coordenador político da Executiva. Esta seria a sua tarefa. Só que nós não queremos... você tem que sair da formação de qualquer jeito. Nós não queremos mais você na formação.’ Eu falei: ‘ó, então vocês precisam me dar alguns argumentos políticos básicos, fortes, quais são as razões básicas?’. E, de fato, sempre foi escamoteado, não é isso? Foi escamoteado. (...) É aquele velho adágio romano: (...) ‘promover para remover’. Certo?’¹⁴⁹

Antes disso Valdo chegara a ser presidente do Instituto de Formação Popular (IFP), uma espécie de “guarda-chuva” institucional da CUT e da ANAMPOS. Apenas depois é que a CUT criou seu Instituto Nacional de Formação.

A situação representada pelo setor de formação política da CUT é interessante pois nesse tipo de instância a atividade intelectual, a princípio, está subordinada, de fato e de direito, à organização dos trabalhadores. O intelectual está a serviço do movimento operário e popular, respondendo a suas demandas, etc. Situação quase oposta à vivida no CEDEC, no CEPIS e em outros lugares de produção ou assessoria de natureza intelectual, pois estes

¹⁴⁸ Entrevista a mim concedida por Valdo.

¹⁴⁹ *Idem.*

organismos preservavam totalmente sua autonomia diante das dinâmicas, necessidades e intenções das organizações populares. No sentido da discussão aqui desenvolvida, o setor de formação da CUT/SP nos anos 80 representa, talvez, o caso mais radical de subsunção localizada do campo intelectual ao campo popular (mais especificamente, do campo do movimento sindical).

Um dos documentos publicados pelo setor de formação política da CUT/SP, sob a direção de Valderi Antão Ruviano e que contou com o apoio do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, foi o seu primeiro Caderno de Formação, baseado em grande parte em um trabalho originalmente elaborado em 1979 por três metalúrgicos (Marcelino Fortes, Ferdinando Silveira e Áurea Machado) e um professor (Josué Bermudes). Esta publicação continha uma história das lutas sindicais no Brasil e delineava as características do sindicalismo combativo que defendiam, sem usar a expressão “novo sindicalismo” – de resto, mais comum em círculos intelectuais que nos meios sindicais:

“Quatro características de um sindicalismo que interessa à classe trabalhadora”: ‘um sindicalismo de mobilização de massa’, ‘um sindicalismo de organização da classe trabalhadora’, ‘um sindicalismo de direção política classista’ e ‘um sindicalismo de formação de quadros’.”¹⁵⁰

Na parte da publicação dedicada à história do sindicalismo sob a ditadura militar pós-64, alguns subtítulos do texto são significativos, tais como: “O Abandono Tático das Fábricas e a Ida para os Bairros” e “As ‘Pequenas Lutas Difíceis’ dentro da Fábrica”, reveladoras de certas características do “novo sindicalismo”, respectivamente: a relevância das relações com os movimentos sociais urbanos e a importâncias da lutas ao nível “micro” no interior da fábrica.¹⁵¹

Mais do que em qualquer outro lugar de produção intelectual engajada aqui visualizado, o setor de formação política da CUT/SP evidencia não apenas o papel de intelectuais na formulação e concatenação de idéias e questões por parte dos ativistas sindicais, mas também como esses intelectuais engajados “bebiam” das elaborações efetuadas pelos próprios trabalhadores para prosseguirem em suas reflexões.

¹⁵⁰ _____ - **História do Sindicalismo no Brasil**, in **Caderno de Formação**, nº 1, São Paulo, Secretaria de Formação da CUT/SP, 1987, p. 1. Veja-se também p. 10 e 43.

¹⁵¹ *Idem*, p. 31 e 32.

Uma visão panorâmica desses locais de atuação intelectual voltados centralmente para a assessoria ao movimento popular – e não para a pesquisa do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos –, como era o caso do GEP-URPLAN, do CEPIS, do grupo/projeto Reconstrução de Lutas Operárias, do CPV e do setor de formação política da CUT/SP, revela, grosso modo, algumas poucas nuances em relação às características observadas, por exemplo, no CEDEC, cujas atividades de assessoria estavam vinculadas às pesquisas ali desenvolvidas. Por vezes há a tendência a eleger novos modelos de atuação operária, com pretensões mais generalizantes e, portanto, menos circunscritas empiricamente – como no caso da aposta da Reconstrução de Lutas Operárias nas oposições sindicais (“modelo de organização e luta”).¹⁵² A caracterização do trabalho de base no movimento popular como sendo não-legal, no discurso de Valderi Antão Ruviaro (“era de fato clandestino, semi-clandestino”, “época braba”, “dentro de uma ditadura”),¹⁵³ também é significativa, expondo talvez uma vivência mais permeada de insegurança por quem militava “por dentro” dos movimentos sociais – diferente de quem trilhava uma carreira acadêmica, como vários intelectuais do CEDEC e outros centros de pesquisa, apesar da grande proximidade que tinham com as lutas populares. Neste ínterim, é impossível não lembrar da posição de força dos intelectuais universitários na sociedade brasileira nos anos 70 e 80, conforme visto no capítulo 1 e salientado por vários autores. De qualquer maneira, em *loci* intelectuais de assessoria ao movimento operário e popular, é difícil discernir o que são experiências compartilhadas entre trabalhadores e intelectuais do que é específico a cada um desses setores, visto que a interação entre ambos era muito grande, pelo menos nas décadas aqui estudadas.

2.4 O Instituto Pólis: movimentos sociais urbanos e políticas públicas

Uma experiência tardia, em relação ao corte temporal aqui utilizado, foi o do Instituto Pólis, que nasceu já na segunda metade da década de 1980. Ele era fruto do acúmulo de movimentos, articulações e formulações em torno da questão urbana durante os cerca de vinte anos anteriores. Portanto, era uma iniciativa resultante dos movimentos sociais urbanos paulistas e da atuação dos intelectuais dedicados a investigá-los e assessorá-los em São Paulo.

¹⁵² _____ - *Como Ganhar uma Eleição Sindical Fazendo 13 Pontos*, p. 42.

¹⁵³ Entrevista a mim concedida por Valderi Antão Ruviaro.

das políticas públicas já colocada de forma própria – certamente significava um rompimento parcial com o ideário “médio” dos intelectuais engajados naquelas duas décadas, tão ciosos da autonomia da sociedade civil diante das instâncias do Estado. Mas isso já é uma outra história, que não cabe aqui.

2.5 FASE: acompanhando o “novo” na prática

Retomo muito parcialmente a trajetória da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) em grande parte a partir da obra de Leilah Landim Assumpção.¹⁷² Aqui se faz uma análise dessa trajetória abordando-se questões inerentes também a organizações similares à FASE, que iriam ajudar a promover o surgimento das ONGs, processo que é o tema da tese de Assumpção.

Nos anos 1960, mas principalmente a partir dos anos 1970, proliferaram organizações de apoio (“Centros” diversos) aos movimentos populares, não subordinadas a instituições como partidos políticos, universidades, etc. Portanto, em maior ou menor grau, desvinculadas de projetos de poder mais imediatos. E que nem sempre sistematizavam, em termos analíticos, suas atividades de assessoramento de todo tipo aos grupos populares de que se aproximavam.

“Pensando-se cada uma, isoladamente, através das relações diretas e individualizadas que mantinham com ‘grupos e movimentos populares’ – tirando daí, segundo sua auto-imagem, sua legitimidade – percebiam-se como meios de personalidade apagada, justificados pelos fins maiores das transformações sociais a serem levadas a cabo por aqueles grupos, os sujeitos legítimos dessas mudanças. A ausência de discussão sobre o caráter institucional dos ‘Centros’ vinha de par com uma vaga e implícita idéia de seu caráter conjuntural, enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos ‘movimentos’ a que se ligavam, ou do futuro que se esperava.”¹⁷³

¹⁷² ASSUMPÇÃO, Leilah Landim - **A Invenção das ONGs: do Serviço Invisível à Profissão sem Nome** (Tese de Doutorado), IUPERJ, 1993. A autora atuou na FASE durante muito tempo, tendo depois participado de cargos de direção dessa ONG, como por exemplo o Conselho Deliberativo da FASE, junto com outros intelectuais como a socióloga Márcia Pereira Leite (professora da UERJ), a antropóloga Neide Esterici (professora do IFCS/UFRJ), a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (professora do IPPUR/UFRJ), a historiadora Virgínia Fontes (UFF), etc.

¹⁷³ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 3/4.

Tais organizações partiam do pressuposto de que seus membros – profissionais liberais, religiosos, intelectuais de diversas áreas como educação, assistência social, ciências sociais, etc. – deveriam auxiliar os protagonistas maiores das mudanças políticas e sociais necessárias ao país: os setores populares. Identificavam de antemão e na prática, o que teórica e ideologicamente intelectuais universitários engajados do CEDEC e outras iniciativas mais voltadas para estudos/pesquisas perceberiam simultaneamente ou logo depois. Leilah Landim Assumpção nomeia com precisão tais “organizações ‘de assessoria e apoio’ ou ‘a serviço dos grupos e movimentos populares’” e setores explorados e oprimidos da população, lançando mão de siglas como AMP (apoio ao movimento popular) ou SMP (a serviço do movimento popular) – esta última normalmente usada para organizações vinculadas ao movimento sindical, movimentos sociais urbanos e movimentos rurais, excluindo-se movimentos “temáticos” como o feminista, negro, ecológico, etc.¹⁷⁴

A ausência de uma auto-identificação mais clara por parte das organizações AMP ou SMP era um sinal de que seus membros – setores de classe média mais ou menos intelectualizados – deixavam sua auto-percepção de lado em favor de quem auxiliavam. Como bem indica Assumpção,

“a afirmação de uma identidade institucional particular, mesmo para cada uma dessas organizações isoladamente, não se constituía em questão, ou melhor, era uma anti-questão: os ‘Centros de educação popular’, ou de ‘assessoria a grupos de base’ que começavam a se multiplicar tinham razão de ser, para seus agentes, por existirem ‘a serviço’ de setores dominados da população, tanto mais legítimos quanto mais perfeitamente instrumentos de e subordinados a uma necessidade externa a eles.”¹⁷⁵

Era algo como que uma subsunção simbólica de intelectuais aos setores populares, situação similar, no plano da prática de assessoria, à elaboração da legitimidade teórica e analítica das experiências populares, levada a cabo, em termos acadêmicos, pelos membros do CEDEC, da revista Desvios, etc. Parecia que as organizações AMP e SMP levavam às últimas conseqüências a afirmação marxista da centralidade do proletariado, aparentemente com um viés heterodoxo e romântico.

¹⁷⁴ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 5, 15, 50 e 78.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 3.

Mas elas paulatinamente foram ganhando vida própria até, no início dos anos 90, se estruturarem identitária e institucionalmente enquanto ONGs, reivindicando seu papel próprio na esfera da sociedade civil organizada.¹⁷⁶ O surgimento das ONGs enquanto tais não deixa também de ser um marco importante do fim de um período, aqui estudado (demarcando em parte o corte temporal desta tese), no qual os movimentos sociais *strictu sensu* – sindicatos, associações de moradores, movimentos populares diversos – eram, fora de dúvida, os protagonistas principais do processo de democratização da sociedade brasileira, no entendimento de uma parcela significativa, se não majoritária, do campo intelectual brasileiro definido ideologicamente à esquerda.

Partindo do conceitual e das reflexões de Pierre Bourdieu sobre a política como “um lugar por excelência de eficácia simbólica”, Assumpção aponta as organizações AMP/SMP como difusoras “de produtos políticos, problemas, análises, de conceitos e acontecimentos, do pensável politicamente”, que efetivaram cumprir “um papel na produção de representações sobre a sociedade, a política e grupos sociais”, inclusive “na criação de identidades e de grupos sociais”.¹⁷⁷ E elas não apenas socializaram discussões teóricas, políticas e ideológicas, mas também ajudaram a criar e desenvolver conceitos e idéias-força pertinentes, até pelas funções que desempenhavam em termos das interações que se davam entre intelectuais e movimentos populares, como será visto mais tarde no caso da FASE.

As organizações AMP e SMP foram muito importantes na construção histórica da nova cultura política que nascia a partir da década de 70, fundada na centralidade do “novo sindicalismo”, dos “novos” movimentos sociais urbanos e demais movimentos populares, centralidade essa apontada por tantos intelectuais do período. Nesse diapasão, afirma Assumpção:

“É também senso comum no meio [das organizações AMP e SMP] a idéia de que cresceram de costas para o Estado, coladas às bases da sociedade e em oposição aos governos ditatoriais, construídas por gente vinda fundamentalmente de Igrejas e da esquerda tradicional. É predominante durante a sua história a concepção de que não se pretende substituir o Estado mas, ao contrário, exige-se muito dele. Organizações cujas palavras-chave são ‘educação popular’, ‘assessoria’, ‘conscientização’,

¹⁷⁶ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 5.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 8.

‘organização’ – a partir de certo momento, ‘sociedade civil’ (frequentemente adjetivada por ‘popular’) e ‘cidadania’ – que lutaram contra a ditadura, ligaram-se a movimentos sociais surgidos no período, como os sindicais, os de bairros, os de lutas pelas terra, etc. e situam-se à esquerda no espectro das entidades civis brasileiras, onde a palavra ‘socialismo’ continua ainda razoavelmente presente.’¹⁷⁸

A FASE foi fundada em 1961, muito próxima da esfera religiosa católica, sendo a mais antiga das organizações do tipo AMP/SMP, que futuramente chamar-se-iam ONGs. Ela nasceu antes inclusive do período que mais ensejou o surgimento das organizações desse tipo, os anos 1970. Por isso a FASE possui algumas características únicas em sua trajetória, inexistentes em outras organizações AMP/SMP, o que será visto agora para efeito de contextualização – pois trata-se de época anterior ao corte temporal que adoto para o objeto desta tese. A partir de um certo momento, na década de 70, a história da FASE passou a se assemelhar, em boa medida, às então jovens organizações desse tipo, quando então retomarei a trajetória da FASE conjugadamente a de algumas outras organizações AMP/SMP.

Segundo Assumpção,

“podem-se distinguir três etapas na história da entidade: a ‘puramente assistencialista’; a de ‘promoção social’, já com ‘preocupação participativa’, mas envolvendo as práticas despolitizadas do chamado ‘desenvolvimento comunitário’, que não colocava os grupos populares em relação com o Estado ‘num processo de conquista de direitos e de cidadania’; e, finalmente, a da ‘educação popular’, em que a FASE estabelece laços privilegiados com os movimentos populares e define seu compromisso com transformações estruturais na sociedade. Essa é classificação consensual, tornada ‘oficial’ na entidade.’¹⁷⁹

A etapa puramente assistencialista da trajetória da FASE durou entre 1961 e 1967, aproximadamente. Seguiu-se a centralização de suas atividades sob o eixo do

¹⁷⁸ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 51.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 185/186.

“desenvolvimento comunitário”, que estendeu-se até meados dos anos 1970. Nesta segunda etapa a FASE já publicava um “Informativo” mensal com tiragem de cerca de 25.000 exemplares, descrevendo suas atividades e filosofia de trabalho. Ainda em janeiro de 1971 a organização elaborou o “Breve Histórico da FASE”, documento mimeografado a álcool e produzido pelo seu então Departamento Nacional de Sociologia.¹⁸⁰

“O ideário e a metodologia de ‘trabalho de base’ do ‘Desenvolvimento de Comunidade’ estiveram presentes em programas e projetos os mais diversos, através dos quais foram atualizados, divulgados, certamente recriados.” A ideologia do “desenvolvimento comunitário” era de inspiração desenvolvimentista, típica dos anos 1950 e 1960. Entendia o processo de desenvolvimento enquanto processo de modernização de sociedades tradicionais. Era influenciada pela política estadunidense da “Aliança para o Progresso”, imperialista e anti-comunista, bem como por políticas da OEA (Organização dos Estados Americanos) – inclusive de fortalecimento acadêmico-institucional da área de serviço social. Tratava-se de uma ideologia espalhada por vários setores da sociedade – inclusive da Igreja Católica – e do governo, desde antes do golpe de 64. A noção de trabalho de base já se disseminava desde esse período.¹⁸¹

As atividades da FASE nessa época foram contaminadas “pelos ventos variados das lutas por reformas dentro do nacional-desenvolvimentismo do pré-64”. A retórica, as propostas, as idéias do “desenvolvimento comunitário” acabaram por constituir, inadvertidamente, um campo de tensões que paulatinamente assumiu tintas políticas e de crítica ao *status quo*. E indo além da FASE, o mesmo processo se deu envolvendo setores católicos que se radicalizavam à esquerda, bem como profissionais das áreas de serviço social, educação, medicina, agronomia e outras. Um exemplo dos mais significativos era o MEB (Movimento de Educação de Base), nascido no início dos anos 60, e que também trabalhava com o ideário do “desenvolvimento comunitário”.¹⁸²

Em fins dos anos 60, Padre Leising, um dos dirigentes mais importantes da FASE, buscou embasar melhor, em termos teóricos, os métodos de atuação comunitária então em uso. Acabou contatando na USP o cientista social Antonio Rubbo Muller, tomando conhecimento de um livro seu, “Teoria da Organização Humana: sua propedêutica e didática geral – complementos de didática geral”, publicado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP). Rubbo Muller indicou alguém de perfil não exclusivamente acadêmico

¹⁸⁰ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 189/190 (nota que se estende por essas duas páginas).

¹⁸¹ *Idem*, p. 186 e 194 a 196 (o trecho transcrito que inicia o parágrafo está na p. 194).

¹⁸² *Ibidem*, p. 196.

para tornar aplicáveis suas formulações às atividades da FASE e atender à demanda colocada por Padre Leising em nome da organização: Waldemar de Gregori, ex-seminarista, estudioso de teologia e mestre em sociologia. Este então formulou a famosa – entre os participantes do campo da assistência social – “Teoria dos 14 Sistemas”. Esta teoria se espalhou por grande parte do Brasil, a partir das atividades desenvolvidas pela FASE. O Bispo Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, inseriu as técnicas desenvolvidas por Waldemar de Gregori na área de abrangência da Arquidiocese de São Paulo, com grande sucesso tendo em vista os objetivos das ações sociais a que se propunham. Posteriormente foram criados

*“15 Centros Comunitários – apoiados pelos projetos da FASE – através dos quais um grupo de religiosos e leigos fazia trabalhos por fora das obrigações paroquiais. E a questão que ‘pegou’, entre a população (a partir dos 14 sistemas) foi a da educação, e dos Centros saíram as Escolas Comunitárias, consideradas um eixo importante dos futuros ‘movimentos de bairro’”.*¹⁸³

Aos poucos, por volta dos anos 1973 e 1974, tais iniciativas e movimentos no âmbito de bairros passaram a adotar um tom reivindicatório. Esse foi um dos caminhos através dos quais a FASE deslocou sua ênfase do “desenvolvimento comunitário” para a questão da educação popular nos anos 70. Essa era a época em que suas fontes de financiamento deixaram de ser predominantemente estadunidenses, passando a ser mais significativa a presença de agências de financiamento européias e canadenses, muitas ligadas a setores políticos social-democratas.¹⁸⁴

Outro caminho para essa mudança no trajeto da FASE é ilustrado por um evento que ao mesmo tempo significou um marco no surgimento de organizações AMP e SMP, futuras ONGs, a partir dos anos 1970: o “Encontro de 72” ou “Encontro Ad-Hoc” ou ainda “Encontro de Educação Popular de 72”. Dele participaram os seguintes intelectuais, entre outros: Jorge Munhoz, ex-padre, era dirigente da FASE até esse evento, quando saiu para fundar o NOVA – Pesquisa e Assessoria em Educação; Cândido Grzybowski, sociólogo, ex-seminarista franciscano, ex-JUC (Juventude Universitária Católica), atuou na FASE depois desse Encontro, posteriormente foi dirigente do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas); a educadora Letícia Cotrim, uma das organizadoras do “Encontro de

¹⁸³ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 197 a 200 e 234 (trecho transcrito).

¹⁸⁴ *Idem*, p. 209, 211 e 234.

72”, em 1974 saiu do MEB para a FASE, depois atuou no NOVA, no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e no IBASE; o antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão, “exemplo paradigmático do intelectual acadêmico consagrado no campo da ‘educação popular’” (segundo Leilah Landim Assumpção), que atuaria no CEDI e no ISER – Instituto Superior de Estudos da Religião. Algumas das principais referências práticas e teóricas desses e outros intelectuais que se engajavam na “educação popular” eram o “método Paulo Freire” na esfera pedagógica, a experiência do MEB e dos CPCs (Centros Populares de Cultura) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e livros publicados pela Editora Paz e Terra – fundada em 1966, congregando intelectuais marxistas como o editor Ênio Silveira e o poeta Moacyr Felix (ambos ligados ao PCB) e intelectuais e teólogos como o protestante Waldo César e o católico Luiz Eduardo Wanderley –, editora essa que divulgava o pensamento vinculado à Teologia da Libertação e os elementos filosóficos e políticos comuns entre marxistas e cristãos.¹⁸⁵

Deste modo Assumpção descreve o ambiente político-intelectual desses ativistas engajados na “educação popular”:

“De fato, os depoimentos fornecem uma interpretação dos tempos de gestação das futuras ‘ONGs’ – onde o Encontro de 72 seria marco importante – como período de continuidades e movimentações discretas, onde um ‘conjunto de pessoas’ manteve, por canais e estratégias de vida diversas, a chama acesa de uma história que começara lá atrás [no MEB].”

“As falas contam, por um lado, sobre aqueles que ficaram pelo país depois do golpe e em que condições ficaram – seriam os responsáveis pelas continuidades; e, por outro, sobre os que foram para o exterior e voltaram, ou os que iam e vinham, os mensageiros, os mediadores.”

“Gente que, certamente, não ocupava posições de direção ou visibilidade nas lutas e organizações do pré-64. E a ‘costura’, para usar um termo empregado freqüentemente, teria sido dada antes de mais nada pelo pertencimento passado a organizações como JUC, JOC, AP e, fundamentalmente, o MEB, talvez porque, dessas organizações, foi a que manteve mais solidez institucional no pós-

¹⁸⁵ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 149, 172/173 (inclusive nota), 225 (nota), 226/227 e 231 (trecho entre aspas).

golpe, apesar da repressão sofrida por seus quadros e equipes mais destacados (...). Ou ainda porque o MEB, por sua natureza, abrigou de forma mais ampla os que faziam carreira de ‘educadores de base’, de ‘alfabetizadores de adulto’, especialistas no que viria a ser chamado mais tarde de ‘educação popular’.”

“Surtem através desses conhecimentos pessoais as ‘redes invisíveis, mas não organizadas’ das pessoas que dão ‘cursos’ e ‘assessorias’ junto a bases paroquiais (‘quem sustentou os trabalhos na época foram os anônimos da pastoral’) protegidas por bispos e padres progressistas, (...) tempo que ainda não existiriam as CEBs e onde se criavam ‘laços de confiança entre o povo e os agentes’. São as pessoas que vão dar ‘cursos de realidade brasileira’, tudo isso formando ‘redes invisíveis, e isso você não controla’.”¹⁸⁶

Leilah Landim Assumpção aponta com propriedade o caráter anti-institucionalista dessas “alas ‘populares’ que se construíam nas igrejas”, uma vez que tais trabalhos sociais não se confundiam com a ocupação de cargos ou empregos dentro de instituições. Nesse quadro se inseria também a ausência de referenciais ideológicos ou teóricos mais claros: “não se chega a identificar algo como uma ‘filosofia social’, ou uma ‘doutrina’ que enquadre esse conjunto de agentes.” Um teor ideológico ou teórico mais claro em suas próprias atividades “era minimizado” em favor da valorização do

“dom de contribuir para ‘abrir’ a cabeça dos outros (...). As idéias passadas nos depoimentos são as do anti-intelectualismo, anti-vanguardismo, personalização próprias a alas de esquerda da Igreja. A Universidade não aparece a não ser através das qualificações declaradas de alguns assessores aceitos no meio, como ‘pessoas abertas’ – em geral sociólogos.”

“(...) os intelectuais tinham como primeira qualidade a ‘abertura’. Os padres e bispos próximos à ‘rede’ [de educadores populares] eram os ‘abertos’. Havia gente que fazia exposições

¹⁸⁶ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 150 (dois primeiros parágrafos transcritos), 152 (terceiro parágrafo) e 154 (último parágrafo). JUC, JOC, AP e MEB, respectivamente, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica, Ação Popular e Movimento de Educação de Base, eram todas iniciativas político-sociais vinculadas, em maior ou menor grau, à Igreja Católica.

marxistas – puxava discussão ‘baseada em classes sociais’ – mas só gente ‘aberta’.”¹⁸⁷

Para Assumpção, tal articulação ainda difusa mas extensa envolvendo educação e assessoria popular constituía “espaços não só de autonomia quanto a esquemas exclusivos de pensamento e ação, quanto de estrutura interna não hierarquizada e de comunicação fácil com determinados setores da sociedade. Espaços maleáveis.” Era desse patamar prático e organizacional que se espraiava e se consolidava a idéia de educação popular.¹⁸⁸

A meu ver, várias características presentes entre esses ativistas mais ou menos intelectualizados e mais ou menos ligados à Igreja Católica, envolvidos com a questão da educação popular, prenunciavam claramente mudanças em termos de engajamento à esquerda na sociedade brasileira, discrepando em muito da tradição pecebista e populista. Atuando simultaneamente nas fronteiras entre o campo popular, o campo religioso e o campo acadêmico, os ativistas da FASE e de outras organizações AMP/SMP repeliam uma ação próxima a instâncias estatais, daí seu anti-institucionalismo e autonomismo. Como não tinham elaborado programaticamente sua atuação em termos – ou a partir – de uma ideologia, não poderiam ser ortodoxos em relação a nenhuma corrente teórica ou política, ainda mais tendo em vista seus posicionamentos anti-vanguardista e anti-intelectualista (ou anti-teoricista). Pelo contrário, estavam abertos, talvez mais do que qualquer outro setor engajado da sociedade brasileira, a interagir concretamente, sem maiores determinações ou caminhos pré-estabelecidos, com os setores populares, organizados ou não em movimentos sociais. Portanto, pelo conhecimento empírico dos setores populares, que desenvolviam a partir das parcerias que com eles estabeleciam, esses intelectuais e semi-intelectuais trabalhavam muito mais em termos de uma fenomenologia “aberta” dos setores populares, que comportava inclusive a contribuição de marxismos menos rígidos. Dentro desse campo, os intelectuais da FASE e de outras organizações AMP/SMP (como, por exemplo, o já visto CEPIS, e também o CEDI, que abordarei mais tarde) perfilavam de maneira similar a intelectuais como os do CEDEC, mas com um viés ainda menos acadêmico e muito mais prático em termos de vinculação ao movimento popular.

A partir da forte movimentação grevista dos trabalhadores do ABC paulista ocorrida a partir de 1978, e da imediatamente posterior rearticulação das mobilizações populares por todo o país, a FASE e outras organizações do tipo AMP/SMP tomaram um impulso de

¹⁸⁷ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 171/172; também p. 157 e 170.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 172 (trecho entre aspas), bem como p. 177/178.

politização maior. No caso da FASE, seu trabalho comunitário começou a resultar em mobilizações mais fortes em termos de movimentos sociais urbanos e do movimento sindical. Essas organizações, em grande parte, se voltaram para a atuação em torno dos renascentes movimentos populares. “São os tempos em que ‘tem a troca de pessoal’ – 78, 79, 80.” Para Assumpção, a FASE seria um “espaço exemplar dessas transformações”, ocorrida também nas outras organizações do tipo AMP/SMP:

“O momento político por que passava o país – os movimentos sindicais e associativos de todo tipo rapidamente crescendo e se tornando visíveis como atores no processo de democratização, onde a presença da Igreja era forte – tem que ser levada em conta, mesmo que por si só não explique o fato de a FASE ter tomado o rumo que tomou, de forte ligação com esse campo da política. Mas era o que sucedia e essa organização, mudando seus diretores em 1975, estava passando por um processo de renovação de funcionários e de reciclagem de antigos agentes (...) as origens consideradas ‘assistencialistas’ da entidade (...) aparentemente tinham que ser varridas do mapa. Diferentemente de outras entidades existentes e atuantes, então – como por exemplo o CEDI e o NOVA, no Rio – a FASE não nascera da tradição das ‘pastorais populares’, da ‘Teologia da Libertação’, ou da tradição de ‘educação de base’ freiriana ...”.

“Os ‘Centros/ONGs’ vão-se então transformar a partir de um determinado caminho que tira seus agentes de uma relação privilegiada com o campo religioso e da assistência social para os inserir, nos finais da década de 70, no campo de movimentos sociais e sindicais, acompanhando de perto determinadas mudanças de conjuntura do país.”¹⁸⁹

¹⁸⁹ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 110/111 (primeiro parágrafo transcrito) e p. 231 (segundo parágrafo transcrito); bem como p. 232 e 235. O ISER, por exemplo, fez esse trajeto de se voltar para o trabalho de base junto aos movimentos sociais na década de 80 (ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 266/267). Uma exceção, no quadro das futuras ONGs, foi o IBASE, nascido em 1981, “com sua proposta primeira de criar um ‘acompanhamento crítico de políticas governamentais’ (essa não era questão privilegiada – ou sequer levantada – entre os ‘Centros’, mergulhados na criação da autonomia dos movimentos e sindicatos e na ‘formação’ das bases, longe do governo, nascidos no fechamento dos espaços institucionais dos tempos da ditadura)” – ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 318. Neste sentido o IBASE, no Rio de Janeiro, possuía algumas similaridades com o Pólis, de São Paulo, pois ambos eram voltados centralmente para a temática das políticas públicas: o IBASE *a priori*, o Pólis, gradativamente.

Nesse período, além dos ativistas cristãos mais “tradicionais”, a FASE já possuía em seus quadros pessoas formadas nas várias Pastorais de natureza popular e CEBs influenciadas pela Teologia da Libertação, bem como militantes do PC do B (na Região Norte do Brasil, por exemplo), do PCB e marxistas e trotskistas diversos – inclusive os ligados às oposições sindicais paulistas, nas quais vários membros da FASE “se dedicavam de corpo e alma”.¹⁹⁰ Um dos que atuaram na FASE de São Paulo foi o já antes citado Valderi Antão Ruviaro (Valdo), que dirigiria o setor de formação política da CUT/SP em fins dos anos 80. Vejamos seu relato:

*“(...) aí o pessoal falou ‘ô Valdo, você não quer entrar na FASE e tal, a gente sacou que você tem uma experiência interessante ao nível dos movimentos’ (...). E eu digo ‘não, tudo bem’. E eu era professor universitário. ‘Putá! não sei como é que eu vou compatibilizar isso’. E aí eu coloquei algumas exigências básicas. ‘Ó, eu posso contribuir e tal, mas com tempo limitado porque não vou abrir mão do meu trabalho e da coisa mínima em termos de faculdade e posso dividir meu tempo’. Então eu dava minha contribuição bem precisa e com oposições sindicais, seja no dia-a-dia mesmo, no trabalho com os grupos de oposições, na formação e ao mesmo tempo na preparação de material didático. Uma coisa que eu sempre adorei é fazer cadernos de formação. Sou viciado. E é legal. (...) Bom eu fiquei (...) indo pra tudo quanto era aula que o pessoal pedia que eu fosse. Eu fui pra Recife, que eu lembro. Pro Espírito Santo, foi uma época em que tinha uma equipe, uma equipezinha da FASE lá. Eu fui fazer um seminário lá, depois eu acabei sendo titular. Todo semestre (...) eu tinha que ir. ‘Não, o Valdo vem pra cá’. O pessoal do campo me chamava e tal. Até pela linguagem. Eu sempre consegui também ser muito acessível. Eu nunca fui ‘o’ professor universitário. Mesmo na universidade, não é isso?”*¹⁹¹

¹⁹⁰ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 111/112 e 236.

¹⁹¹ Entrevista a mim concedida por Valderi Antão Ruviaro.

Sobre esse influxo de novos “agentes” nas organizações do tipo AMP/SMP, exemplarmente a FASE, volto a citar Assumpção e sua precisa descrição a respeito:

“Quanto aos ‘marxistas’, alguns pertenciam a organizações e partidos na clandestinidade num processo, a essas alturas, de reconstrução de suas estruturas abaladas pelos anos ditatoriais e de tentativa de entrada, ou retomada, de seus laços com os movimentos sociais que então ganhavam força. (...) Outros ‘marxistas’ – era onde eu me enquadrava – vinham também de uma ‘trajetória 68’ (movimento estudantil, organizações clandestinas, repressão) havendo no entanto abandonado, em geral com um discurso crítico, suas antigas pretensões à ação revolucionária partidária. (...) Gente que se definia pelo socialismo não alinhado, desenvolviam um discurso crítico à Igreja – ao seu ‘populismo’ – e também ao ‘vanguardismo’ dos grupos comunistas organizados, habilidade e posição que certamente marcariam positivamente seu processo de ocupação de postos nessas entidades.”¹⁹²

Verifica-se nesses militantes de esquerda, muitos de formação universitária, que afluíam para as organizações AMP/SMP algumas das mesmas características que já existiam no perfil um pouco menos intelectualizado dos ativistas dessas organizações no pré-78: anti-vanguardismo (que era um dos elementos indutores da revisão crítica das concepções marxistas ortodoxas típicas do pré-64), visão mais “aberta” e menos dogmática das lutas populares e do socialismo, atenuação da centralidade da atuação partidária em favor da atuação nos movimentos sociais. Tais militantes assemelhavam-se aos intelectuais que no

¹⁹² ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 117/118. Apesar de Assumpção chamar a atenção para o fato de muitos dos intelectuais marxistas participantes de organizações do tipo AMP/SMP serem “abertos” ou críticos, ela relativiza essa caracterização, como na passagem abaixo: “Como se sabe, no Brasil – como na América Latina – o debate crítico à ortodoxia marxista que se desenvolveu já a partir dos anos 70 em centros europeus e norte-americanos não teve, à mesma época, maiores influências nas práticas políticas que aqui se desenrolavam. A virada dos anos 80 assistia, aqui, a uma significativa utilização de esquemas interpretativos marxistas na análise da realidade do país, tanto no campo intelectual como, sobretudo, no campo das forças que se colocavam à esquerda no espectro político. Essa teoria, com suas variantes, era a moeda corrente colocada na praça por grupos e partidos clandestinos (e logo pelo legalmente fundado PT, o Partido dos Trabalhadores), bem como pelos agentes da Igreja Popular, com a conhecida expressão com que situa a utilização da teoria materialista enquanto ‘ferramenta’. Versões do marxismo e estratégias socialistas diversas permeavam o ideário das direções de organizações representativas que então se criavam.” (ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 244). Avalio, contudo, que mais importante que a fidelidade teórica ou nominal a versões mais comuns do marxismo era a recusa concreta à política pecebista do pré-64, que resultava em experiências de luta popular mais plurais, que continuavam a reivindicar a Revolução e o socialismo “não-alinhado”, como bem adjectiva a autora.

mesmo período atuavam no CEDEC, por exemplo. Havia então uma afinidade entre ativistas cristãos progressistas e militantes de uma esquerda marxista crítica ou menos ortodoxa:

“Uma das condições para essa aproximação certamente era a coincidência entre a postura ‘anti-institucional’ na política gerada pela socialização de quem iniciou essa atividade sob a ditadura militar e próxima a grupos de esquerda armada, e a postura também ‘anti-institucional’ e ‘basista’ desenvolvida pelas alas da Igreja envolvidas com a Teologia da Libertação.”¹⁹³

Leilah Landim Assumpção, na época estudante de pós-graduação em antropologia do Museu Nacional (UFRJ), entrou na FASE nessa leva e posteriormente convidou um ativista que se tornaria destacado dirigente da organização, o então professor da PUC/RJ Jorge Eduardo Saavedra Durão, para lá trabalhar. Colega de “geração 68” e, como ela, estudante do Museu Nacional,

“Jorge era naquele momento um dos articuladores do ‘Comitê Brasileiro pela Anistia’, tendo sido logo após eleito seu presidente, o que – enquanto liderança de um dos movimentos sociais que se fortaleciam nacionalmente – dava-lhe reconhecimento para dentro da instituição. Acumulava as qualificações de antropólogo e especialista da política, o que se precisava.”¹⁹⁴

Jorge Eduardo Saavedra Durão viria a ser Coordenador Nacional da FASE em 1984. Ele e Maria Emília Lisboa Pacheco (também antropóloga do Museu Nacional), que seria Coordenadora Adjunta, foram “atores de peso na criação do que veio a ser chamado de ‘perfil institucional’ da entidade, já nos anos 80.”¹⁹⁵ Vejamos o depoimento do próprio Durão a respeito de sua entrada na FASE:

“É curioso, porque eu me encontrava em uma espécie de processo de recesso político. A coisa mais próxima do que me

¹⁹³ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 123 (nota).

¹⁹⁴ *Idem*, p. 113/114.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 114. Durão sucedeu o educador Jean-Pierre Leroy, que foi Coordenador Nacional da FASE de 1978 a 1983 (ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 104 - nota).

interessava, encontrei na perspectiva da minha pesquisa com antropologia social. Havia estudos sobre os trabalhadores rurais, pesquisas sobre a formação da classe operária no Brasil, outros temas de interesse social. Foi então que me convidaram para trabalhar numa pesquisa que a FASE estava começando a realizar.”¹⁹⁶

Corroborar-se, portanto, a impressão de que vários intelectuais e militantes da “geração 68” estavam interessados em se aproximar dos trabalhadores e de seus movimentos autônomos, por meio de estudos empíricos e de assessorias efetivas, e não em se aprofundar em contendas teóricas internas da esquerda ou do marxismo. Prossigo com o relato de Assumpção:

“A convivência entre gente vinda dessas diferentes trajetórias e organizações – e de muitas outras que não vão entrar nas ONGs – dava-se, claro, nos contextos de ‘trabalho comunitário’ e dos movimentos associativos de modo geral, intensificando-se exatamente nesse final de década [de 70] o encontro entre gente de origem cristã com organizações ou intelectuais marxistas.”

“Perceber a química própria em que esses agentes vão se misturar, com seus resultados particulares, nessas entidades, passa entre outras coisas por perceber sua diversidade e os contextos dos encontros. O corte sincrônico que faço de minha entrada na FASE – e essa entidade é extremamente representativa dessa diversificação, tendo sido fundada em 1961, em outra conjuntura, com outro perfil – permite então uma primeira aproximação descritiva dos personagens em jogo e dos pontos de sua trajetória, tais como se encontravam nos finais da década de 70. Os cristãos mais antigos da FASE vinham de uma história de práticas filantrópicas e ‘comunitárias’ de diversos tipos, levadas a cabo na entidade, próprias às obras sociais tradicionais da Igreja Católica; agora dedicavam-se à ‘superção’ desse passado ‘assistencialista’ no sentido de ingressar no campo da

¹⁹⁶ SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.* (entrevista de Jorge Eduardo Saavedra Durão concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 213.

*política de esquerda. A transformação era desigual, sendo a FASE uma entidade espalhada pelos quatro cantos do país, composta de inúmeras ‘equipes locais’ ...”.*¹⁹⁷

Assumpção atuava na assessoria rural da FASE, já que estudava campesinato (orientada por Moacir Palmeira) no Museu Nacional – o campo de estudos rurais nesta pós-graduação em antropologia social forneceu outros quadros para as futuras ONGs. E seu próprio depoimento sobre o trabalho de assessoria ilustra de modo impressionista como se dava a interação entre campo intelectual de esquerda e campo popular propiciada pelo privilegiamento que as organizações AMP/SMP passaram a dar aos movimentos sociais. Chamada para uma “oração” matutina em uma certa comunidade rural onde atuava, a autora relata:

“E, já perplexa, me emocionei com a ‘reza’ que, num clima calmo e informal, na casa cercada de verde, consistia em cada um falar sobre o porquê de estar ali, o motivo do seu ‘compromisso’, o sentido que dava à vida, com direito à expressão da minha diversidade, da minha história e do meu ateísmo.”

*“Apesar das distâncias, tínhamos muito em comum, era o que ali se evidenciava – se construía. Uma aproximação criada através do testemunho de disposições e intenções, sobretudo quanto a votos de transformações sociais e empatia com os trabalhadores; quanto a fins que davam sentido a nossas ações. (...) Naquela manhã ensolarada e fora do mundo (...) [se dava] um rito de passagem para minha posição de ‘assessora’ na estrutura da FASE, em cujo contexto cotidiano e cheio de tensões me caberia a pesquisa e a transmissão de concepções, de preferência marxistas, sobre a sociedade brasileira.”*¹⁹⁸

O que se pode extrair dessa passagem era o sentido da busca intelectual presente na “ida ao povo”, tão característica de jovens universitários da “geração 68”. Mais do que uma filiação ideológica ou teórica ao marxismo, que existia de modo disseminado no período,

¹⁹⁷ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 116 (inclusive nota).

¹⁹⁸ *Idem*, p. 121/122 (primeiro parágrafo) e 122/123 (segundo parágrafo).

esses “novos” intelectuais, críticos dos legados populista e pecebista e do marxismo ortodoxo, demonstravam uma empatia de cunho romântico em relação ao mundo dos trabalhadores e setores populares em geral. Uma vontade, tantas vezes colocada em prática, de interagir – e se identificar¹⁹⁹ – com o campo popular que se articulava a partir dos movimentos sociais em geral. Essa prática intelectual “nova” acabava por enfatizar as experiências dos setores “de baixo” de nossa sociedade, por meio de uma percepção “densa” da faceta empírica e fenomenológica das movimentações populares. Isso só era possível a partir de um reconhecimento radical, por parte do campo intelectual “novo” que se forjava, da legitimidade teórica e analítica das experiências populares – como já ressaltai em passagens anteriores.

As complexas relações entre movimentos populares, atividades de religiosos progressistas, intelectuais de esquerda disponíveis politicamente (tendo em vista a repressão imposta a suas organizações revolucionárias) e intelectuais críticos de esquerda (que trilhavam carreiras universitárias) foram centrais na configuração das organizações AMP/SMP na transição dos anos 70 para os 80.

“Quando começaram a entrar nos ‘Centros’ os ativistas ‘marxistas’ vindo de trajetórias não cristãs, as condições para a consolidação dessas entidades em sua especificidade já estavam formadas: havia os fundamentos dados pela rede de especialistas em ‘educação de base’, espalhados a nível nacional; estabeleciam-se, através dessas instâncias, as relações com grupos populares e com movimentos sociais emergentes na época; construíram-se mais solidamente as parcerias com as agências de financiamento internacional que possibilitariam aos ‘Centros’ uma autonomização – relativa, com relação às igrejas, ou total, com a relação a setores sociais, no país, de posições políticas agora conflitivas com o campo de atuação dos agentes dos ‘Centros’, como o empresariado nos anos de ditadura, ou mesmo setores de classes médias com que algumas antes se relacionavam no terreno da caridade ou da assistência social.”²⁰⁰

¹⁹⁹ Como bem aponta Otávio Guilherme Velho em *Antropologia para Sueco ver in Dados*, nº 1, vol. 23, Rio de Janeiro, IUPERJ/Campus, 1980 (já citado no capítulo 1).

²⁰⁰ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 243/244.

Leilah Landim Assumpção compreende que a entrada de intelectuais universitários de esquerda em várias organizações AMP/SMP foi bastante adequada para melhor capacitá-las a investir no trabalho de assessoria ao movimento sindical e aos movimentos sociais em geral. Muitas vezes a assessoria se configurava em “formação política”, atividade-irmã da “educação popular”. Gramsci, cuja obra era tão pouco conhecida no Brasil do pré-64, foi uma das “novas” referências marxistas que eram crescentemente utilizadas nos trabalhos das futuras ONGs. Ele “unia gregos e troianos na educação das bases” desde os anos 70, passando com força pelos anos 80. Uma figura importante dessa temática naqueles tempos foi Silvia Manfredi, educadora da USP que desde bem jovem trabalhava com educação popular, tendo atuado também no GEP-URPLAN (Grupo de Educação Popular do URPLAN), como já visto antes. Assim, exploravam-se as “possibilidades de valorização de um saber popular tiradas da teoria gramsciana” articulando-as “com as teorias freirianas.” Por outro lado, os militantes marxistas não deixavam de “fazer justiça a um capital acumulado pelos cristãos, essas ‘habilidades para as bases’”.

“Nesse sentido, há uma aliança entre essa esquerda que vai compor as ‘ONGs’ e as alas de Igreja Popular quanto a uma distinção comum: a que se constrói com relação a grupos e partidos – tantos os extintos quanto os, à época, clandestinos – inspirados em teorias ‘vanguardistas’. À ‘ida ao povo’ de uma Igreja visceralmente anti-vanguardismo juntam-se avulsos de uma geração que cresceu politicamente em leninismos e foquismos, agora em auto-crítica de seu passado recente.”²⁰¹

O anti-vanguardismo desse campo intelectual militante caminhava passo-a-passo com o trabalho de base, necessariamente realizado de “baixo para cima”, junto ao componente “popular” da sociedade civil e sempre distante do Estado:

“(...) o fundamental neste processo de redemocratização foi a lenta reconstrução, ou melhor, uma construção de um movimento social. Houve o renascimento do movimento sindical. ONGs, como a

²⁰¹ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 245, 249, 255/256, 261 e 262 (trecho transcrito).

*FASE, desempenharam um importante papel neste trabalho de formiga.”*²⁰²

Ainda articuladas sob o eixo preferencial da assessoria aos movimentos sociais, mas crescentemente ampliando seus nortes, temáticas e abordagens, as organizações do tipo AMP/SMP realizaram no Rio de Janeiro, em maio de 1986, o Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros, pouco tempo antes de se disseminar sua identificação enquanto ONGs. Esse encontro foi organizado pela FASE, pelo IBASE e outras pré-ONGs e por alguns dos principais dirigentes dessas organizações na época: Jorge Eduardo Saavedra Durão, Letícia Cotrim, Waldo César e outros.²⁰³ Já se prenunciavam novos tempos para a FASE e outras organizações similares, algo que foge aos objetivos desta tese.

Restringindo-me a partir de agora a visualizar a trajetória da FASE em sua etapa de relacionamento mais profundo com os movimentos sociais, já que nesse período se percebe mais fortemente a presença de intelectuais interessados em investigar o – e participar do – movimento popular, volto a recorrer ao rico relato de Leilah Landim Assumpção:

“De fato, esses primeiros tempos em que os ‘Centros’ passam a firmar um posicionamento que privilegia relações dentro do campo da política – fins de 70, inícios de 80 – serão momentos de crises internas. São as épocas em que vêm à tona os processos de ‘aparelhamento’ dessas entidades por tendências e partidos políticos, na clandestinidade ou não; ou os riscos do ‘a serviço dos movimentos’ resumir-se à existência dos ‘Centros’ enquanto meros espaços de profissionalização de quadros já inseridos nos movimentos e entidades representativas (...). Ou seja, processo em que se coloca em questão a dissolução de sua institucionalidade e autonomia não mais na Igreja, mas no ‘movimento’.”

“Os ‘Centros’ passarão por mais essa prova iniciática onde está em jogo uma institucionalidade própria, e esse acabará por se constituir em momento privilegiado de afirmação de sua identidade. Será a hora de elaborar, de modo prático, mais cuidadosa e sistematicamente, suas distinções com relação a movimentos,

²⁰² SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.* (entrevista de Jorge Eduardo Saavedra Durão concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 215.

²⁰³ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 339/340.

organizações representativas, tendências políticas, partidos. Ou seja, como estar ‘a serviço do movimento’ sem se subordinar ou confundir com ele.”

“Isso que hoje virou um discurso naturalizado no meio – as ‘ONGs’ transitam entre todos esses espaços, reafirmando sua independência institucional – foi produzido no decorrer de alguns anos, não sem conflitos, ganhadores ou perdedores ...”.

“Os ‘Centros’ em que os perigos de ‘aparelhamentos’ diversos mais se manifestaram – e que optaram por resistir a ocupações capazes de impedir a formação de uma identidade independente – foram certamente os responsáveis por esforços mais visíveis e intensos, nesses processos de criação de institucionalidade própria e de profissionalização.”²⁰⁴

Esse processo de autonomização de organizações AMP/SMP em relação aos movimentos que apoiavam, que resultou no surgimento institucional das ONGs, consistia também, a meu ver, num processo de percepção mais aguda do papel desempenhado por intelectuais que se relacionavam com movimentos de trabalhadores e demais setores populares. Majoritariamente, tal percurso histórico se moveu no sentido de garantir a autonomia da atividade intelectual diante de sua “clientela”, as entidades sindicais e populares e setores não-organizados de trabalhadores. As experiências de atividades de assessoria diretamente subordinadas aos movimentos sociais, como por exemplo o setor de formação política da CUT/SP, foram mais raras – ou menos relevantes política e socialmente. O caso da FASE ilustra bem como se deu o desenlace desse processo na maioria das vezes. Leilah Landim Assumpção, que também participou de tal momento, assim analisa a questão:

“A saga vivida pela entidade nos inícios dos anos 80, às voltas com diferentes ‘aparelhamentos’ de equipes distribuídas pelo país em função de seu formato federativo, a crise que teria então ameaçado sua sobrevivência, é contada e interpretada por seus agentes mais antigos como o momento de construção de – finalmente – uma entidade de ‘educação popular’ com perfil autônomo e definido, nacionalmente. Nessas memórias, o termo FASE poderia

²⁰⁴ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 249 a 252.

*ser substituído por ‘ONGs’: a trajetória evolutiva da FASE, dada pelo discurso de um de seus atuais diretores, é homóloga à história da conformação do campo de agentes e entidades que se tornaram ‘ONGs’”.*²⁰⁵

Assumpção recorre à entrevista por ela realizada com um dos principais dirigentes da FASE, o já citado Jorge Eduardo Saavedra Durão, que dá sua versão dessa crise:

“O que dividiu os campos dentro da FASE... na verdade o que dividiu os campos entre os que permaneceram na instituição e os que saíram dela, no período que vai de 80, 82... e até talvez 84, foi justamente os que estavam... de um lado, os que estavam dispostos a abrir um debate sobre o futuro da Instituição, um debate político aberto, em que essas oposições ideológicas ou religiosas não eram os elementos dominantes, nem a filiação partidária ou sindical, mas a busca de um certo projeto para a FASE. Enquanto que aqueles que tinham posturas puramente instrumentais com relação à FASE saíram. Como o pessoal do PC do B, ou do MR-8. Mas também saíram aqueles que queriam passar a FASE a limpo, de acordo com sua posição. Quer dizer, fazer uma homogeneização político-ideológica sem aceitar esse debate, por se considerarem, a priori, mais identificados com a história da FASE, ou com... esse pessoal, por exemplo, mais esquerdista, inclusive cristãos, mas que ao toleram o diálogo com pessoas de outras origens. (...) Nesse momento foram excluídos, ou até se excluíram, os que se recusavam a uma discussão em bases pluralistas. (...) O passo decisivo, o momento em que se deu uma definição de modo muito claro, foi quando a FASE resolveu elaborar os seus compromissos básicos, em 82. Ou seja: definir que o terreno onde se dariam as definições seria o terreno de uma política institucional da FASE e não o terreno das

²⁰⁵ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 252.

definições partidárias, ou sindicais, ou ideológicas, que a priori os técnicos da FASE tinham.”²⁰⁶

Era um período que as entidades do movimento popular estavam mais estruturadas, muitas vezes criando “suas próprias instâncias de formação política e cultural”. Esse era o desafio que as organizações AMP/SMP enfrentavam na época, como aponta Ozani Martiniano de Souza quando analisa a história do CEPIS, que passou por esse processo – e o solucionou – como a FASE. A proposta que acabou sendo “derrotada” historicamente consistia em inserir – ou diluir, dependendo de qual versão/lado dessa disputa se trata – as várias organizações SMP/AMP (centros de educação popular, formação política, assessorias diversas, etc) nas entidades sindicais e populares, como a CUT, principalmente.²⁰⁷

A proposição de um delineamento mais preciso da atividade intelectual, e que correspondeu à afirmação instituição e identitária das organizações AMP/SMP enquanto ONGs, foi defendida, por exemplo, por Jorge Eduardo Saavedra Durão na FASE e por Pedro Pontual no CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientae*). Este último, conforme já visto, avaliava que a solução desse desafio passava por uma relação mais orgânica, especializada e qualificada entre as futuras ONGs e as organizações do movimento social.²⁰⁸ Durão e Pontual, entre tantos outros intelectuais, argumentavam que só uma relação autônoma entre organizações intelectuais e organizações populares propiciaria um relacionamento produtivo entre ambas, garantindo-se a pluralidade de contribuições dadas pelos ativistas/militantes envolvidos e evitando-se pré-determinações ideológicas rígidas – normalmente de matiz obreirista – e “aparelhamentos” políticos das organizações AMP/SMP. Conforme relembra Durão:

“Mais tarde, no início do período da redemocratização (...) quando a composição da FASE tornou-se mais heterogênea, alguns dos seus membros distanciaram-se ou disputaram o controle da organização, em função das suas tendências políticas. Sentimos, então, a necessidade de fazer um esforço de remodelagem da instituição, de reencontrar os seus elementos de base comuns. Elaboramos uma carta de princípios, recusando a atitude dos que

²⁰⁶ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 253 – a entrevista realizada por Leilah Landim Assumpção com Jorge Eduardo Saavedra Durão data de novembro de 1992.

²⁰⁷ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 61 e 72. Também: ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 348.

²⁰⁸ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 73/74.

queriam proceder a uma espécie de limpeza da instituição em função das definições políticas subjetivas. A idéia da carta de princípios era justamente criar um quadro de referências suficientemente amplo para conter pessoas de tendências diferentes.”

“Neste momento, eu tinha uma orientação ainda marxista, e mais precisamente gramsciana. A idéia era, portanto, construir um consenso maior no seio da instituição. Tudo isto foi realizado com algumas fricções e rupturas, mas relativamente mais limitadas do que aquelas que o projeto contrário teria provocado, uma vez que este teria como efeito a expulsão de vários membros da FASE.”²⁰⁹

Essa disputa interna na FASE também é lembrada por Iram Jácome Rodrigues, já citado por sua participação no coletivo Reconstrução de Lutas Operárias:

“Eu trabalhei na FASE, né? Em 80. (...) Justamente durante seis meses eu trabalhei num projeto para escrever, para preparar um seminário sobre a greve de 80, sobre o movimento sindical, etc., um seminário grande que nós organizamos e fizemos um texto. (...) nós fomos contratados para... é como se fosse... não é bem consultoria, mas trabalhando lá pra preparar esse seminário e eventualmente iríamos ficar. Mas aí houve uma briga interna muito grande e nós saímos. Saímos e aí criamos um outro grupo chamado Reconstrução de Lutas Operárias, com apoio do CPV [Centro Pastoral Vergueiro]. Quer dizer, tendo o CPV como ponto de apoio e depois nos tornarmos independentes. Tínhamos uma pequena sede no centro da cidade e tal. (...) A gente não estava na briga, era uma briga muito maior, uma briga de setores mais moderados [contra] (...) setores que tinham posição mais próxima da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Eu tinha posição mais próxima da Oposição Sindical Metalúrgica e a FASE do Rio tinha posição mais moderada, para falar dessa maneira.”²¹⁰

²⁰⁹ SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.* (entrevista de Jorge Eduardo Saavedra Durão concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 213.

²¹⁰ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP.

Iram Jácome Rodrigues coloca essa disputa interna da FASE como sendo movida especialmente por maior ou menor radicalização política. O já mencionado Valderi Antão Ruviaro (Valdo) – que atuou junto à FASE durante quase 10 anos, entre os anos 70 e 80 – representava, nessa disputa, o lado da maior radicalização, ou, como quer Jorge Eduardo Saavedra Durão, a proposição daqueles que, não pertencendo à esquerda tradicional (MR-8, PCB, PC do B), “queriam passar a FASE a limpo, de acordo com sua posição” ou “queriam proceder a uma espécie de limpeza da instituição em função das definições políticas subjetivas”²¹¹ – algo que poderia resultar em aparelhamento. Vejamos então o lado “derrotado” dessa história da FASE e de outras organizações AMP/SMP, como o CEPIS:

“A divergência política de fundo foi um pouco a seguinte: nós aqui de São Paulo estávamos cada vez mais convencidos de que o movimento operário, seja do campo ou da cidade, tinha que ser privilegiado em termos de formação política, tanto no interior das fábricas em termos de oposições sindicais, especialmente, e em termos de associações de moradores e trabalhadores. (...) E a FASE em nível nacional, até pela diversidade (...) a FASE em nível nacional não concordou com essa ênfase que nós achávamos que tinha que dar. (...) como cada equipe tinha uma certa autonomia (...), chegou-se a um consenso num congresso que a gente teve em Brasília, que foi um ‘pau lascado’, (...) ficou definido que tudo bem, que São Paulo tocasse o barco da prioridade [operária] e tal (...) Para isso, então, nós criamos uma equipe – como a definição política estava dada, para nós estava claro (...). Eu, como era coordenador da FASE (...) aqui em São Paulo, eu encabecei isso e já chamei companheiros e tal. E a FASE nacional entendeu que nós estávamos equivocados. Nós tínhamos, inclusive, a equipe definida politicamente, definido o projeto, e verba existia pra isso, até por conta da discussão que tinha sido feita (...). Mas o pessoal esfriou. (...) Ai houve uma diferença de fundo mesmo. A gente foi pro Rio e tal, discutimos, eles não concordaram. Nós: ‘olha, nós vamos montar essa equipe e vamos tocar o barco porque a deliberação, no nosso

²¹¹ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 253 (citando fala de Jorge Eduardo Saavedra Durão em entrevista realizada por Assumpção em novembro de 1992) e SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.* (entrevista de Jorge Eduardo Saavedra Durão concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 213, respectivamente.

entendimento, a deliberação no encontro nacional da FASE foi nessa direção e, portanto, nós entendemos que é isso’. E a coordenação executiva chegou e estreitou a coisa. Aí nós discordamos. Foi assim ‘vapt-vupt’, né?’”²¹²

O relato de Valderi Antão Ruviaro parece se adequar à argumentação, do lado oposto, de Pedro Pontual, que apontava para o perigo reducionista da proposta defendida majoritariamente pela FASE/SP, que com sua “prioridade operária” não daria conta da diversidade da experiência dos movimentos sociais.²¹³ Mas essa polêmica no interior da FASE e do CEPIS, entre outras organizações AMP/SMP, ia além disso. Prossigo com a memória de Valdo:

“(...) quando entrei na coordenação de formação [política] da [CUT] estadual, em 87, houve toda uma discussão nas entidades de apoio e no [Núcleo de Educação Popular] 13 de Maio, que dava todo apoio à secretaria de formação da CUT (...), e eu já tinha elaborado isso, já vinha discutindo e achava, inclusive, que o 13 de Maio e as ONGs tinham que – uma vez que se consolidassem os mecanismos da classe trabalhadora do campo e da cidade em nível político e partidário, em nível sindical e em nível de movimento tipo MST – que cada vez mais as ONGs fossem sumindo do mapa. Eu comprei uma ‘briga lascada’, inclusive com o CPV (...) [por conta de] um artigo que escrevi contra as ONGs, achando que elas tinham que se encolher quanto mais emergissem os movimentos organizativos das mais variadas formas e que, portanto, as ONGs tinham cumprido o seu papel.”²¹⁴

Havia na avaliação de Valdo o entendimento implícito de que já era necessário aos intelectuais que apoiavam os movimentos sociais integrarem-se às próprias entidades sindicais e populares, subordinando-se a suas dinâmicas e a seus dirigentes, os trabalhadores.

²¹² Entrevista a mim concedida por Valderi Antão Ruviaro, Valdo, em fevereiro de 2006, em São Paulo/SP. Este trecho do depoimento de Valdo parece apontar que as origens do projeto/coletivo Reconstrução das Lutas Operária e do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio residiam nas especificidades da FASE/SP em relação à experiência originária do Rio de Janeiro, onde se localiza sua direção.

²¹³ SOUZA, *Op.Cit.*, p. 77.

²¹⁴ Entrevista a mim concedida por Valdo, em fevereiro de 2006, em São Paulo/SP.

Neste sentido, ele propugnava uma relação ainda mais profunda entre intelectuais e o campo popular, indo além do que defendiam, entre outros, Jorge Eduardo Saavedra Durão e Pedro Pontual, para quem a autonomia de intelectuais e dos movimentos permitiria uma melhor interação entre ambos. Conforme já visto, Valdo, ao prosseguir no trabalho de formação política da CUT/SP, acabou sendo, para o bem ou para o mal, vítima profissional e política de um aparato que obedecia à sua concepção de relação entre intelectuais e trabalhadores. Mas aqui trata-se de outra história. Restrinjo-me a apontar que haviam diferentes propostas – e realizações – de institucionalidades intelectuais. A que mais prosperou foi a representada pelo tipo-ideal de ONG, a FASE.

Outra característica presente na trajetória da FASE, que vinha já de antes de sua época de maior aproximação com a temática dos movimentos sociais, a partir de fins da década de 70, foi um viés discursivo anti-acadêmico, presente inclusive nos intelectuais de origem universitária que então crescentemente passavam a compor seus quadros. Este viés já foi percebido, por exemplo, em documentos do CEDEC, mas este se tratava de um centro eminentemente de pesquisa, só subsidiariamente de assessoria ao movimento popular. O discurso anti-acadêmico de membros e intelectuais da FASE ia certamente além de seu similar presente nas atividades de intelectuais do CEDEC, já que a FASE era uma organização ainda mais distante do mundo acadêmico-universitário, pois se estruturava mais em função dos diversos tipos de assessoria (educação popular, formação política, desenvolvimento de análises técnicas e especializadas, etc.) do que em torno de pesquisas sobre os movimentos sociais.

Neste sentido, afirma Assumpção:

“E vale aqui um parêntese para a observação de que as relações das ONGs com o campo acadêmico são ambíguas, caracterizadas por uma aliança/concorrência ou por continuidades e descontinuidades cujos termos têm variado com o tempo, a partir entre outras coisas das transformações através dos anos das posições que as ‘não governamentais’ vêm ocupando no espaço social brasileiro. ‘Intelectuais pedantes’, ‘herméticos’, ‘da torre de marfim’, de um lado; ‘intelectuais ressentidos’, ‘baixo clero’ ou ‘mal vulgarizadores’, de outro – as acusações freqüentam os diferentes corredores, cada campo ilegitimando o outro a partir de suas propriedades específicas.”

“Por outro lado, a ambigüidade dessa relação também se manifesta na presença, em diretorias de ONGs (o corpo de pessoas, pela legislação, voluntárias e que geralmente não participam de seu cotidiano institucional), de elementos com reconhecimento acadêmico, cujo prestígio, portanto, se busca e reconhece.”²¹⁵

Dentre os intelectuais que desenvolveram expressiva carreira acadêmica em universidades e que atuaram de modo relevante em pré-ONGs ou ONGs, pode-se citar: José Sérgio Leite Lopes e Otávio Velho – ambos antropólogos do Museu Nacional com participação na FASE, o primeiro também colaborava com o CEDI, o segundo com o ISER; Regina Novaes, antropóloga do IFCS/UFRJ, que participava do ISER e do CEDI; José Ricardo Ramalho, cientista social do IFCS/UFRJ que era um dos principais ativistas/dirigentes do CEDI; Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) da UFRJ, que atuava na FASE e no CEPPE (Centro de Estudos, Projetos e Pesquisa Social).²¹⁶

Esse discurso anti-acadêmico estava presente em intelectuais de origens diversas. Podiam ser educadores/pedagogos, assistentes sociais, advogados, carreiras que comumente se estruturam a partir antes de funções públicas *latu sensu* ou do mercado do que das universidades – muitos dos quais já com experiência em trabalhos em organizações AMP/SMP desde o início da década de 1970. Mas podiam ser também intelectuais marxistas heterodoxos que recentemente entravam no campo das ONGs, dotados de maior ou menor prestígio em círculos políticos ligados ao campo popular, bem como na Academia. Mas todos passavam a atuar na FASE e em outras organizações similares com

“disposição para a ‘assessoria’ e a pesquisa engajada, ou ‘participante’, ou ‘pesquisa-ação’ (...). Antropólogos, sociólogos, gente formada nas faculdades de Educação – pessoas capazes de realizar as pesquisas e de fazer as famosas ‘análises de conjuntura’ que precediam encontros nas bases ou de formação dos quadros intermediários dos ‘Centros’.”

²¹⁵ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 43/44 (primeiro parágrafo) e 45 (segundo parágrafo).

²¹⁶ Veja-se, a respeito, ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 45 (nota); também entrevistas, todas por mim realizadas no Rio de Janeiro, com José Ricardo Ramalho (em novembro de 2006), José Sérgio Leite Lopes (em 12/12/2006) e Ana Clara Torres Ribeiro (em 16/08/2006).

*“Sendo, no geral, gente mais provida de capitais econômicos e culturais do que a maioria dos agentes de ‘educação de base’ que compunham essas entidades, vão concorrer para a colocação dos ‘Centros’ em relação com outras instâncias institucionais, como universidades, partidos ou órgãos governamentais.”*²¹⁷

O primeiro projeto da FASE que contou com “gente saída dos mestrados universitários, iniciando uma carreira de professores acadêmicos e sem ligação alguma com a Igreja” foi o relativo à pesquisa e assessoria em áreas rurais, da qual a própria Leilah Landim Assumpção participou, no início de sua trajetória na FASE. Ela foi chamada para esse trabalho por meio do ambiente intelectual de antropólogos ligados ao Museu Nacional (PPGAS) e especializados em sociedades camponesas – Assumpção estava terminando o mestrado orientada por Moacir Palmeira:

“Eu fui a primeira a ser convidada para esse trabalho que identificava, para mim, um novo tipo de função: a de ‘professor’ ou ‘intelectual’ não ‘por aí’, mas ‘a serviço’. (...) [O trabalho] representava, ao mesmo tempo, a possibilidade de continuar pesquisas em áreas rurais, acrescentando-se a vantagem de me religar ao mundo da militância política a que me dedicara no bojo do movimento estudantil de finais dos anos dos anos 60, com uma curta continuidade através da passagem por organizações da esquerda clandestina (caminhos que fazem parte dos percorridos por uma chamada, pelo senso comum, ‘geração 68’) – militância abandonada desde os inícios da década seguinte, por força de uma conjuntura nacional de crescente repressão política, Parecia-me que era por caminhos como os vislumbrados nos trabalhos da FASE que as coisas mais interessantes aconteciam, no país. Minhas energias foram postas mais na FASE do que na PUC, por motivos a serem analisados. Esses eram os tempos em que se cunhou o apelido de ‘Jardim dos Finzi-Contini’ para o PPGAS, o que mostra a disposição

²¹⁷ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 246 e 247, respectivamente; veja-se também p. 157.

*de engajamento com que um grupo procurava se distinguir dentro da academia, ou imaginar outras posições fora dela.”*²¹⁸

Além dessa descrição ricamente impressionista de parte do ambiente intelectual da época, Assumpção traz à tona elementos específicos às ciências sociais, notadamente à antropologia, relacionados a essa aproximação entre campo intelectual e campo popular:

*“Pode-se pensar em alguns fatores que propiciaram, à época, uma espécie de adequação entre o enfoque e a prática da Antropologia Social, no Brasil, e determinados espaços de trabalho existentes nos ‘Centros de Educação Popular’. A crescente valorização dos métodos qualitativos de pesquisa, seguida pela valorização da Antropologia como disciplina, no decorrer das décadas de 60 a 80, ligam-se frequentemente a questões cuja justificativa é política. Ganha aos poucos espaço na Academia, em determinadas instituições, a ‘pesquisa engajada’ (...). No caso da ‘educação popular’, uma de suas práticas centrais é a ‘pesquisa participante’, necessariamente engajada...”*²¹⁹

Porém,

*“mais do que uma qualificação técnica antropológica, estavam em jogo competências de outra ordem, as envolvidas na ‘assessoria’ (...). Era apenas óbvio que os critérios de legitimidade aqui não eram os acadêmicos, mas implicavam antes de mais nada num ‘bom uso do saber’.”*²²⁰

Isto é, a antropologia contribuía para com um trabalho intelectual engajado tendo em vista características historicamente particulares suas – valorização do trabalho de campo, do contato empírico com o sujeito investigado, de métodos qualitativos que favoreciam a empatia com esse sujeito. E tudo isto se adequava com relativa facilidade a critérios que não eram

²¹⁸ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 106/107; bem como p. 104. O “Jardim dos Finzi-Contini” é um romance de Giorgio Bassani sobre uma rica família italiana.

²¹⁹ *Idem*, p. 107 (nota).

²²⁰ *Ibidem*, p. 109.

acadêmicos, mas políticos. Critérios fundados em valores oriundos do – ou imputados ao – campo popular: “o intelectual vindo da Academia deveria passar por toda uma ‘reciclagem’, uma socialização em que estava em jogo uma espécie de *mea culpa* por suas origens em que o ‘elitismo’ rondava por perto.”²²¹ Portanto, a relação entre campo intelectual e campo popular configurava uma “abertura (...) colocada em oposição à academia, como um espaço ‘fechado’, outras vezes aos partidos, lugar de gente ‘estreita’.”²²² Algo que era ressaltado pelo antropólogo Rubem César Fernandes, importante dirigente do ISER, em publicação dessa ONG intitulada “Sem Fins Lucrativos”, de 1985, onde afirmava que as ONGs consubstanciavam uma alternativa às práticas institucionais vigentes em universidades, partidos de esquerda e igrejas.²²³ Novamente valores contrários à rigidez e ao dogmatismo, normalmente aparentados com teorismos, bem como distantes de institucionalidades consagradas socialmente, prevaleciam nessa nova conformação de uma intelectualidade brasileira engajada à esquerda.

Leilah Landim Assumpção ressalta a importância dessa produção intelectual eivada de um anti-ademicismo, citando para tanto uma obra (“Para que serve conhecer o Campo”, de 1990) de Lygia Sigaud, professora do Museu Nacional e antropóloga politicamente engajada em pesquisas sobre setores populares. De acordo com Assumpção, Sigaud destaca, a respeito das ONGs voltadas para causas populares até os anos 1980, que suas publicações seriam espaços para intelectuais divulgarem análises, teorias e investigações em versões menos acadêmicas, que atingissem um público mais amplo.²²⁴

Uma boa ilustração dessa questão é fornecida pelo já citado Iram Jácome Rodrigues, no que tange aos seus importantes trabalhos sobre sindicalismo brasileiro e comissões de fábrica, desenvolvidos na pós-graduação em sociologia da USP sob orientação de Leôncio Martins Rodrigues, e parcialmente publicados por meio da FASE:

“(...) é a dissertação de mestrado. Defendi em 87. Publiquei dois artigos em 88 que realmente tiveram um certo eco. Publiquei na revista da FASE, na revista Proposta sobre comissão de fábrica. E muitas pessoas depois vieram comentar que esse artigo foi muito utilizado, esses dois artigos foram muito utilizados na discussão de formação nos sindicatos, junto ao pessoal da oposição sindical, o

²²¹ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 109 (nota).

²²² *Idem*, p. 171/172.

²²³ *Ibidem*, p. 50.

²²⁴ *Ibidem*, p. 46/47.

pessoal no Rio de Janeiro falava isso pra mim. No Rio, em outros lugares, acho que foi bastante debatido. E um deles eu apenas publiquei na revista, que foi um pouco do histórico das comissões, pegando os anos 10, anos 20, anos 30-40 [do século XX], mostrando um pouco dessa trajetória dessa forma de organização por local de trabalho. E o outro era uma questão mais específica mostrando os alcances, limites, digamos, dessa forma de organização do trabalho, já pegando a experiência específica, que foi minha experiência na Ford, na qual o Leôncio [Martins Rodrigues] fez uma pesquisa grande, eu trabalhei com ele e escrevi um livro...”²²⁵

Essa ênfase anti-acadêmica presente em tantas organizações AMP/SMP e nas suas sucessoras ONGs, por outro lado, não deixava de incomodar intelectuais que desejavam entrelaçar mais fortemente pesquisa e assessoria. Veja-se o relato de Cândido Grzybowski, sociólogo gaúcho de origem católica, egresso da Europa e radicado no Rio de Janeiro, que trabalhou na FASE antes de tornar-se dirigente do IBASE:

“Em 88, voltei para cá buscando alternativas. (...) Meu sonho sempre foi aliar a pesquisa à ação social. Esse era um objetivo que persegui durante um longo tempo. Na FASE tentamos mas não deu certo, porque isso não era prioritário para a instituição.”

“(...) era o que dificultava. Eles consideravam prioridade a educação popular. Eu dizia que eram ‘nânicos’ de cabeça, porque uma das instituições com maior experiência em educação popular não tinha uma reflexão sobre o que isso significava. Era um dever da FASE pesquisar. Mas isso levou a um embate, porque quando tentamos desenvolver um projeto de pesquisa, empacava por falta de financiamento.”²²⁶

²²⁵ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP. O primeiro artigo por ele citado é: RODRIGUES, Iram Jácome – *O Ressurgimento das Comissões de Empresas no Brasil pós-78* in **Proposta – Experiências em Educação Popular**, nº 40, Rio de Janeiro, FASE, mar/1989. O segundo artigo, no mesmo número da revista da FASE, é *Alcances e Limites da Experiência das Comissões de Fábrica*. Tratarei deles sucintamente em breve.

²²⁶ SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.*(entrevista de Cândido Grzybowski concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 223.

Dessa maneira, a meio caminho entre o campo acadêmico e o campo popular, organizações como a FASE alteraram decididamente o que tradicionalmente significava um engajamento intelectual junto à esquerda e aos movimentos sociais no Brasil. Com isso, não deixaram de contribuir fortemente para a construção de uma “nova” intelectualidade: crítica de doutrinas, de formas de ação política e de instituições típicas da esquerda, sempre em nome da autenticidade e da diversidade fenomenológica dos setores populares e de seus movimentos. Como bem assevera Assumpção: “Quanto às nossas ONGs, percorrendo-se seus periódicos, vê-se que têm como questão central, durante muito tempo, a construção da imagem do ‘agente’, de um ‘novo intelectual’.”²²⁷

Atenho-me agora a alguns poucos exemplos de produção intelectual gestada na FASE, ou por ela divulgada, sobre a reconstrução dos movimentos populares nos anos 1970/80. Objetiva-se aqui apenas ilustrar, com alguns discursos presentes em trabalhos constantes de publicações da FASE, a recapitulação de parte de sua trajetória unicamente pelo viés que venho aqui enfatizando, da elaboração e/ou utilização da idéia-força do “novo”, por parte do campo intelectual, para revelar e qualificar positivamente os movimentos sociais no cenário político do Brasil do período.

Um dos exemplos mais claros da idéia-força do “novo” no âmbito da FASE é a edição de nº 40 de sua principal publicação, a revista Proposta – Experiências em Educação Popular, que abordou a seguinte temática: “Comissões de fábrica – uma década do novo sindicalismo”. O ano já era 1989. Alguns dos dirigentes da FASE nesse momento eram os já citados Jorge Eduardo Saavedra Durão e Maria Emília Lisboa Pacheco, bem como o educador Lorenzo Zanetti. No Conselho Editorial da referida publicação estavam, entre outros, Jean-Pierre Leroy e o também já mencionado Cândido Grzybowski. Na apresentação dessa edição, afirmava-se:

“O presente trabalho de Proposta pode ser considerado parte do balanço, numa perspectiva histórica, das preocupações com o aprofundamento da reconstrução do movimento operário brasileiro. O chamado ‘novo sindicalismo’ já comemora uma década de existência, mas algumas das tarefas essenciais da construção de um movimento operário independente dos partidos políticos e do Estado

²²⁷ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 44 (nota).

já foram levantadas precocemente na grande greve de 1953 em São Paulo e nas greves de 1968 (Contagem-MG e Osasco-SP). (...)”

“O processo de reorganização do regime político no Brasil vem sofrendo a pressão combinada do surto grevista e da participação cívica dos trabalhadores, mas é no recorte da relação entre organização sindical e cidadania operária que encontramos o eixo principal do aprofundamento da democracia como expressão direta de uma nova prática e de uma nova consciência operária. (...)”

“Na soma dos temas e dos artigos tratados companheiros da FASE e convidados nos oferecem um painel das necessidades e tendências que exigem da CUT, dos sindicatos, dos ativistas e das entidades de apoio conferir de maneira permanente uma feição organizativa de base renovado ao movimento operário reconstruído e renovador, aprofundando o experimento do novo sindicalismo capitaneado pela CUT.”²²⁸

No início desta apresentação estava exposta uma típica configuração do “novo sindicalismo” enquanto uma das categorias centrais para a renovação do campo intelectual nos anos 1970/80: a questão da autonomia (independência) sindical di(st)ante da institucionalidade – Estado e partidos políticos da esquerda tradicional; a referência aos “ensaios” de novo sindicalismo no pré-1978, as greves de 1953 (estudada pioneiramente por José Álvaro Moisés e também Francisco Weffort) e de 68 (estudada por Weffort) – Moisés e Weffort, não por coincidência, dois autores seminais da “sociologia do novo sindicalismo”; a conjugação de movimento sindical e cidadania operária de modo a garantir a democratização da sociedade brasileira; a ênfase, enfim, no caráter “novo” da prática e da consciência dos trabalhadores que protagonizam esse processo.

Essa edição da revista Proposta era repleta de artigos a respeito do “novo sindicalismo”, tais como “Desafio para o ‘Novo Sindicalismo’”, de autoria de Lorenzo Zanetti, então coordenador da regional Sudeste/Sul da FASE.²²⁹ Dois artigos de Iram Jácome Rodrigues, então doutorando em sociologia na USP orientado por Leôncio Martins Rodrigues, apareciam nessa edição – algo já indicado anteriormente. Num deles, “O Ressurgimento das Comissões de Empresas no Brasil pós-78”, havia subtítulos como “O

²²⁸ Proposta – Experiências em Educação Popular, nº 40, p. 1.

²²⁹ Idem, p. 2.

nascimento do novo sindicalismo” e “Dimensão política das novas formas de organização”, além de serem citados trabalhos como “O Significado das Lutas Operárias dos Últimos Anos e os Rumos do Movimento”, datado de outubro de 1980 e oriundo da pesquisa “Reconstrução das Lutas Operárias” – história que já percorremos sucintamente.²³⁰

Tomo a liberdade de citar algumas passagens muito significativas do artigo de Iram Jácome Rodrigues, no que tange à construção conceitual do “novo sindicalismo”:

*“Uma das características mais importantes da pressão operária no final dos anos 70 e começo da década de 80 é, assim, o fato de que **as reivindicações trabalhistas se voltaram primordialmente para o local de produção**, situando o tema da criação de organismos de representação dos trabalhadores como uma questão central.”*

*“Essas **novas formas de gestão da força de trabalho** devem ser levadas em conta quando se analisa o novo contexto em que surgem as experiências de comissões de fábrica nesses últimos anos.”*

*“O ressurgimento das comissões de empresa no pós-78 é resultado dos vários fatores que convergiram no nascimento do **novo sindicalismo**. Esse sindicalismo parte principalmente dos trabalhadores das empresas modernas e daqueles setores mais de ponta da economia brasileira, e tem seu **lócus** fundamental nas indústrias automobilísticas, com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema como sua expressão maior. É nesse setor que serão travadas, no final dos anos 70 e nos seguintes, os principais embates contra o autoritarismo militar, pela democratização da sociedade e, por extensão, pela liberalização das relações de trabalho no Brasil.”*

*“Na raiz desses conflitos está a paulatina afirmação das **classes subalternas que não aceitam mais serem tratadas como apêndice das máquinas**. E nesse processo de reconstrução de sua identidade os trabalhadores não apenas tentam aumentar seu poder*

²³⁰ RODRIGUES, Iram Jácome – *O Ressurgimento das Comissões de Empresas no Brasil pós-78* in **Proposta – Experiências em Educação Popular**, nº 40, p. 15 e 18.

*de barganha junto ao Estado e aos empregadores, como questionam aspectos do processo de trabalho, o autoritarismo da estrutura sindical e a dicotomia produtor/cidadão.”*²³¹

Estão presentes nessas passagens alguns “conteúdos” desse “novo”: a relação entre as lutas operárias, suas formas de organização de base e o “chão-de-fábrica”, a emergência da mobilização de trabalhadores privados ligados a indústrias de ponta e a relação dessa emergência com uma mais genérica afirmação identitária e cidadã dos setores populares em nossa sociedade. Tudo isso em parte enfeixado por “novas formas de gestão do trabalho” e por um “novo contexto” do surgimento das comissões de fábrica no “novo sindicalismo”.

Praticamente o mesmo pode ser dito do outro artigo de Iram Jácome Rodrigues na mesma edição da revista Proposta: “Alcances e Limites da Experiência das Comissões de Fábrica”. Nele se falava da “**demanda pela institucionalização de novos direitos no mundo do trabalho**” e na possível expansão das comissões de fábrica “na medida em que seja rompida a tutela dos sindicatos pelos Estado”.²³² Além da questão da autonomia operária aqui presente, ainda que colocada juntamente com a necessidade de institucionalizar-se direitos correlatos, chamava-se a atenção para o caráter complexo das experiências dos trabalhadores, buscando-se “apreender de forma mais ampla possível o **fenômeno estudado** naquilo que possui simultaneamente de **especificidade e diversidade**.” Ao mesmo tempo, o autor atacava teleologismos e esquematismos nas análises sobre os trabalhadores: “é importante **relativizar** uma visão unilateral da representação operária como sendo ou **necessariamente combativa e revolucionária** ou **integrada aos interesses da empresa**: ou anti-capitalista ou pró-capitalista.”²³³

Apontava ainda Iram Jácome Rodrigues explicitamente para o “novo”. “Demanda importante da classe trabalhadora no pós-78, a comissão de fábrica é a **novidade** que emerge da prática operária nos últimos anos...”. E o relacionava à dimensão micro-sociológica do cotidiano, tão afim ao “chão-de-fábrica”, quando mencionava os “movimentos moleculares que estão ocorrendo no interior das fábricas”, bem como acabava por mencionar a temática democrática, estratégica para o “novo sindicalismo”:

²³¹ RODRIGUES, Iram Jácome – *O Ressurgimento das Comissões de Empresas no Brasil pós-78*, p. 16 (primeiro parágrafo), 17 (segundo) e 18 (dois últimos parágrafos) – negritos do próprio autor.

²³² RODRIGUES, Iram Jácome – *Alcances e Limites da Experiência das Comissões de Fábrica* in **Proposta – Experiências em Educação Popular**, nº 40, p. 55 e 57, respectivamente (trecho em negrito pelo próprio autor).

²³³ *Idem*, p. 57 (negritos do autor).

“A representação por local de trabalho é fundamental para o operariado: organismo de base que vive o dia-a-dia da fábrica, é importante veículo de democratização no interior da empresa, atingindo um contingente operário que muitas vezes o sindicato não consegue se aproximar, à medida que a representação na unidade produtiva consegue dar conta da heterogeneidade da classe trabalhadora dentro da fábrica com a participação de sindicalizados e não-sindicalizados. (...)”

*“A comissão de fábrica nasce junto com a luta dos trabalhadores por **novos direitos** no espaço da produção (...) Funciona ainda como importante **fator de coesão e identidade coletivas.**”²³⁴*

É certo que Iram Jácome Rodrigues não era um membro efetivo da FASE, apesar de sua curta experiência na FASE/SP no ano de 1980. Mas o fato é que seu trabalho de pesquisa, sua análise e seu posicionamento teórico-político foram demandados e bem recepcionados pela FASE, o que revela a adequação da performance acadêmica do autor (ainda mais tendo em vista sua trajetória militante em organizações de esquerda, a ser vista mais tarde) ao campo das organizações AMP/SMP e ao campo do movimento popular.

Em outro artigo da mesma edição da revista Proposta, de Clarice Melamed e Renato Rocha Pitzer, ambos técnicos da FASE-RJ que acompanhavam o movimento sindical, é possível perceber uma bibliografia certamente influente no período, para ativistas ligados à área operária: “O que é Sindicalismo” (Coleção Primeiros Passos da Brasiliense), de 1982, de Ricardo Antunes (cientista social da UNICAMP e militante de dissidências do PCB); “O que são Comissões de Fábrica” (da mesma coleção), também de 1982, de Ricardo Antunes e Arnaldo José França Mazzei Nogueira (futuro cientista político, de linha acadêmica e política similar a de Antunes); “O que é Estrutura Sindical (também da mesma coleção), de 1987, e “A Liberdade Sindical no Brasil” (coleção Tudo é História, também da Brasiliense), de 1986, ambos de Vito Gianotti (ex-militante operário dedicado à assessoria sindical); “O Movimento Grevista no Brasil” (da mesma coleção), de 87, e “O que é Greve” (Primeiros Passos), de 88,

²³⁴ RODRIGUES, Iram Jácome – *Alcances e Limites da Experiência das Comissões de Fábrica*, p. 58 (negritos do autor).

ambos de Márcia de Paula Leite (então doutoranda em sociologia pela USP, com passagem pelo CEDEC).²³⁵

Documentos mais antigos da FASE, inclusive da FASE/SP, abordavam o “novo sindicalismo” em sua origem, mas sem usar ainda tal conceituação. É o caso de “CONCLAT 1981 Histórias e Questões”, de 1981, onde pode-se observar a valorização da “participação ampla das bases nas articulações”, a proximidade programática entre sindicalistas “autênticos” (do ABC) e militantes das “Oposições Sindicais” (presentes principalmente na cidade de São Paulo) e a crítica ao cupulismo dos sindicalistas tradicionais (chamados “reformistas”) compostos por “pelegos” ligados à estrutura sindical oficial no período da ditadura, além do PCB, PC do B e MR-8.²³⁶

A equipe da FASE/SP também contribuiu, por exemplo, na pesquisa que deu origem ao livro “Comissão de Fábrica – uma forma de organização operária”, de autoria coletiva da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, publicado pela Editora Vozes (Petrópolis, 1981), contando a experiência dessas comissões nas empresas Toshiba, Massey-Ferguson, Philco e Siemens. O livro trazia entrevistas com trabalhadores, com a descrição de suas lutas, problemas, etc., sendo um típico exemplo de iniciativa de organização AMP/SMP voltada para permitir a amplificação da voz e da versão dos próprios militantes operários sobre seus movimentos e questões.

A atuação da FASE junto aos movimentos sociais urbanos também foi relevante pelo menos desde os anos 1980, como atesta, já na década seguinte (em 1995), uma edição da revista Proposta (a de nº 67) dedicada aos “movimentos populares urbanos”, que contava com avaliações desses movimentos pelas equipes da FASE de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Belém. Esta edição contava com artigos de intelectuais especialistas no tema, como Ana Clara Torres Ribeiro, Pedro Jacobi e outros. Apenas a título de exemplo, cito passagem de um artigo de Hélio Ricardo Porto (historiador, técnico em educação da FASE e membro do IPPUR/UFRJ), publicado nesta edição:

“Talvez, mais do que os partidos, os movimentos sociais tenham sido os responsáveis pela demonstração, no cotidiano, da importância da abertura democrática para o alcance de condições de participação da população nas políticas locais e nacionais. As

²³⁵ MELAMED, Clarice & PITZER, Renato Rocha – *A Importância da Fábrica na Esfera da Organização Política* in **Proposta – Experiências em Educação Popular**, nº 40, p. 51/52.

²³⁶ _____ - **CONCLAT 1981 Histórias e Questões** (mimeo), São Paulo, FASE/SP, ago/1981, p. 8 a 11.

organizações de esquerda, inseridas nesses processos de reivindicação e de mobilização, também encontraram condições favoráveis para a sua indispensável legitimação.”²³⁷

Para concluir, fica claro que a trajetória da FASE nos anos 1970 e 80 configurava um ajuste de contas com o passado populista do campo popular por meio da assessoria aos movimentos populares. Estes eram eleitos por intelectuais de organizações AMP/SMP como referência maior das lutas democráticas e sociais no país, em substituição ao marxismo ortodoxo. Com isso, a assessoria aos movimentos assumia importância central, sendo o lugar mesmo da produção intelectual da FASE e de outras organizações similares. Enquanto no CEDEC a pesquisa empírica engajada sobre os trabalhadores substituiu os esquemas marxistas anteriormente utilizados, na FASE a própria assessoria, com um caráter necessariamente prático e empírico, cumpria esse papel.

2.6 IFCS: passado e futuro nas ciências sociais do Rio de Janeiro dos anos 1960/70

“(…) começava a suspeitar que o privilégio concedido à análise científica, objetivista (...), em relação à visão indígena talvez fosse uma ideologia profissional. (...) É preciso, portanto, elaborar uma teoria dessa relação não teórica, parcial, um pouco terra-a-terra, com o mundo social, que é o da experiência cotidiana. E uma teoria da relação teórica, de tudo o que está implicado – a começar pela ruptura da adesão prática, do investimento imediato – na relação distante, afastada, que define a postura científica.”
(BOURDIEU, Pierre – **Coisas Ditas**, São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 33)

A história intelectual das ciências sociais nas universidades fluminenses é bem menos conhecida e estudada do que a mesma área nas universidades paulistas, notadamente a USP. No que tange ao período que se estende de 1960 em diante, mais ainda. Assim, além de fazer-se necessário preencher sucintamente tal lacuna, dentro dos limites e do enfoque desta tese, é importante lançar um olhar histórico sobre o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, uma vez que ele mesmo se constituiu, a partir dos anos 1970, em importante celeiro de produção de intelectuais vinculados de alguma maneira ao movimento popular, bem como centralizou uma pequena mas significativa parcela da vida política de intelectuais de esquerda no Rio de Janeiro.

²³⁷ PORTO, Hélio Ricardo – *Rio de Janeiro: os movimentos populares urbanos de 1964 a 1988* in **Proposta – Experiências em Educação Popular**, nº 67, Rio de Janeiro, FASE, dez/1995, p. 62.

pesquisavam no NUPES e no AMORJ aprendiam na prática sobre a temática sindical. Muitos passariam a atuar, em anos posteriores, como assessores sindicais.²⁷⁰

Alguns exemplos de trabalhos elaborados pelo AMORJ e pelo NUPES:

- “Cadastro dos Sindicatos e Federações de Trabalhadores dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo”;
- “Catálogo Ferroviários em Luta”;
- “Guias dos Centros Brasileiros de Documentação, Formação e Assessoria Sindical”.

A trajetória de boa parte desses intelectuais, cariocas ou radicados no Rio de Janeiro, que se concentravam em grande parte no IFCS, mas também em outros *loci* universitários fluminenses, está estreitamente ligada à história do CEDI, que veremos a seguir.

2.7 O CEDI: religião, universidade e engajamento nos movimentos populares

O CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) em sua origem era influenciado pelas pastorais populares, pela Teologia da Libertação, bem como pela tradição de educação de base fundamentada na obra de Paulo Freire e pelo legado do MEB (Movimento de Educação de Base), que remontava ao pré-64.²⁷¹

Sobre o ambiente político de base cristã progressista do período, recorro à rica descrição analítica de Leilah Landim Assumpção, em seu importante estudo sobre as origens das ONGs no Brasil, obra já mencionada:

“As falas contam, por um lado, sobre aqueles que ficaram pelo país depois do golpe e em que condições ficaram – seriam os responsáveis pelas continuidades; e, por outro, sobre os que foram para o exterior e voltaram, ou os que iam e vinham, os mensageiros, os mediadores.”

“Gente que, certamente, não ocupava posições de direção ou visibilidade nas lutas e organizações do pré-64. E a ‘costura’, para usar um termo empregado freqüentemente, teria sido dada antes de mais nada pelo pertencimento passado a organizações como JUC,

²⁷⁰ Agradeço a Marco Aurélio Santana (atualmente professor no IFCS/UFRJ) pelas informações disponibilizadas relativas ao NUPES. Demais informações obtidas sobre o AMORJ, junto à Elina Pessanha.

²⁷¹ ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 110/111 e 150. Também: _____ - *A Formação do CEDI – relato/crônica/versões* in **Tempo e Presença**, nº 192, Rio de Janeiro/São Paulo, CEDI, jun-jul/1984, p. 22/23.

JOC, AP e, fundamentalmente, o MEB, talvez porque, dessas organizações, foi a que manteve mais solidez institucional no pós-golpe, apesar da repressão sofrida por seus quadros e equipes mais destacados (...). Ou ainda porque o MEB, por sua natureza, abrigou de forma mais ampla os que faziam carreira de ‘educadores de base’, de ‘alfabetizadores de adulto’, especialistas no que viria a ser chamado mais tarde de ‘educação popular’.”²⁷²

Havia então “‘redes invisíveis, mas não organizadas’ das pessoas” que ministravam “‘cursos’ e ‘assessorias’ junto a bases paroquiais”, sobre “realidade brasileira” e outros assuntos correlatos; e em tais bases “se criavam ‘laços de confiança entre o povo e os agentes’”.²⁷³

Nesse cenário emergiram determinados organismos e a atuação de certas pessoas. É o caso do CEI (Centro Ecumênico de Informação), que viria resultar no CEDI. O CEI inclusive teve uma editora chamada Tempo e Presença, que viria a ser o nome adotado pela principal publicação do CEDI, posteriormente. As origens do ISER (Instituto Superior de Estudos da Religião) também estão aqui, por meio do ISET – Instituto Superior de Estudos Teológicos. Trata-se do mundo ecumênico progressista e da esquerda protestante (tanto ou mais dissidente em relação a suas hierarquias que os católicos da Teologia da Libertação). É onde se destacavam o teólogo Waldo César, fundador do ISER, e Jether Ramalho, fundador do CEI e do CEDI.²⁷⁴

A respeito da trajetória de Jether Ramalho, que já vimos parcialmente na parte anterior relativa à história do IFCS, recorro ao depoimento do próprio:

“Um aspecto muito particular em relação à minha entrada na faculdade [a FNF] é o fato de eu ser uma pessoa muito mais velha do que os meus colegas. Eu já concluíra um curso superior (...) Eu havia sido o responsável por todo o departamento de ação social da

²⁷² ASSUMPÇÃO, *Op.Cit.*, p. 150 e 152, respectivamente. Lembrando apenas: JUC era a Juventude Universitária Católica e JOC, Juventude Operária Católica, ambas organizações ligadas à Igreja Católica, que já expressavam uma mobilização progressista de setores cristãos nas lutas políticas presentes na sociedade brasileira no pré-64. AP era a Ação Popular, organização política também de origem católica que se radicalizava à esquerda nos anos 60 e 70. MEB era o Movimento de Educação de Base, também ligado à Igreja Católica e atuante no mesmo período, cujo legado se espalhou por vários setores de esquerda brasileira.

²⁷³ *Idem*, p. 154. A autora entremeia expressões utilizadas por entrevistados seus com sua própria descrição, nesse trecho.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 155 e 180.

Confederação Evangélica do Brasil (...) Nós tínhamos escritórios em todos os estados e trabalhávamos com cerca de três mil igrejas. Por isso, trazia uma história de atividade, de trabalho, de conhecimento do Brasil.”²⁷⁵

Seu filho, José Ricardo Ramalho, que, assim como o pai, de aluno também se tornaria professor no IFCS, era um dos intelectuais e militantes de frente no CEDI:

“(...) eu nunca fui ligado à nenhum grupo de esquerda. Mas eu me associei à uma ONG chamada Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI – que fazia uma espécie de ligação entre profissionais universitários com setores da Igreja Católica e Protestante que tinham uma opção política forte pela luta, pelos pobres e tal, né? E muito influenciada pela Teologia da Libertação de 68, etc. Então, minha atuação política se deu muito através desse tipo de organização, que tinha uma opção não clandestina, que tinha uma opção pra atuar, quer dizer, sem ser na clandestinidade. Mas a gente fazia um trabalho que a gente chamava de trabalho de assessoria, um trabalho acadêmico associado... quer dizer, um trabalho acadêmico que tinha a idéia de servir de alguma forma ao movimento de trabalhadores, enfim. Aí variou desde índios, camponeses e trabalhadores urbanos, operários e tal nesse período.”

“E o movimento ecumênico tinha essa idéia de, enfim, trabalhar junto com as diversas religiões e, particularmente, com a Igreja Católica. Nesse período, a possibilidade de ter contato com o movimento operário, sindical, era muito difícil. E a gente fazia isso via os organismos da Igreja [Católica], como a ACO (Ação Católica Operária), as pastorais operárias de São Paulo, mas de outros lugares do Brasil também, do Rio, e também outros tipos de movimentos sociais que ocorriam via Igreja. Então, durante um tempo eu fiz assessoria, acompanhei os movimentos sociais da Baixada Fluminense, por exemplo, que eram movimentos sociais

²⁷⁵ Cf. seu depoimento (p. 341) na obra já citada de PESSANHA, BÔAS & MOREL.

*organizados pela Igreja Católica e a assessoria era dada pelo CEDI.”*²⁷⁶

Como também chama atenção Leilah Landim Assumpção,²⁷⁷ o CEDI era uma organização que tinha relações com o mundo religioso progressista mas sem vínculo subordinativo, e, além disso, ao contrário de várias outras organizações de origem católica ou ecumênica dedicadas à educação popular ou à formação política, era formado majoritariamente por intelectuais acadêmicos. Assim, o CEDI contemplava um importante “referencial marxista”, bem como

*“contatos com o mundo da intelectualidade acadêmica de esquerda – aparecendo, aí, os intelectuais do CEBRAP como agentes com que também se dialogava eventualmente. O CEDI (assim como o ISET/ISER, que nasce a partir do mesmo grupo de pessoas, e com uma vocação de pesquisa e estudo) afirma, em suas origens, uma especialidade mais marcadamente teórica e teológica, reunindo uma intelectualidade religiosa e de esquerda...”*²⁷⁸

Ou nas palavras constantes da auto-visão elaborada pelo próprio CEDI:

*“Um conjunto razoável de pessoas, com disponibilidade e competência, assumindo coordenadamente essas duas faces do CEDI – os **serviços** a interlocutores preferenciais (beneficiários diretos) e os **modos** de produzi-los –, constroem a **experiência do CEDI**.”*²⁷⁹

O CEDI foi criado oficialmente em 1974, mas suas origens remontam à uma modificação importante na trajetória do CEI, que, em 1968, a seu conjunto de ativistas cristãos teve somado uma leva de educadores e cientistas sociais, muitos deles influenciados pelo marxismo. Foi nesse período que esse grupo de militantes e intelectuais engajados elegeu a “intersecção igrejas-movimentos populares” como principal foco de sua ação. O CEDI

²⁷⁶ Entrevista a mim concedida em novembro de 2006, no Rio de Janeiro/RJ.

²⁷⁷ ASSUMPCÃO, *Op.Cit.*, p. 157 e 179.

²⁷⁸ *Idem*, p. 180.

²⁷⁹ _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI* in **Tempo e Presença**, nº 192, p. 9.

iniciou seus trabalhos na área de educação popular, atuando ao mesmo tempo na defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas, no contexto do enfrentamento com o regime autoritário, e no apoio aos movimentos populares.²⁸⁰

*“A questão central que unia, desde o princípio, ao nível das intenções políticas e teológicas, os membros do CEDI aos grupos com os quais trabalhava, na referida intersecção, era a disposição comum do fortalecimento dos movimentos populares autônomos e permanentes, base para uma nova arquitetura da democracia do Brasil.”*²⁸¹

Vê-se aqui, preliminarmente, tanto a valorização da autonomia dos movimentos populares, tão comum na sociologia paulista dos trabalhadores (feita na USP, no CEDEC, etc.), quanto a emergência correlata da idéia-força do “novo”, a adjetivar a democracia brasileira, buscando substancializá-la desde baixo. Nesse contexto o CEDI buscava também “Novas Formas de Ser Igreja”.²⁸²

Quando o CEDI foi fundado oficialmente e passou a se institucionalizar, em 1974, teve inicialmente uma pequena sede nos fundos do Colégio Sion, no Rio de Janeiro – depois teria outras. Ali se reuniam ativistas do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, e nessa época ainda elaboravam publicações como o Boletim e Suplementos do CEI. Em pouco tempo o CEDI passou a ter três setores: publicações, documentação e assessoria. Esta última iria se especializar: assessoria popular na área urbana, rural, indígena, etc. Fazia-se no CEDI análise de conjuntura, acompanhavam os documentos e notícias relativos aos movimentos populares e ampliavam os trabalhos de assessoria aos movimentos. Eles tinham também contatos e faziam intercâmbio na América Latina.²⁸³

A partir de 1978, com o avanço das lutas sociais e democráticas no país, o CEDI ampliava suas articulações e trabalhos junto a igrejas evangélicas, questionava cada vez mais a hierarquia católica e passava a se envolver com os movimentos populares para além dos respectivos trabalhos pastorais. As experiências de assessoria passaram a ser mais duradouras. Este é o momento em que o Boletim do CEI foi substituído pela revista Tempo e Presença, já

²⁸⁰ _____ - *A Formação do CEDI – relato/crônica/versões*, p. 22/23.

²⁸¹ *Idem*, p. 22.

²⁸² _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*.

²⁸³ _____ - *A Formação do CEDI – relato/crônica/versões*, p. 23. Também: BRANDÃO, Carlos Rodrigues – *Os Primeiros Tempos* in **Tempo e Presença**, nº 192, p. 24.

do CEDI, e as publicações se multiplicaram, como é o caso do Aconteceu Semanal. Posteriormente foram sendo publicados números especiais do Aconteceu. Em 1977 o CEDI abriu um escritório em São Paulo, por conta especialmente do trabalho junto aos operários do ABC paulista, trabalho esse que cresceu enormemente. Neste período, também, vários membros deixaram o CEDI para exercer militância em outros canais políticos e populares. A partir de 1984, sua atuação – “serviços” no dizer de seus membros – passou a se estruturar em programas. Era o momento em que sua atuação já se consolidara junto aos movimentos populares e diante de organizações eclesiais.²⁸⁴

O CEDI era financiado por organizações mundiais de Igrejas Protestantes e Evangélicas, notadamente da Holanda e Alemanha, mas também da Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. Bem como por organismos ligados à Igreja Católica na Bélgica, França e Irlanda.²⁸⁵

Participavam do CEDI, além dos já citados Jether e José Ricardo Ramalho (este era o editor da maioria das publicações do CEDI), o economista e depois parlamentar Aloizio Mercadante, o educador Sergio Haddad, a socióloga Heloísa de Souza Martins (da USP), o antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão (professor da UNICAMP e da Universidade Federal de Goiás - UFG), os teólogos Zwinglio Mota Dias e Rubem Alves, entre outros. Costumavam colaborar, às vezes por meio das publicações do CEDI, as antropólogas Neide Esterici, Regina Novaes e Rosilene Alvim (todas do IFCS), José Sérgio Leite Lopes, o economista José Roberto Pereira Novaes, o sociólogo e educador Luiz Eduardo Wanderley (PUC/SP), o historiador e editor Luiz Roncari (também professor da PUC/SP), o psicólogo e educador Pedro Pontual (que era do CEPIS), além de vários outros intelectuais. A direção do CEDI foi composta, durante muito tempo, por membros das Igrejas Metodista, Presbiteriana e Católica.

O relato de José Ricardo Ramalho é esclarecedor, a respeito da militância do CEDI:

“O núcleo, durante um tempo, fui eu, a Heloísa, o Aloizio Mercadante, durante um período a Rosilene participou dos “Aconteceus”. Ajudou a fazer e tudo. O Zé Sérgio colaborava eventualmente. A Neide, por exemplo, trabalhou no CEDI na parte de trabalhadores rurais com a Regina Novaes, Beto Novaes, esse pessoal todo fazia parte desse grupo.”

²⁸⁴ _____ - *A Formação do CEDI – relato/crônica/versões*, p. 22/23. Também _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*. Bem como a entrevista a mim concedida por José Ricardo Ramalho, já citada.

²⁸⁵ _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 10/11.

“Meu pai era também um dos organizadores e diretores dessa instituição. E a ligação era muito mais pela minha formação inicial de ciências sociais do que propriamente por questão religiosa. Quando eu era do IFCS, minha formação em pesquisa foi feita através de uma atividade do CEDI, uma pesquisa que foi feita em Goiás Velho, encomendada pela Diocese de Goiás, cujo Bispo era o Dom Thomás Balduino, que foi encomendada ao professor da UNICAMP Carlos Brandão, que também fazia parte do CEDI. E eu, como era estudante de ciências sociais fui ajudar a fazer a pesquisa. Então, uma parte da minha formação em ciências sociais se deu também via essa instituição.”²⁸⁶

No CEDI os intelectuais atuavam simultaneamente pesquisando e assessorando os movimentos de seu interesse. Havia uma confluência entre investigação e engajamento, entre ciência e política, em suas atividades, algo similar ao que se desenvolvia no CEDEC. A diferença era o maior relacionamento com o mundo religioso, no caso do CEDI, algo que, porém, também ocorria no CEDEC.

Aloizio Mercadante coordenava, no início dos anos 80, um dos mais importantes projetos da sucursal do CEDI em São Paulo, o “Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC”. Mas esse projeto e outros estavam subordinados às várias frentes de atuação do CEDI, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros locais: “Pastoral Protestante”, “Educação e Escolarização Popular”, “Movimento Operário”, “Movimento Camponês”, “Povos Indígenas”, “Documentação”. Essas frentes de um modo geral se relacionavam à atuação de igrejas com ênfase no ecumenismo. Assim, havia um trabalho ecumênico em Xerém (Baixada Fluminense), na fronteira entre o campo e a cidade.²⁸⁷

Vale a pena lermos um relato um pouco maior de José Ricardo Ramalho sobre as experiências e as atividades do CEDI:

“(...) a revista Tempo e Presença era uma revista, digamos, que tinha uma tiragem bastante razoável e que atingia esse público especializado: agentes de pastoral, enfim, intelectuais que estavam ligados à esse novo tipo de movimento e tal. E também nós fizemos

²⁸⁶ Entrevista a mim concedida, já citada.

²⁸⁷ _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 17.

um conjunto de publicações específicas que se chamava Aconteceu e que eram divididas conforme os temas, né? Eu mesmo fui em quase todos os eventos do movimento sindical no início dos anos 80, desde a CONCLAT em Praia Grande em 1981, mas também os congressos de formação da CUT e da CONCLAT em 1983.²⁸⁸ Todas essas coisas nós acompanhávamos e fazíamos uma cobertura, ou com pequenos textos, ou com entrevistas (...). E eu diria até que, sobre esse período, nós nos constituíamos numa das poucas fontes de dados sobre o movimento operário e sindical no Brasil naquele período. Inclusive é usado por muitos pesquisadores posteriormente, porque esses dados eram dados que a gente retirava da imprensa, eram organizados. Tinha um resultado, assim, bastante efetivo. Então a gente tinha o trabalho de assessoria, trabalho de formação, a gente dava cursos (...) [para] lideranças, trabalhadores, agentes de pastoral. Em geral trabalhadores sobre o guarda-chuva da igreja. Esse era a coisa mais importante do CEDI e que era também uma das poucas possibilidades de ter acesso direto aos trabalhadores. Então, muitos desses líderes sindicais de hoje (...) participaram.”

“(...) entrei [no CEDI] no final dos anos 60, início dos anos 70. (...) eu fiquei uns 15 anos trabalhando diretamente.”

“Assessoria era basicamente (...) análise de conjuntura, a gente avaliava, enfim, a questão econômica, política e social do Brasil, do Brasil no contexto internacional, etc. A gente também dava curso de formação sobre o movimento operário...”²⁸⁹

O próprio CEDI, num balanço de seus 10 anos de história realizado em 1984, deste modo definia o acúmulo de sua experiência:

*“O eixo preferencial do nosso trabalho gira em torno de dois temas básicos: a **intersecção Igrejas/movimentos** (com relação à qual temos intenções teológicas e políticas) e a **produção de conhecimento** (na forma de serviços), acentuando sempre nossas*

²⁸⁸ O CEDI também participaria do primeiro congresso estadual da CUT/SP, junto com o CEDEC e o CPV.

²⁸⁹ Entrevista a mim concedida, já citada.

preocupações metodológicas, com relação a questões como ‘pesquisa participante’, ‘pedagogia do conflito’, etc.’”²⁹⁰

Carlos Rodrigues Brandão, relatando a respeito da trajetória do CEDI, lembrava que o tema da educação popular era algo que interessava a muitas pessoas com intenções militantes em universidades e igrejas. E elas desenvolveram trabalhos de educação popular tanto quanto “metodologias de trabalho com grupos populares”. E isto tudo era motivo de perseguição pela ditadura militar. Brandão afirmava ainda, no mesmo balanço realizado pelo CEDI em 1984:

*“Não era apenas o **fazer** que ameaçava, mas o **pronunciar** as palavras que podiam indicar a idéia de fazer. A fala tornou-se tão reprimida quanto o trabalho popular que enunciava. (...) Uma forma de viver a educação que desvelava o fio de seu sentido político e que, por isso mesmo, vivida com o povo, queria ser uma reivenção das relações de trocas do saber, tornou-se tão proibida quanto os atos mais diretamente dirigidos contra o sistema instalado.”²⁹¹*

O CEDI não só desenvolvia pesquisas e assessorias junto ao movimento popular. Seus membros empreendiam um grande esforço de compreender as relações que se estabeleciam entre investigação científica e apoio ao movimentos populares. Esse esforço certamente era maior e mais bem-sucedido do que, por exemplo, no CEDEC, por dois motivos. Primeiro, o CEDI se formara no impulso dos setores progressistas de igrejas brasileiras que caminhavam em direção ao “povo”, e, na trajetória CEI/CEDI, esse impulso incorporou logo depois intelectuais acadêmicos da área de ciências sociais (principalmente). A experiência pedagógica, digamos assim, originariamente era maior no CEDI. Em segundo lugar, ele possuía mais educadores em suas fileiras do que o CEDEC, o que certamente dava maior consistência teórica a suas reflexões sobre o próprio trabalho – seja de educação popular, seja de formação política em geral – que desenvolviam junto a movimentos de setores subalternizados da sociedade brasileira. Não foi por acaso que os trabalhos do CEDEC que eram mais centrados na assessoria ao movimento popular, desligada dos estudos que desenvolvia, não se expandiram tanto. Enquanto que o CEDI empreendeu várias elaborações

²⁹⁰ _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 9 (negritos do próprio texto).

²⁹¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues – *Os Primeiros Tempos*, p. 24 (negritos do próprio autor).

sobre metodologia de trabalho popular, de base, “pesquisa participante”, “pedagogia do conflito”, etc.

Vejamos agora a produção intelectual propriamente dita sobre setores populares e seus movimentos, empreendida pelo CEDI.

Na frente de atuação ligada ao movimento operário e sindical, o CEDI valorizava sobremaneira as experiências dos metalúrgicos do ABC paulista:

“O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema representou a reentrada de um setor importante da classe operária brasileira no cenário político nacional, como uma força social via e atuante, após muitos anos de aparente ‘silêncio’. Desde 1978, os operários metalúrgicos mostraram um vigor político que surpreende a todos: o Governo, os vários setores de oposição e até mesmo sua própria liderança sindical.”

“Novas questões aparecem para o conjunto do movimento sindical com a ‘ousadia’ dos metalúrgicos do ABC. A intervenção [no sindicato] denunciou com profundidade os limites da estrutura sindical, e as greves que estão ocorrendo demonstram a organização operária além do sindicato oficial. São Bernardo foi também o espaço social e o berço histórico de novos e importantes agentes políticos: o PT e a CUT.”

“A militância sindical do ABC revela uma incrível criatividade nas formas de comunicação dos sindicatos, nos mecanismos de participação e organização política das bases e nas mobilizações operárias.”²⁹²

Nestes trechos, constantes de texto sem autoria – portanto, de anuência coletiva – elaborado para o balanço dos 10 anos de funcionamento do CEDI, são verificáveis vários elementos do campo intelectual brasileiro voltado para o estudo dos setores populares que valorizavam os movimentos dos “de baixo”: criatividade da militância operária, caráter mobilizatório do movimento sindical, importância das organizações de base, a tentativa de superação dos limites impostos pela institucionalidade sindical oficial, o caráter “além-

²⁹² _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 14.

institucional” do movimento operário, enfim. O texto também revela a surpresa dos vários agentes políticos e sociais com a “novidade” do movimento sindical que emergia. A natureza “nova” desse movimento era muito acentuada pelos intelectuais do CEDI: “Os metalúrgicos do ABC afirmaram-se vigorosamente no cenário político brasileiro de nossos dias, como a expressão do novo e como a participação decidida dos trabalhadores empenhados na construção de sua história.”²⁹³

Ocorria, porém, que a construção do “novo” no campo popular efetuada pelos intelectuais do CEDI era apenas em parte similar à realizada pelos intelectuais paulistas do CEDEC, da revista *Desvios*, etc. Pois os intelectuais cariocas tendiam a levar em consideração, nessa elaboração analítica e política do “novo” movimento operário, as experiências do passado: “A recuperação das tradições, das experiências, das vitórias e derrotas é uma tarefa importante, para que as lutas políticas do presente possam assimilar e incorporar criticamente seu próprio passado.”²⁹⁴ Nisso, os estudiosos e militantes do CEDI, muitos dos quais intelectuais egressos do IFCS e outros *loci* universitários fluminenses, mostravam-se legítimos “filhos” do campo intelectual e acadêmico do Rio de Janeiro, cuja trajetória, conforme já visto, comportava linhas de continuidade entre passado e futuro. Deve-se levar em conta, todavia, que o CEDI não era composto apenas por ativistas cariocas, tendo em vista a importância de sua sucursal paulista. Porém, suas origens estavam no Rio de Janeiro e, na interação com a pequena parcela da intelectualidade paulista participante do CEDI, certamente a eleição do passado – recuperado criticamente – como componente importante na construção do “novo” devia-se muito mais à atuação de intelectuais radicados no Rio de Janeiro. É bom ressaltar, por fim, que essa interação acadêmica entre as duas metrópoles era muito grande. Vários intelectuais cariocas cursavam suas pós-graduações em São Paulo, como era o caso do próprio José Ricardo Ramalho, que fez mestrado e doutorado na USP, sempre orientado por Ruth Cardoso.

Essa idéia menos “purista” do “novo” no movimento operário brasileiro, formulada por alguns intelectuais cariocas, era bastante clara também em outro artigo veiculado pelo CEDI, dos antropólogos José Sérgio Leite Lopes (do Museu Nacional) e Rosilene Alvim (do IFCS), do qual extraio interessante trecho, no qual mencionavam a

“reorganização do trabalho de base do sindicato: os operários que fazem um trabalho paciente e discreto dentro das

²⁹³ _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 14.

²⁹⁴ *Idem*, p. 14.

fábricas da área nos últimos anos (a partir principalmente de 1976) reconquistam o sindicato para uma atuação mais firme e representativa em favor da categoria. Falamos aqui em ‘reconquista’, na medida em que esse grupo de sindicalistas de base, apesar de novo, tem incorporado dentro de si a história dos operários navais, e sabe da importância dessa história de luta, que vem de antes de 1964, para as lutas futuras.”²⁹⁵

Essa dupla de autores mencionava ainda que entre os metalúrgicos fluminenses já existiam “‘conselhos sindicais’, reunião de representantes por seção na empresa” desde antes de 1964.²⁹⁶

A imbricação entre passado e futuro como necessária para o emergir do “novo” era muito consciente aqui. Parecia ecoar nos trabalhos das ciências sociais cariocas desse período a tradição mais integradora com a história e outras disciplinas, advinda das experiências intelectuais e institucionais da FNF*i*, do ICS e mesmo do IFCS.

É certo que no Rio de Janeiro as linhas de continuidade entre passado e futuro emanavam fortemente do campo popular para o campo intelectual. Veja-se essa outra passagem do mesmo artigo de Lopes & Alvim:

“Não foi à toa que o antigo delegado sindical de antes de 64, Joaquim Arnaldo, relator da comissão de salários de 1968, foi novamente relator da comissão de salários de 1979, e foi o metalúrgico que proferiu a palavra de ordem de parar as máquinas na assembléia dos 20 mil do dia 11 de setembro de 79 que iniciou a greve.”²⁹⁷

A intelectualidade engajada do Rio de Janeiro era diferente da paulista não apenas por conta de suas próprias histórias institucionais distintas, mas (o que é óbvio embora deva ser lembrado) também devido a suas realidades sociais e políticas diversas. Em São Paulo os estudiosos do mundo sindical e popular se deparavam com uma geração operária pouco ligada

²⁹⁵ LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene – *Metalúrgicos do Rio e Niterói: ligações entre os conflitos de 1980 e as lutas do passado* in **Aconteceu Especial – trabalhadores urbanos no Brasil 1980**, nº 7, Rio de Janeiro, CEDI, 1981, p. 20.

²⁹⁶ *Idem*, p. 20.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 23.

ao passado, como é exemplar no caso dos metalúrgicos do ABC paulista – mas nem tanto no caso da Oposição Sindical Metalúrgica da capital. Já no Rio, como transcrito acima, por vezes algumas lideranças operárias eram as mesmas do passado recente.

Mais características desse movimento operário que se reconstruía enquanto “novo” eram descritas pelos intelectuais ligados ao CEDI, em outro artigo de Lopes & Alvim, agora sobre as lutas dos trabalhadores da construção civil:

“Em 1977, portanto, esses operários surgem constantemente nas páginas da grande imprensa em função dos inúmeros ‘quebra-quebras’ em diversas capitais brasileiras, destacando-se os operários trabalhando na construção do metrô. Este tipo de ação direta se prolonga pelos anos de 78, 79 e 80. Dentro da lógica da ‘sociologia tradicional’ e do senso comum acima referidos, esses ‘quebra-quebras’ seriam interpretados como surtos de revolta ocasionais, explosões sem uma ação continuada, em suma, exceções confirmando a regra da inadequações desses operários para a organização coletiva. A partir de 1979, no entanto, essa objeção é desmentida pelos fatos: a experiência dos trabalhadores envolvidos nos ‘quebra-quebras’ e sua repercussão no conjunto da categoria, a influência do movimento social de outras categorias (...) fazem os trabalhadores da construção civil organizarem-se através de greves gerais da categoria”.²⁹⁸

Os autores acrescentavam que “os conflitos geralmente têm surgido e se processado à margem ou à revelia dos sindicatos” e apontavam para uma “interessante combinação (...) entre a ação direta e ação sindical de massa”.²⁹⁹

E prosseguiam analisando as ações desses operários:

“(...) mais do que explosões ocasionais, ‘pré-rationais’ e ‘pré-políticas’ ocasionadas pela miséria e opressão desses trabalhadores, têm sua racionalidade própria e uma eficácia

²⁹⁸ LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene – *A Construção do Movimento dos Operários em Construção in Aconteceu Especial – trabalhadores urbanos no Brasil 1980*, nº 7, p. 34.

²⁹⁹ *Idem*, p. 34.

determinada (...). Não se deve pensar, segundo uma concepção evolucionista, que os ‘quebra-quebras’ e outras manifestações da ‘ação direta’ desses trabalhadores representam uma fase preliminar que antecede necessariamente à ação sindical de massa. (...) o movimento dos trabalhadores da construção civil tem muito a ganhar com a organização da classe trabalhadora que é pacientemente tecida nas formas de associação que se dão fora da produção: nas associações de bairro, nas pastorais operárias e comunidades de base, nas ações culturais de trabalhadores e nos inúmeros movimentos que surgem a partir daí.”

“O movimento dos trabalhadores na construção civil dos últimos anos (...) tem difundido assim (...) os ensinamentos do movimento operários redescobertos e recriados recentemente a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista e passando pela greve dos trabalhadores da cana pernambucanos (...). Talvez sua contribuição própria seja – aproveitando-se de sua diferenciação e de seu nomadismo – a de espalhar essa luta pelos direitos de cidadania dos trabalhadores e fazê-la enriquecer-se de novas experiências específicas à medida em que aproxima-se de alcançar o conjunto da classe trabalhadora.”³⁰⁰

Assim como a sociologia paulista sobre o “novo sindicalismo” e da mesma maneira que no artigo sem autoria do CEDI, Lopes & Alvim valorizavam a ação direta e de massas que não necessariamente dependesse de lideranças ou da institucionalidade sindical oficial, bem como ressaltavam que ela tinha uma lógica própria. Atacavam também uma “sociologia tradicional” que, de modo elitista e etapista, não era capaz de apreender as iniciativas espontâneas dos setores populares. E apontavam para o paulatino “fazer-se” operário também fora da esfera da produção, numa diversidade de micro-experiências pertinentes ao seu cotidiano. Neste sentido, a “nova” ciência social fluminense dedicada aos “de baixo” fazia questão de romper, tanto como sua congênere paulista, com um padrão elitista e esquemático de pensamento social, certamente advindo do pré-64. E possivelmente ecoava também, neste artigo de Lopes & Alvim, o clássico trabalho de José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier,

³⁰⁰ LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene – *A Construção do Movimento dos Operários em Construção in Aconteceu Especial – trabalhadores urbanos no Brasil 1980*, nº 7, p. 35.

“A Revolta dos Suburbanos ou ‘Patrão, o Trem Atrasou’” de 1978, inclusive nos prognósticos otimistas quanto às articulações futuras envolvendo os movimentos das classes trabalhadoras.³⁰¹

Além de propiciar uma atuação significativa de jovens pesquisadores universitários cariocas, o CEDI, diferentemente dos centros de estudo engajado de São Paulo, como o CEDEC, mantinha explícitas suas vinculações com uma militância cristã progressista:

“O que nos interessa é a reconstrução das lutas operárias e, nesse sentido, o programa destaca também a luta de uma parcela de trabalhadores que tem a sua prática ligada a movimentos da Igreja. (...) Qual é a forma de participação do militante cristão no movimento operário e sindical? Como a ideologia religiosa elaborada pela Igreja sobre e para a classe trabalhadores marca a prática desses militantes?”³⁰²

O CEDI também mostrava sua adesão às experiências políticas desenvolvidas pelo seu objeto de investigação, os trabalhadores, por meio de elementos discursivos menos teóricos e mais fenomenológicos, como se percebe no título de um artigo de José Ricardo Ramalho sobre o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, de agosto de 1983: “Bate Forte o Coração da CUT”. Neste, se assinalam alguns dos mesmos componentes da definição de um “novo” movimento sindical, combativo, massivo, autônomo, de base, etc.:

“Este Congresso ficou marcado pelo enorme número dos chamados delegados de base. E aqui é bom fazer logo a diferenciação entre o delegado dirigente e o delegado de base. Na verdade, por trás dessa diferenciação aparentemente simples, está uma importante questão política presente nas concepções hoje vigentes no movimento sindical. Para o 1º CONCLAT foi legítima a escolha de delegados, através de assembleias sindicais, convocadas

³⁰¹ A dupla de autores cita um artigo anterior sobre essa categoria de trabalhadores no Rio de Janeiro: “Os Peões do Village: uma reflexão sobre movimentos de operários da construção civil”, de Maria Lurdes Pimentel, mimeo de 1978 (LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene – *A Construção do Movimento dos Operários em Construção*, p. 34).

³⁰² _____ - *O CEDI Hoje – os programas de trabalho e assessoria do CEDI*, p. 14.

pelos sindicalizados interessados, independente até da determinação dos dirigentes sindicais.”³⁰³

No artigo, o autor era identificado como “professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, assessor do CEDI” e, mais importante, era registrado que ele “esteve presente no 1º CONCLAT”.³⁰⁴ Isto revela a importância da presença do estudioso em atividades do mundo dos trabalhadores, algo que se desdobrava numa das facetas do novo campo intelectual brasileiro que se configurava nos anos 70 e 80: a valorização da dimensão empírica da pesquisa, que normalmente enseja a presença física do estudioso – o que praticamente inexistia no padrão ensaísta e isebiano do pré-64. Algo que sem dúvida comportava o “estar lá” antropológico, que possui um certo caráter fenomenológico e romântico. Não obstante, tudo isso confluía para a modernização acadêmica das ciências sociais no Brasil, que ocorria mais tipicamente em São Paulo e menos no Rio de Janeiro.

O envolvimento político concreto dos intelectuais ligados ao CEDI pode ser exemplificado também com um trecho do já citado artigo de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim: “Finalmente, ao término de 1980, ocorreu a eleição no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, um triste espetáculo de utilização da máquina sindical para uma campanha eleitoral de baixo nível”.³⁰⁵ A ocorrência de o que chamamos, em nosso métier acadêmico, de “juízo de valor”, nesta passagem, revela um tanto de proximidade não apenas científica nem meramente política, mas também quase existencial, que acompanhava o engajamento desses intelectuais, uma vez que eles mantinham uma relação que, via trabalho de campo e por meio das assessorias prestadas pelo CEDI, ia muito além da valorização exclusivamente teórica dos trabalhadores.

Havia diversos artigos em publicações do CEDI sobre as lutas operárias em São Paulo, como o de Heloisa de Souza Martins intitulado “Da União à Divisão: a eleição dos metalúrgicos de São Paulo”. Bem como o de José Ricardo Ramalho & Aloizio Mercadante (este identificado como “professor da PUC/SP, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e assessor do CEDI”) chamado “Primeiro de maio de 83: os trabalhadores e a crise”. Mas o mundo sindical do Rio de Janeiro também era explorado: “Trabalhadores da Fiat: resistência e luta contra o desemprego” é o nome do artigo

³⁰³ RAMALHO, José Ricardo – *Bate Forte o Coração da CUT* in **Tempo e Presença**, nº 186, Rio de Janeiro, CEDI, set/1983, p. 4/5.

³⁰⁴ *Idem*, p. 7.

³⁰⁵ LOPES, José Sérgio Leite & ALVIM, Rosilene – *Metalúrgicos do Rio e Niterói: ligações entre os conflitos de 1980 e as lutas do passado*, p. 22.

de José Ricardo Ramalho, sobre as lutas operárias na fábrica localizada na Baixada Fluminense, objeto que ele continuaria pesquisando durante seu doutorado.³⁰⁶

Outros trabalhos veiculados pelo CEDI exploravam a questão das relações entre movimento sindical e movimentos sociais urbanos, como era o caso do artigo de Silvio Caccia Bava, originalmente publicado no jornal alternativo de esquerda Em Tempo, intitulado “Bairros – os trabalhadores garantem a greve”, com a seguinte apresentação inicial:

*“O trabalho feito nos bairros, de casa em casa, nas igrejas e associações locais, tem garantido a sustentação da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Seguindo as palavras de Lula, cada operário se transformou num diretor do sindicato, responsável pelo movimento que vem recebendo o apoio de toda a periferia da Grande São Paulo.”*³⁰⁷

Tendo em vista que Caccia Bava tinha passagens importantes pelo CEDEC, revista Desvios e também pelo PT, se vê que era comum o intercâmbio entre intelectuais cariocas e paulistas, interligando suas experiências institucionais e no interior do campo da esquerda.

Outro exemplo de presença do CEDI no campo de estudos sobre movimentos sociais urbanos – e na arena de disputa entre intelectuais petistas e os peemedebistas – é o artigo de Luiz Roncari chamado “Pau em São Paulo – acorda Montoro”, organizado em um número da revista Tempo e Presença sob a temática “Movimentos Populares e Governo de Oposição”.³⁰⁸

Alguns intelectuais do CEDI também desenvolviam pesquisas sobre trabalhadores rurais, como é bem ilustrado pelos artigos “Os Colonos Sem Terra de Ronda Alta – o acampamento como forma de luta pela terra” de Cândido Grzybowski e “A Campanha Salarial de 1981 na Zona da Mata em Pernambuco” de Lygia Sigaud (antropóloga do Museu Nacional).³⁰⁹ Esses trabalhos refletiam também a interação de alguns membros e colaboradores do CEDI com professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural (CPDA/UFRRJ), do Museu Nacional da UFRJ e do próprio IFCS, que formaram, por volta dos anos 1982/83

³⁰⁶ O primeiro e o terceiro artigos citados publicados no **Aconteceu Especial – trabalhadores urbanos no Brasil 1981**, nº 11, Rio de Janeiro, CEDI, jul/1982. Já o segundo, de José Ricardo Ramalho e Aloizio Mercadante, saiu na **Tempo e Presença**, nº 181, Rio de Janeiro, CEDI, abr/1983.

³⁰⁷ **Aconteceu Especial – ABC da greve**, Rio de Janeiro, CEDI, mai/1980, p. 50/51 (publicação original: Em Tempo, São Paulo, nº 105 de 1 a 14 de maio de 1980).

³⁰⁸ **Tempo e Presença**, nº 181.

³⁰⁹ **Aconteceu Especial – trabalhadores rurais no Brasil 1981**, nº 13, Rio de Janeiro, CEDI, set/1983.

(sob a liderança informal de Cândido Grzybowski, Regina Novaes e outros) um grupo de estudos sobre movimentos sociais rurais, bastante engajado nas lutas de seus sujeitos investigados.³¹⁰

Um exemplo eloqüente do engajamento dos intelectuais ligados ao CEDI, bem como de um certo estilo pouco formal que desenvolviam em seus escritos menos acadêmicos, é o misto de artigo e entrevista realizado por Regina Novaes sobre uma líder de trabalhadores rurais que tinha sido recentemente assassinada, publicado na revista *Tempo e Presença*. Assim ele se iniciava:

*“Conheci Margarida Maria Alves, presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, há cerca de seis anos atrás. Nossos contatos eram freqüentes, pois, junto com outros colegas, professores e alunos, na Universidade Federal da Paraíba – Campus Campina Grande –, fazíamos assessoria a vários sindicatos da região. Alagoa Grande foi nosso ponto de partida, foi ali junto com Margarida que conseguimos concretizar nossas idéias vagas e descobrir como poderíamos ‘colaborar com o movimento’, como gostava ela de dizer. Teríamos, portanto, muito que lembrar e refletir sobre o que observamos, conversamos e aprendemos das palavras e das atitudes de Margarida. Teríamos, por outro lado, muitos motivos, de ordem afetiva e política, para lamentar seu cruel assassinato na tarde de 12 de agosto, quando pistoleiros não identificados dispararam vários tiros de espingarda calibre 12 que a desfiguraram. Porém, nesta oportunidade, prefiro apenas deixar Margarida falar. Reproduzir aqui trechos de uma gravação que fizemos em fevereiro este ano, não é apenas uma forma de lhe prestar uma homenagem póstuma, mas é antes uma possibilidade de propagar idéias e experiências que os mandantes do crime parem acreditar que tenham morrido junto com Margarida. A linguagem é dela, os subtítulos e as perguntas não.”*³¹¹

³¹⁰ SCHERER-WARREN & ROSSIAUD, *Op.Cit.* (entrevista de Cândido Grzybowski concedida a Jean Rossiaud em setembro de 1997), p. 222.

³¹¹ NOVAES, Regina – *Fala, Margarida!* in **Tempo e Presença**, nº 186, p. 12. A autora era assim identificada: “Regina R. Novaes é professora da Universidade Federal da Paraíba e participa da assessoria sindical da UFPB” (p. 15).

Neste belo trecho é possível visualizar não só a experiência conjunta de intelectuais e trabalhadores por meio do instrumento da assessoria, bem como o envolvimento existencial e afetivo que trazia tal tipo de prática engajada. Mas principalmente, a importância que os intelectuais da época, do CEDI, do CEDEC e outros, conferiam à explicitação das falas, atitudes, formulações e experiências próprias dos trabalhadores. A “fala” de Margarida – simbolizando a luta dos setores populares – deveria ultrapassar as barreiras do conservadorismo e elitismo típicos da sociedade brasileira, bem como dos teorismos marxistas até então predominantes em nossa esquerda, deixando de ser personagem subalterno e passando a ser o protagonista maior da cena política e social. E o campo intelectual brasileiro conseguia fazer isso, recuando de seu tradicional intelectualismo desligado de contatos com o “povo”, se rendendo a uma perspectiva empírica e fenomenológica na qual o campo popular adquiria maior legitimidade teórica e analítica.

2.8 Ciências sociais, urbanismo e movimento sociais urbanos no Rio de Janeiro

Agora volto os olhos, muito sucintamente, para uma parte do ambiente intelectual fluminense que se aproximava de movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro dos anos 1970 e 1980 – seja para investigá-los, seja para acompanhá-los técnica e/ou politicamente. Para tanto, centro minha descrição analítica em partes de trajetórias de importantes intelectuais atuantes nesse cenário: o arquiteto/urbanista/antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro e o antropólogo José Sergio Leite Lopes. Ressalto que não fiz propriamente uma pesquisa a respeito da trajetória desses intelectuais, razão pela qual pretendo aqui apenas expor uma brevíssima visão panorâmica do clima político-intelectual que os envolvia, onde se destacavam as experiências de engajamento de professores/pesquisadores/técnicos em movimentos associativos de bairros populares e favelas na capital carioca e em seu entorno metropolitano.

Um dos lugares a partir do qual certos cientistas sociais do Rio de Janeiro começaram a refletir, ainda acanhadamente, sobre a questão urbana e os movimentos sociais urbanos foi a CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, órgão vinculado indiretamente ao BNH – Banco Nacional de Habitação. A CODESCO fora criada em 1968 a partir de uma verba da USAID (agência do governo dos EUA implementadora de programas econômicos e sociais em países subdesenvolvidos, seguindo a política imperialista estadunidense), tendo por finalidade empreender a urbanização de favelas no Rio de Janeiro. Havia na CODESCO equipes de trabalho compostas por economistas, sociólogos, arquitetos,

assistentes sociais, etc., alguns oriundos da PUC/RJ. Era o caso do sociólogo Luiz Antonio Machado da Silva – formado na PUC/RJ, professor do IUPERJ e, posteriormente, do IFCS/UFRJ. Também trabalhou na CODESCO o arquiteto e urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos.³¹² Este último, na mesma época, montara um escritório de arquitetura e urbanismo chamado Quadra com outros colegas de profissão, entre eles Sylvia Wanderley, Rogério Aroeira Neves e Sueli de Azevedo:

“Esse grupo de jovens arquitetos começou a trabalhar com áreas pobres, favelas, e foi chamado para assessorar a Federação das Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG – não consigo identificar no Rio de Janeiro outro grupo de profissionais que tenha assessorado movimentos sociais naquela época. E foi através dessa assessoria à FAFEG que eles entraram em Brás de Pina, ou seja, foi através da assessoria a um movimento social que eles entraram no campo da experimentação de uma nova forma de urbanização. Isso foi pioneiro.”³¹³

A CODESCO contratou então o Quadra como um escritório terceirizado, para atuar no trabalho em Brás de Pina – uma das favelas cariocas que seria urbanizada –, buscando desenvolvê-lo relacionando-se com a comunidade local e mantendo um intercâmbio com o meio universitário.³¹⁴

Carlos Nelson Ferreira dos Santos “tinha muito respeito intelectual” por Luiz Antonio Machado da Silva. Um pouco depois se dedicou às ciências sociais, tendo feito mestrado em antropologia no Museu Nacional, orientado por Gilberto Velho, trazendo um olhar antropológico ao urbanismo e à arquitetura “justamente a partir da experiência de Brás de Pina”, experiência esta abordada em sua dissertação de mestrado, defendida em 1978. Carlos

³¹² FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.) – **Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**, Rio de Janeiro, Folha Seca, 2002 (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000 – p. 110; e depoimento de Isabel Cristina Eiras a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em setembro de 2000 – p. 122). Maria Laís Pereira da Silva é socióloga e urbanista, professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, tendo trabalhado com Carlos Nelson Ferreira dos Santos no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), de 1976 a 1989. Isabel Cristina Eiras é arquiteta, urbanista e geógrafa, também professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, e da mesma forma trabalhou com Carlos Nelson Ferreira dos Santos no CPU do IBAM, de 1977 a 1989.

³¹³ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 108.

³¹⁴ *Idem*, p. 110.

Nelson Ferreira dos Santos possuía “um conhecimento que ele não obtinha nas macroteorias”.³¹⁵

“O Carlos Nelson fez uma importante inversão no tratamento vigente nas pesquisas sobre pobres e favelados: primeiro, transformou-os de objeto em sujeito do trabalho de pesquisa. Segundo, passou a dar aos investimentos feitos pelos moradores nas favelas importância do ponto de vista patrimonial e arquitetônico. Terceiro, reconheceu que os favelados sabem o que querem, têm suas prioridades inclusive simbólicas; isso é fundamental no seu pensamento. (...)”

“No caso de Brás de Pina é importante destacar, entre outros aspectos, que os próprios moradores desenhavam os projetos de melhoria de suas casas. Os arquitetos apenas aconselhavam: ‘É melhor botar a porta para lá, e a janela para cá.’ Em suma, adaptavam a partir de alguns padrões. (...)”

“Uma influência importante para toda a nossa geração, minha e do Carlos Nelson, foi John Turner, arquiteto e urbanista que desenvolveu durante anos um trabalho nas barriadas de Lima, no Peru, e divulgou a perspectiva do urbanismo ‘de baixo para cima’, ou seja, a partir dos moradores. (...) John Turner esteve no Rio de Janeiro em 1968 e foi levado a visitar conjuntos habitacionais e favelas; na ocasião, pronunciou uma frase que ficou famosa: ‘Mostraram-se soluções que são problemas e problemas que são soluções.’ A frase transformou-se numa espécie de bandeira para combater a erradicação de favelas.”³¹⁶

Antes de se tornar antropólogo, Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi contratado para trabalhar no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, entre 1972 e 73. O IBAM foi criado em 1952, sendo uma organização privada da sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva auxiliar os poderes

³¹⁵ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 110.

³¹⁶ *Idem*, p. 109.

municipais. O CPU do IBAM surgiu em 1968. Em 1976, Carlos Nelson Ferreira dos Santos já dirigia o CPU, acabando por exercer uma liderança incontestável: “(...) era uma pessoa muitas vezes autoritária, tinha essa contradição: um grande *feeling* democrático e de justiça junto com um viés que se mostrava autoritário. No Centro, todos os trabalhos eram lidos e discutidos por ele, não saía nada sem sua leitura (...)”.³¹⁷

*“O Centro de Pesquisas Urbanas tinha outra caráter antes de Carlos Nelson assumir a direção e mudar o tom dos trabalhos. Suas inquietações levaram à composição de equipes e à formulação de propostas dentro de uma visão mais integradora, assim como à busca de recursos que garantissem a implementação das propostas e o desenvolvimento dos trabalhos. Talvez por sua inquietude, talvez pela experiência anterior de ter realizado trabalho pioneiro junto às favelas com uma equipe só de arquitetos e urbanistas, Carlos Nelson passou a defender a constituição de equipes multidisciplinares.”*³¹⁸

Nesse período o CPU do IBAM desenvolvia trabalhos junto com o IUPERJ, com a participação de Luiz Antonio Machado da Silva e Licia do Prado Valladares, abordando sempre a questão urbana e as experiências correlatas de setores populares subalternizados. Essas articulações de profissionais e intelectuais de várias áreas de conhecimento, no intuito de investigar e pensar criticamente problemas e soluções sobre o urbano, resultaram em publicações importantes na época, como por exemplo, “Habitação em Questão” (de 1979), organizada por Licia do Prado Valladares.³¹⁹

No CPU do IBAM, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e outros intelectuais e técnicos envolvidos na questão urbana continuavam a se relacionar com movimentos de moradores de bairros populares ou favelas, como a já citada FAFEG, bem como a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro):

“Creio que primeiro deve-se mencionar a FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.

³¹⁷ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 113; também p. 110/111.

³¹⁸ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Isabel Cristina Eiras a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em setembro de 2000), p. 122.

³¹⁹ *Idem*, p. 129.

Com esta federação Carlos Nelson e o Quadra tiveram estreita relação, lá pelos idos dos anos sessenta e início dos setenta. O Jó Resende, que presidiu a FAMERJ e depois foi vice-prefeito do Rio entre 1985 e 89, ia muito ao IBAM, participava de encontros e seminários. (...) Que eu me lembre, nunca houve um trabalho institucional entre a FAMERJ e o IBAM; as pessoas iam lá conversar com o Carlos Nelson, que dava uma espécie de consultoria informal. Muitas vezes ele ia à FAMERJ fazer uma conferência, da mesma maneira que fazia para os empresários imobiliários, porque, acredito, era o momento em que esses grupos tinham condição de ter uma visão agregada da cidade, coisa rara. (...)”

“O Carlos Nelson promovia seminários no IBAM, para os quais convidava as associações de moradores, as entidades de classe, os institutos e as organizações em geral.”³²⁰

É importante observar que, embora houvesse a intermediação da CODESCO – empresa estatal criada pela ditadura militar, ainda mais apoiada em financiamento da USAID, organismo dos EUA ferozmente criticado pela esquerda brasileira –, intelectuais engajados como Carlos Nelson Ferreira dos Santos encontravam elementos para renovar o pensamento social sobre a questão urbana e as classes populares urbanas principalmente a partir da interação com moradores de favelas e bairros pobres. Interação essa realizada enquanto assessoria a esses moradores e suas iniciativas políticas, notadamente as de cunho associativista. Pode-se dizer que o veio acadêmico de alguns desses intelectuais e técnicos era oxigenado por meio da dimensão prática dessa assessoria, que propiciava um influxo de dados empíricos que alimentavam suas pesquisas e reflexões. Influxo que muitas vezes vinha na contramão dos conhecimentos teóricos consagrados do campo de estudos em questão. Mas tais dados não provinham passivamente dos setores populares, pois os valores, ações e experiências desses setores eram *a priori* bem recebidas pelos intelectuais/técnicos que prestavam assessoria. Portanto, se enfatizava um “urbanismo social” de “baixo para cima”, o que correspondia, em termos da discussão que venho desenvolvendo nessa tese, à legitimidade teórica e analítica de setores subalternizados da sociedade brasileira. É certo que a trajetória de Carlos Nelson Ferreira dos Santos envolvia elementos singulares, já que o

³²⁰ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Isabel Cristina Eiras a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em setembro de 2000), p. 130.

Quadra era um misto de empresa privada e ONG, enquanto, por outro lado, o CPU do IBAM era um centro de pesquisas privado voltado para a aplicação de diversas políticas públicas.

As formulações de Carlos Nelson Ferreira dos Santos sobre a questão urbana e sobre movimentos sociais urbanos, influenciadas por Luiz Antonio Machado da Silva, continham diferenças em relação a algumas interpretações desenvolvidas em São Paulo, como as do grupo de pesquisas sobre movimentos sociais do CEDEC, onde se destacavam Lúcio Kowarick, Paul Singer, José Álvaro Moisés e outros:

“Toda a discussão com o pessoal de São Paulo, por exemplo, tinha a ver com as periferias; alguns as interpretavam como expressões de uma super-exploração do trabalho. Nesse quadro de subsistência, a casa só tinha o valor de uso. Já o Carlos interpretava de forma distinta: sabia que havia um sistema capitalista, uma exploração do trabalho, mas para o pobre a casa tinha também um valor econômico; ou seja, não só valor de uso mas valor de troca, algo que podia ser transacionado no mercado com possibilidade de lucro. Assim, o pobre construía sua casa para abrigo e eventualmente para o mercado. (...)”

“O Carlos Nelson apresentava a questão pelo ângulo do consumo e não pelo ângulo da produção, e isso mudava completamente a perspectiva de análise. Isso fazia parte daquela inversão que ele começou a fazer, em que os pobres passaram a ser tratados como sujeitos, fazendo parte de uma sociedade e partilhando os valores dessa sociedade. Portanto, sua crítica a alguns acadêmicos apontava para o fato de eles não perceberem o que realmente estava acontecendo, não viam os pobres como sujeitos da transformação de uma desvantagem em vantagem, desconheciam como efetivamente se davam as relações sociais. Esse foi um atrito que marcou época.”³²¹

Neste sentido, Carlos Nelson Ferreira dos Santos era mais distante do marxismo em geral e do ortodoxo em particular do que os estudiosos paulistas acima citados, que se

³²¹ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 112.

distanciavam apenas do marxismo ortodoxo, não de toda essa matriz teórica e ideológica. Mas essa talvez fosse uma característica particular do arquiteto-urbanista-antropólogo fluminense, por conta de sua formação no Museu Nacional orientado por Gilberto Velho: este desenvolvia pesquisas e reflexões na linha da Escola de Chicago, mais próxima de teorias individualistas e interacionistas. Tal fato, somado ao seu caráter polemista, fazia com que Carlos Nelson Ferreira dos Santos tivesse vários oponentes teóricos, especialmente

“alguns marxistas, porque ele se contrapunha ao esquema macroteórico tradicional de visão da cidade e começa a recuperar autores não marxistas, como Max Weber, ou marxistas mais flexíveis. Mas o meio acadêmico de esquerda o contestava muito. Carlos Nelson teve grande debates em seminários e conferências com Milton Santos, com Paul Singer, entre outros.”³²²

Por conta disso mesmo, o impacto de sua obra não foi grande, em termos acadêmicos. Neste sentido, afirma Ana Clara Torres Ribeiro – outra intelectual dedicada à temática urbana no Rio de Janeiro – sobre a influência de Carlos Nelson Ferreira dos Santos: “Um pouco mais, talvez, em termos mais empíricos. Mais pela experiência democrática, mais pela execução de um trabalho justo, mais pela militância mesmo da problemática urbana. Mais por isso do que exatamente como referência teórica.”³²³

De resto, Carlos Nelson Ferreira dos Santos era influenciado por autores apreciados também pela esquerda acadêmica naqueles anos, como, por exemplo, Foucault.³²⁴ E a par desses embates teóricos e ideológicos, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, de modo similar à maioria dos estudiosos paulistas de movimentos sociais urbanos, fazia uma crítica a esquematismos analíticos, muitos de tipo estruturalista, propugnando em contrapartida uma aproximação fenomenológica com setores populares protagonistas das problemáticas urbanas, de modo a adensar e sofisticar o conhecimento social sobre essa temática. Esse viés comum às ciências sociais carioca e paulista dedicadas aos movimentos sociais urbanos é ilustrado pelo

³²² FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 112 (trecho transcrito), bem como p. 128 (depoimento de Isabel Cristina Eiras a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em setembro de 2000). Milton Santos foi um importantíssimo geógrafo brasileiro, de orientação política progressista.

³²³ Entrevista de Ana Clara Torres Ribeiro a mim concedida em 16/08/2006 no Rio de Janeiro/RJ.

³²⁴ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Isabel Cristina Eiras a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em setembro de 2000), p. 128.

depoimento abaixo, que menciona o trabalho de Ermínia Maricato, arquiteta e urbanista formada na USP que atuou como consultora no Instituto Pólis:

“Mas, para mim, quem primeiro iniciou a redescoberta da importância do pensamento de Carlos Nelson foi Ermínia Maricato, quando era Secretária de Habitação do governo de Luiza Erundina em São Paulo [Prefeita do PT, de 1989 a 1992]. Ela veio ao Rio para um seminário e falou do Carlos Nelson, da experiência de Brás de Pina e como estava sendo importante para seu trabalho.”³²⁵

Os cientistas sociais do Rio de Janeiro dedicados a estudar a questão urbana e, em menor grau, a acompanhar os movimentos sociais urbanos, tiveram vários outros espaços de atuação. Alguns deles temporários; outros configuraram pequenas ou fragmentadas iniciativas. Que, contudo, foram capazes de contextualizar significativas reflexões sobre as tensões e lutas urbanas.

Ana Clara Torres Ribeiro, que formara-se na PUC/RJ em ciências políticas e sociais e cursara o mestrado no IUPERJ orientada por Luiz Antonio Machado da Silva, cedo começou a se dedicar à sociologia urbana. Pesquisava trabalhadores urbanos do mercado informal, entre eles biscateiros e camelôs, bem como a urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ela teve uma trajetória profissional bastante movimentada, trabalhando na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ – órgão público de referência na elaboração e execução de políticas públicas de saúde) e no IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – organismo ligado aos jesuítas, de orientação progressista como boa parte da Igreja Católica no período), normalmente sempre tematizando o urbano.

Ela trabalhou também com o já citado geógrafo Milton Santos, grande influência em sua atividade intelectual. Ao mesmo tempo, com outros colegas, cientistas sociais engajados, Ana Clara Torres Ribeiro fundou uma pequena pré-ONG, o CEPES – Centro de Estudos, Projetos e Pesquisa Social. Participaram desse Centro, direta ou indiretamente, intelectuais como o já citado Luiz Antonio Machado da Silva, o arquiteto e urbanista Manoel Lemes da Silva Neto, o historiador e professor da UFF Luiz Carlos Soares e o próprio Milton Santos. O CEPES existiu entre os anos 1978 e 1980, aproximadamente:

³²⁵ FREIRE & OLIVEIRA, *Op.Cit.* (depoimento de Maria Laís Pereira da Silva a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira em agosto de 2000), p. 116.

“Nós éramos bem mais modestos, eu acho. Até porque não tínhamos financiamentos como esses centros tinham, vamos dizer assim, né? Nós éramos bem mais modestos e bem mais precários. E a nossa condição era muito difícil concretamente.”³²⁶

Posteriormente, por sugestão de Licia do Prado Valladares, Ana Clara Torres Ribeiro entrou para o IPPUR/UFRJ, prosseguindo e se fixando na temática urbana. Ambas, aliás, foram importantes na construção e consolidação do Grupo de Trabalho da ANPOCS sobre movimentos sociais urbanos, juntamente com intelectuais paulistas como José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Edison Nunes, Pedro Jacobi – que participavam do CEDEC – e de outros estados, como Ilse Scherer-Warren, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), por exemplo. Ana Clara Torres Ribeiro, inclusive, assevera que os trabalhos paulistas sobre a temática urbana, como os de Kowarick e Paul Singer, influenciaram seus colegas cariocas, a par das diferenças antes apontadas.³²⁷

A partir de sua inserção profissional no IPPUR, Ana Clara Torres Ribeiro se relacionou com militantes ligados à reforma urbana, e ainda mais intensamente na época da Constituinte, já no final dos anos 80:

“Mas eu sempre interagi bastante com militantes, na medida que eu os orientava, né? Em termos até de dissertações de mestrado, de formação, de participação, na formação de militantes. Então isso sempre aconteceu e eu participava. Participei bastante do Fórum Nacional da Reforma Urbana e diretamente também no próprio processo de concepção e consolidação da emenda popular da reforma urbana. participei bastante intensamente dos processos de organização. E me chamavam com frequência também para falar para movimentos, por estar muito perto dos movimentos e participando. E depois também eu tive a oportunidade de presidir o conselho deliberativo da FASE durante seis anos. Então há aí uma interação muito grande com os processos de organização social. (...) Chegamos a ter reuniões aqui do Fórum Nacional da Reforma

³²⁶ Entrevista de Ana Clara Torres Ribeiro a mim concedida em 16/08/2006 no Rio de Janeiro/RJ. Ela se refere a financiamentos como os obtidos pelo CEDEC e pela FASE, por exemplo.

³²⁷ *Idem.*

Urbana com mais de 500 entidades juntas. Então, isso era uma movimentação social enorme de que vários participavam, vários estudiosos de movimentos, de alguma forma, e sobretudo aqueles que trabalhavam a problemática urbana. (...) Ele [o IPPUR] co-participou do Fórum Nacional da Reforma Urbana. (...) Então, o caminho para o urbano foi construído por diferentes atividades durante todos os anos 70.”³²⁸

Outros intelectuais ligados, em maior ou menor grau, às ciências sociais voltadas para o urbano, se articulavam com organismos de base da Igreja Católica. Era por exemplo o caso de pastorais operárias na Baixada Fluminense, especialmente as que giravam em torno do trabalho estruturado pela equipe do Bispo Dom Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, grande cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Como relata um dos participantes desse processo, o já citado antropólogo do Museu Nacional José Sergio Leite Lopes:

“(...) a gente conheceu os grupos na Baixada Fluminense, também ligados à Igreja Católica. Na época o bispo era Dom Adriano Hipólito em Nova Iguaçu e tinha lá uma pastoral operária, tinham esses movimentos lá. E a gente conheceu alguns operários mais antigos dessa época, nessa época. Então tinha o Joaquim Arnaldo, que era um metalúrgico, um militante do sindicato dos metalúrgicos mais antigo, que vinha de antes de 64 e que era desse movimento da JOC, ACO e tal. (...) a gente fez uma pesquisa, uma pesquisa assim... mais aplicada, ligada ao movimento social, à Pastoral Operária, em 78. Porque eles tavam com problema de transporte, entre uma série de reivindicações de bairro que eles tinham, um era o problema de transporte. A gente até apresentou um trabalho que foi feito em conjunto com eles e tal, e depois foi publicado no livro do Brandão, ‘Pesquisa Participante’. Entrou ali um texto... participamos eu e a Rosilene. (...) era até [um trabalho] mais político na medida em que não rendia em termos de pesquisa, não tinha que fazer doutorado e tal, rendeu, assim, uma pesquisa

³²⁸ Entrevista de Ana Clara Torres Ribeiro a mim concedida em 16/08/2006 no Rio de Janeiro/RJ.

aplicada, que foi publicada nesse livro do Brandão. Então, era uma atividade, uma militância mesmo ligada a certos setores populares.”³²⁹

José Sergio Leite Lopes cita aqui o artigo escrito conjuntamente com Rosilene Alvim (professora do IFCS/UFRJ, anteriormente mencionada), “A Condução do Trabalhador”, publicado em “Pesquisa Participante”, obra de 1981 organizada pelo já mencionado Carlos Rodrigues Brandão. O operário citado, Joaquim Arnaldo, era o mesmo líder metalúrgico cujo movimento sindical era estudado por Leite Lopes e Alvim, em parte via CEDI, conforme já visto. É importante registrar que a Pastoral Operária acima referida desenvolvia trabalhos não só ligados ao movimento indical, mas também a movimentos sociais urbanos. A proximidade entre ambos os movimentos era clara, algo que, conforme exposto anteriormente, ocorria também em São Paulo. Estudiosos do movimento sindical transitavam sem problemas, ainda que por vezes temporariamente, para o campo de estudos dos movimentos sociais urbanos. Além disso, como em outras situações já expostas, a atividade intelectual e o engajamento político caminhavam justapostos.

Esse trabalho operário e popular na Baixada Fluminense, que contava com a participação de jovens intelectuais universitários, se desenvolvia desde os anos 1970 e tinha ramificações na cidade do Rio de Janeiro:

“Isso foi em 70, essa ida à Baixada. Quer dizer, a gente começou a ir desde 76, mas depois aumentou...78. (...) essa pesquisa [participante], por exemplo, foi em 78. (...) e se prolongou até o início dos anos 80. Então, tinha lá um jornalzinho – o Jornal da Baixada –, tinham umas iniciativas lá nas quais a gente chegou a participar. (...) E, no meu caso, no caso da Rosilene, e tal, era uma relação menos institucionalizada, mais de voluntário, do que com relação a essas pastorais operárias de Nova Iguaçu, né? E aí tinham esses encontros, já ligados ao novo sindicalismo também. A Pastoral Operária apoiava grupos operários aqui, havia greve dos metalúrgicos. Em 79 houve uma grande greve dos metalúrgicos aqui no Rio. Aí, então, eu acabei frequentando o sindicato dos

³²⁹ Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro.

metalúrgicos por essa via, por essa via da pastoral operária que dava apoio. (...) Eles tinham, sei lá, seus grupos políticos. Havia muitos grupos políticos já dentro do Sindicato dos Metalúrgicos. Estava havendo a anistia, a volta dos exilados, etc., e havia muitos estabelecidos – como se diz, né? – quer dizer, ex-estudantes, estudantes, e tal, de grupos políticos dentro dos metalúrgicos e tal. Esse universo foi sendo conhecido a partir dessa entrada pela via da pastoral e tal. Houve uma iniciativa desses metalúrgicos que foi de um Centro de Cultura do Trabalhador. Foi feito lá em Parada de Lucas, em uma casa lá que alugaram, a gente chegou a dar... assim, umas palestras e coisas desse tipo nesses anos iniciais.”³³⁰

José Sergio Leite Lopes relata também sobre como foi sua entrada, e de outros professores da UFRJ, nesse universo de lutas operárias e populares protagonizado por trabalhadores ligados à Igreja Católica, a organizações AMP/SMP e a grupos de esquerda clandestinos e semi-clandestinos:

“E paralelamente tinha grupos, assim, mais ligados às ONGs nascentes, não se falava nisso na época. Não se chamavam ONG. Tinha a FASE, tinham esses ex-padres engajados que estavam situados em alguns movimentos. Tinha a Cecília [Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga e sanitarista] (...), que hoje é da FIOCRUZ (...) ela tinha uma inserção na Pastoral Operária de Nova Iguaçu, foi uma das que iniciou com Dom Adriano Hipólito. E ela era aluna do IFCS, foi ela que nos levou a essa Pastoral Operária de Nova Iguaçu. Foi por uma relação, assim, universitária, entendeu? Na época não havia uma extensão institucionalizada, isso tudo era mal visto. Quer dizer, era perigoso, né? E foi feito, assim, informalmente. Ela era aluna da Neide [Esterci, outra antropóloga do IFCS, já citada], foi aluna da Rosilene e tal. E a partir daí a gente se interessou em ver essas atividades lá da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, isso em 75 para 76. E aí se desenvolveu até os anos 80 e

³³⁰ Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro. Parada de Lucas é um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, já próximo da Baixada Fluminense.

depois houve, acho, um arrefecimento dessas atividades lá também, mas que permaneceu com essas ligações nas pastorais.”³³¹

A atuação de intelectuais fluminenses junto a movimentos sociais urbanos parece ter sido estruturada esparsamente, principalmente por meio de suas carreiras universitárias – como no caso do IPPUR, por exemplo – e de suas trajetórias políticas individuais. Exemplos de organismos intelectuais mais amplos e duradouros no Rio de Janeiro, que desenvolvessem pesquisas e assessorias, como o CEDI – que tinha uma “filial” em São Paulo – ou a FASE – de caráter nacional, ainda que sediada na capital carioca –, parecem ter sido poucos, pelo menos até que pesquisas mais precisas e detalhadas sejam realizadas. Fica claro, porém, que havia uma rica interação política e intelectual envolvendo estudantes e professores universitários, grupos de esquerda, instâncias de base da Igreja Católica e organizações do tipo AMP/SMP.

³³¹ Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro.

Capítulo 3 - Trajetórias intelectuais e o “novo” no campo popular emergente

“Por mais sofisticada que seja a idéia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia “base e superestrutura” é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar (...).

Nesse sentido, possui um pendor para aliar-se com o pensamento positivista e utilitarista, isto é, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa.” (THOMPSON, E. P. – **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**, Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002, p. 256)

Este capítulo busca descrever mais genericamente as movimentações do campo intelectual brasileiro voltado para a investigação do movimento popular, durante as décadas de 1970 e 1980. Baseia-se principalmente nas entrevistas realizadas com intelectuais atuantes no período. Os entrevistados são os seguintes: José Ricardo Ramalho (cientista social, professor da UFRJ), José Sérgio Leite Lopes (antropólogo, professor do Museu Nacional – UFRJ), Ana Clara Torres Ribeiro (socióloga, professora do IPPUR/UFRJ), Ricardo Antunes (sociólogo, professor da UNICAMP), Arnaldo José França Mazzei Nogueira (cientista social, professor da USP), Iram Jácome Rodrigues (sociólogo, professor da USP), José Álvaro Moisés (cientista político, professor da USP), Vera da Silva Telles (socióloga, professora da USP), Pedro Jacobi (sociólogo, professor da USP), Maria da Glória Gohn (socióloga, atualmente professora do Centro Universitário Nove de Julho, em São Paulo), Kazumi Munakata (filósofo e historiador, atualmente professor da PUC/SP) e Valderi Antão Ruviano (cientista social, ex-professor universitário e ex-assessor da CUT e de outras organizações populares em São Paulo). Além disso, utilizei outras fontes, sejam primárias (como memoriais de alguns desses professores, para concursos em universidades) ou secundárias (entrevistas já publicadas de outros intelectuais). Como já ressaltado no início do capítulo 2, as precauções metodológicas pertinentes estão explicitadas na Introdução desta tese. A complexa trajetória dessa parcela do campo intelectual brasileiro é desenvolvida especialmente a partir dos usos das categorias “novo sindicalismo” e “novos movimentos sociais” – esta última quando relacionada aos movimentos sociais urbanos emergentes a partir dos anos 1970, razão pela qual sua utilização é bem mais matizada e menos explícita, convivendo com outras expressões, tais como “reconstrução do movimento popular” e correlatas. De qualquer maneira, a ênfase no “novo” no campo popular, em maior ou menor grau, era algo que havia de comum entre estudiosos do sindicalismo e de movimentos sociais urbanos.

A abordagem das trajetórias individuais de intelectuais está vinculada prioritariamente às temáticas do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos, seja para investigá-los, seja para assessorá-los, seja apostando politicamente neles. Objetiva-se, aqui, a partir das citadas trajetórias individuais, expor alguns elementos comuns a gerações e círculos intelectuais atuantes nos anos 1970/80, notadamente de cientistas sociais (mas não só), que identificavam no movimento sindical e nos movimentos sociais urbanos uma novidade histórica no contexto da sociedade brasileira.

Busco articular tais trajetórias intelectuais a partir de três questões muito simples: porquê eles se interessaram pelos movimentos de setores populares; de que maneiras deram vazão a esse interesse e desenvolveram suas investigações e reflexões; e de que formas elaboraram ou utilizaram conceitos como “novo sindicalismo”, “novos” movimentos sociais urbanos e outros correlatos.

3.1 Motivações

Não foram muito diversificadas as motivações que levaram intelectuais a estudarem e/ou se aproximarem dos renascentes movimento sindical e movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 80. Majoritariamente foram de ordem política, militante mesmo, como no caso do filósofo e historiador Kazumi Munakata, um dos pioneiros na retomada de estudos sobre o movimento operário que ressurgia no período:

“O motivo de ir para filosofia não é nenhum motivo filosófico não. É que no final do meu colégio já estava tendo uma certa militância política e a filosofia da USP era o lugar do meio estudantil em que eu achava que tinha melhor discussão política. (...) Então, era uma coisa mais natural em decorrência da minha militância. Se bem que a minha graduação já foi fora da militância, porque eu tinha sido preso em 71 e a minha organização simplesmente desapareceu. E por toda essa formação política (...) o tema natural para mim era estudar operários, movimento sindical. Mas como o partido, a organização, era uma coisa ligada ao movimento operário, que acredita, acreditava que o movimento

operário era o sujeito da Revolução, então claro que o meu tema era esse.”¹

O clima político radicalizado da época, que incluía ditadura militar, luta armada, auto-crítica da esquerda, etc., confluía para levar jovens universitários a optar, no interior da Academia, por temas que dessem vazão a suas curiosidades políticas e a suas vontades militantes. Era o caso de Vera da Silva Telles, que pertencia a uma família tradicionalmente intelectualizada e politizada em São Paulo, e que foi fazer ciências sociais na USP:

“Eu fui criada para entrar na universidade. Era um período muito, muito politizado. (...) Mas a minha família inteira tava metida nisso. (...) Minha mãe era historiadora, meu pai na época era casado com uma artista plástica, mas ambos convivendo com uma turma de esquerda. Muito jornalista, gente de teatro... Mas, enfim, essa coisa... era o ambiente que se respirava, né? (...) então eu entrei em ciências sociais. (...) Eu entrei porque entrei, porque acho que... era um pouco... a época. (...) Eu entrei porque eu era uma militante, né? (...) Bom, o clima que eu entrei, na verdade... é, porque dizem que eram os ‘anos de chumbo’, os chamados ‘anos de chumbo’: professor que sumia, polícia que entrava em sala de aula pegando colegas, a universidade cercada... Então, era uma coisa... era meio inescapável, né? Tinha um colega, tal, que começou a fazer minha cabeça, aquela coisa que se fazia na época, e eu fui parar na periferia. (...) Então em 72 eu fui dar aula em um colégio primário no fundo da Zona Sul paulista. É uma região que, ainda hoje, é muito longe. (...) Eu fui dar aula em primário, pra criança. E nunca gostei de criança, mas na verdade era – não que eu tivesse alguma vocação pra isso, muito pelo contrário, eu detestava aquilo – mas que era a maneira que eu tinha de entrar num bairro – entendeu? – onde tinha uma associação de moradores, enfim, me levaram... E na verdade eu tive a sorte, (...) acredita, uma coisa (...) de acompanhar o começo do comecinho, do comecinho, do comecinho das famosas Comunidades Eclesiais de

¹ Entrevista a mim concedida por Kazumi Munakata, em abril de 2006, em São Paulo/SP.

Base. (...) vim do colégio de freira, louca pra conhecer gente de esquerda, mas bobinha, completa bobinha.”²

Indagada sobre essa “ida ao povo”, a saída do movimento estudantil e a busca pelo movimento operário e popular, que caracterizava comumente a militância do período, Vera da Silva Telles afirma:

“Já me fizeram essa pergunta e eu não sei porquê. No começo dos anos 70, era uma coisa que tava tão posta, né? Sabe? Era um pouco... eu acho que eu fiel à minha geração. Eu acho que foi um pouco isto. Eu acho que eu estive à altura da minha época, nesse sentido de um certo engajamento. Mas, vamos dizer, eu nunca consegui me engajar no movimento estudantil. Aquilo lá me irritava, me intimidava. E sou tímida em público. Então, aquele movimento estudantil me intimidava, eu achava muito agressivo, né? E eu nunca entrei. Vamos dizer, eu poderia ter tido como escolha, como tantos da minha época, ter entrado em outras militâncias. Porque que eu fui parar no Jardim Jacira, entendeu? Eu tomava três ônibus pra chegar lá, entendeu? (...) sempre achei muito penoso conviver com a esquerda.”³

A opção política e intelectual pela busca da compreensão dos movimentos protagonizados pelas classes populares, bem como pela busca do estabelecimento de parcerias com tais movimentos, pareciam vir acompanhadas de uma recusa não só política, mas também existencial, do universo mais restrito e mais elitizado do movimento estudantil e de uma esquerda intelectualizada vanguardista, “auto-centrada” mesmo.

Havia como que um incômodo com a distância, reparada por muitos jovens militantes de formação universitária, entre o pequeno mundo da política de esquerda e a muito maior realidade desigual e “despolitizada” dos setores subalternizados da sociedade brasileira.

“Eu me perguntava, especialmente, porque o Brasil era do jeito que era e foi assim que, inspirado no exemplo de meus mestres

² Entrevista realizada com Vera da Silva Telles, em 21/10/2006, em São Paulo/SP.

³ *Idem.*

(...) formulei as minhas primeiras indagações sobre as origens sociais e culturais de estruturas tão hierárquicas, tutelares, autoritárias e desiguais no Brasil contemporâneo. Eu queria entender o Brasil e, principalmente, saber – até onde fosse possível através do estudo e da pesquisa –, porque somos o que somos e porque custamos tanto para mudar.”⁴

Prossigo com José Álvaro Moisés, que fez ciências sociais e ciência política na USP, tendo como professores Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, entre outros:

“Então, eu, digamos, me inclinei pela sociologia e pela ciência política porque desde, digamos, esse período de militância, a questão que se colocava pra mim era explicar, ou melhor, entender a sociedade brasileira. A indagação que apareceu com o golpe militar era porque a sociedade brasileira, com as suas tradições, seu processo de formação a partir da colonização extremamente complexa, contraditória, do qual, provavelmente, o escravismo foi a marca mais importante do ponto de vista social, o elemento mais importante de formação da sociedade, porque que essa sociedade, digamos, não produziu uma resistência mais ativa contra a ditadura e a tutela militar. A minha indagação intelectual nasceu disso e a razão pela qual eu quis fazer ciências sociais e depois as pesquisas que eu fiz estão muito ligadas a essa origem.”⁵

Abordando algumas questões de modo próximo a Moisés, bem como descrevendo o clima político do período, há o relato de Pedro Jacobi:

“E em 78 eu entrei no doutorado aqui nas ciências sociais – nessa época eu já era professor da Fundação Getúlio Vargas – e aí eu escolhi o tema dos movimentos sociais. Mas eu escolhi por quê? (...) me interessava a problemática urbana, a temática da

⁴ MOISÉS, José Álvaro - **Memorial de Atividades Apresentado para Concurso para Provimento de Cargo de Professor Titular no Dptº de Ciência Política da USP**, São Paulo, 2000, p. 2.

⁵ Entrevista a mim concedida em 25/04/2006, em São Paulo/SP.

organização social, da organização popular e também algo que estava questionando o status quo, o sistema autoritário no qual a gente vivia. (...) muita gente estava na faculdade fazendo trabalho de base (...) aparecia claramente educação de base, educação popular, tudo isso estava... em São Paulo estava efervescendo. Efetivamente havia uma efervescência, assim como no Rio também havia uma efervescência e outros lugares também: Recife, Salvador, mesmo Belo Horizonte depois (...), e havia efetivamente uma efervescência. O tema era um tema, digamos, de luta contra o status quo; e [se tratava de] organização popular efetivamente, porque era (...) diferente do movimento sindical, ou seja... (...) [havia] uma situação extrema, digamos, da carência, da falta... Eu diria que a realidade social na época nos chamou, nos mobilizou (...). Eu diria que várias das pessoas que se envolveram com essa temática estavam envolvidas pelo político, pelo ideológico e alguns pela opção mesmo de transformação social, que seria o meu caso. Não junto ao movimento, eu não estava envolvido com o movimento. Eu teria uma razão, justificando isso, que eu não sou brasileiro, né?”⁶

As ciências sociais apareciam como um caminho possível para responder a essas questões intelectuais, tão politizadas, bem como talvez fornecer meios para novos desdobramentos em termos de militância. Como relata Maria da Glória Gohn, que estudou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e na USP:

“Era, assim, uma verdadeira febre o curso de ciências sociais. Então acho que foi esse clima político, né? Eu sempre tive, assim, uma paixão pela política. (...) Eu tive... primeiro, a época de graduação que eu fiz, foi um momento político muito rico na história do país, que foi 66 a 70. Então toda aquela movimentação, mobilização, a gente não via e não acompanhava: a gente sentia e vivia. Não era alguma coisa, assim, pelo rádio ou pela televisão não. Sentia e vivia. (...) A localização da Escola [de Sociologia e Política

⁶ Entrevista por mim realizada em abril de 2006, em São Paulo/SP.

de SP], pelo fato de que ela era numa rua a duas quadras da Maria Antônia [onde ficava o curso de ciências sociais da USP], (...) a USP ainda.... a filosofia ainda não tinha ido lá pra Cidade Universitária, então tudo acontecia era por ali. A sociologia e política... então primeiro acho que esse cenário político foi interessante. Tinha vários alunos que vinham para o Brasil naquele tal programa “Ponto 4”, que depois... existem registros que nesse programa vinham também alguns agentes da CIA ou coisa parecida e que estavam lá como alunos, oficialmente.”⁷

Alguns intelectuais já vinham com uma trajetória significativa em movimentos e organizações políticas de esquerda, como era o caso de Iram Jácome Rodrigues. Algo que se dava no contexto de tantos desejos de mudanças radicais, tão fortes na transição dos anos 60 para os 70 e tão impactantes em termos existenciais:

“(...) esse negócio de leitura eu faço desde a época do colégio. Eu sempre estudei muito, sempre li muito desde criança. (...) Enfim, eu gostava muito de literatura. À época, quando eu vim pra Brasília, eu gostava muito de cinema, nós fazíamos seminários sobre Cinema Novo, assistimos todos os filmes, sobre música popular, enfim, sobre literatura. Havia uma efervescência muito grande em 66, 67, 68, quer dizer, a gente dormia muito pouco, lia muito, enfim, era um... eu acho que isso era um... de minha parte eu diria, eu posso dizer, que foi a época mais feliz que eu vivi. Foi a melhor época da minha vida... socialmente a gente tinha uma percepção muito grande das coisas. Uma sensibilidade, não percepção, uma sensibilidade muito grande do ponto de vista social. (...) nós organizamos um grupo no curso de história [ainda no 2º grau] (...) que chamava Carcará, justamente com essa visão crítica...”⁸

Essa sensibilidade social mais ampla e generosa costumava engendrar uma trajetória militante que extrapolava o mundo estudantil em direção ao mundo operário-popular, como já

⁷ Entrevista por mim realizada em abril de 2006, em São Paulo/SP.

⁸ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP.

visto. E esse tipo de trajetória muitas vezes encontrou a possibilidade de uma carreira em ciências sociais, um casamento muito adequado na época:

“Eu entrei na Universidade em 69, na Universidade de Brasília, fui preso em 70, Aí novamente fui preso em 72. Eu voltei a estudar, na verdade, somente em 75. Mas aí ... na UNB. Mas aí não me adaptei (...) não me adaptei mais. Os colegas todos tinham saído, os tempos eram outros, as pessoas... você fica meio marcado, enfim, essas coisas todas. E depois disso eu saí e vim para São Paulo em 76. (...) na época... eu em Brasília fazia economia. Aí quando vim para São Paulo acompanhando as coisas todas, eu acabei optando pelas ciências sociais por um fato bem prosaico. Eu assisti alguns professores, acho que em 77, se não me falha a memória agora. A SBPC [trata-se da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] foi na PUC. Aí o Octavio Ianni, o próprio Fernando Henrique, o Weffort (...), eu fiquei bastante impressionado com aquilo. Que eu tinha mais ou menos uma idéia... aí resolvi fazer ciências sociais, porque no fundo o que eu estava querendo era pensar a experiência que eu tinha vivido, de proximidade com a luta operária aqui em São Paulo também, enfim, com os meus camaradas, etc. Então, seria um pouco me afastar da militância política e tentar pensar, digamos, essa prática. Você se debruçou sobre uma prática, sobre... a experiência, no fundo, você acha que vai pensar a sua experiência, a experiência daqueles que estão vivendo com você, digamos assim, de uma geração, a partir do estudo, da leitura, etc. Quer dizer, da reflexão sobre aquilo que você vivia.”⁹

Os professores e pesquisadores da USP e do CEBRAP constituíam um pólo de atração para militantes mais ou menos intelectualizados. Quando emergiu a movimentação sindical no ABC paulista, essa atração pela sociologia tornou-se ainda maior, especialmente porque configurada enquanto uma sociologia dos trabalhadores e seus movimentos:

⁹ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP.

“Mas eu pesquisei, quer dizer, voltei a estudar, porque justamente foi em 78 esse período. Quer dizer, as greves, eu tinha uma relação muito grande, participava no apoio aqui com tantos outros colegas, amigos e companheiros, no apoio à Oposição Sindical dos metalúrgicos de São Paulo, que é uma das vertentes do novo sindicalismo. Quer dizer, indo, apoiando na coisa das eleições, distribuindo panfleto nas madrugadas, nas fábricas. Então, tudo isso... eu tinha uma relação muito grande com setores expressivos, eu diria, do movimento operário em São Paulo. E então, essa questão no fundo... quer dizer, a ida pra universidade foi uma forma de refletir sobre essa temática. Quer dizer, mantendo... quer dizer, me distanciando do cotidiano, de certa forma, e tentando pensar essa prática, fazendo essa reflexão, etc.”¹⁰

Valderi Antão Ruviaro (o já mencionado Valdo), também radicado em São Paulo, oriundo do Rio Grande do Sul (onde fez faculdade de filosofia em Ijuí, tendo estudado com o também antes citado Cândido Grzybowski, que se fixaria no Rio de Janeiro), igualmente passou por significativas experiências políticas antes de se dedicar integralmente ao movimento operário e popular. Sua origem social era mais humilde, era um entre dez filhos. Valdo e duas irmãs conseguiram entrar para a universidade:

“(...) com duras penas, né? Assim... as duas meninas saíram, tal, foram estudar. Depois meu pai e minha mãe mudaram para uma cidadezinha pequena, então tiveram acesso mais a escola, fizeram Normal [antigo 2º grau]. Aí uma irmã minha fez aqui na PUC [de São Paulo]. Se formou em sociologia, ciências sociais aqui. E a outra é formada em inglês, professora de inglês. O restante foi muito diversificado. Até os 15, 20 anos todo mundo praticamente pegou a roça. (...) tem dez filhos, dez irmãos, o último tinha oito anos quando foi pra cidade. Mas depois cada um foi mais ou menos para um caminho. O mais velho foi, por exemplo, caminhoneiro, viajava pelo mundo. O outro trabalhava com produto farmacêutico, o mais novo.

¹⁰ Entrevista a mim concedida por Iram Jácome Rodrigues em abril de 2006, em São Paulo/SP.

Um outro meu irmão abriu uma loja (...). Uma irmã que é costureira. Das duas irmãs que estão morando em Porto Alegre – são ótimas, aliás, as duas, ótimas – uma casou, tal, não gostou, separou, tal, foi pra prostituição, viveu numa boa. Sabe assim, numa legal mesmo. E a outra também. Problema nenhum. Minha mãe, aliás, era muito compreensiva. Meu pai não.”¹¹

Como outros intelectuais, sua atuação iniciou-se no movimento estudantil, mas cedo conciliou os estudos e a vida profissional com movimentos fora desse ambiente mais restrito. Depois de participar de atividades ao estilo do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, atuou quase clandestinamente em favelas de Porto Alegre, junto a pastorais operárias. Veio então para São Paulo, para estudar, trabalhar e, como não poderia deixar de ser, militar:

“Eu, de fato, optei por sociologia rural e urbana pelos estudos e simpatia com a área... a questão de classe, a questão rural, a questão de classe operária e urbana, né? (...) Eu fiz na USP. (...) Eu fiz esse curso e eu não completei. Minha tese, inclusive, eu já tinha escrito minha tese. Aliás, eu ia fazer diretamente o doutorado, pulando o mestrado.”

Ele fazia mestrado orientado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, uma das mais antigas e importantes professoras e pesquisadoras da USP na área de ciências sociais; ao mesmo tempo, trabalhava como pesquisador ao estilo *free-lancer*, em outros lugares:

“Ela é área rural, né? O Centro... CERU, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Mas eu não completei a tese porque quando eu estava em Rondônia nessa outra pesquisa, veio uma determinação do Ministério da Cultura¹² da ditadura que dizia o seguinte: ‘olha, quem está fazendo pós-graduação tem ‘x’ tempo, quem não [cumprir o prazo] tá fora’. (...) Eu não lembro nem qual foi o decreto. (...) E aí eu falei pra Maria Isaura: ‘Olha, Maria Isaura, eu não vou deixar a pesquisa. Toca o barco e se perder,

¹¹ Entrevista a mim concedida por Valderi Antão Ruviaro, Valdo, em fevereiro de 2006, em São Paulo/SP.

¹² O entrevistado certamente refere-se ao então Ministério da Educação e Cultura – MEC.

perdeu, então ponto final”. E não concluí mesmo. Não concluí minha tese. A Maria Isaura já tinha feito todas as observações, tal. Tá até hoje lá engavetada e arquivada, né?”¹³

Apesar desse percalço, Valdo tornou-se professor e, paralelamente, militante e assessor sindical na Grande São Paulo:

“Eu sempre trabalhei em faculdades particulares, não foi pública não. Metodologia científica, cultura brasileira e antropologia cultural. (...) Eu trabalhei no ABC. (...) Aliás, morava em São Paulo. (...) Então o pessoal precisava de gente que fosse formada e que tivesse, no mínimo, a graduação...”¹⁴

Outros futuros estudiosos do movimento sindical eram militantes de dissidências internas do PCB que, crescentemente, eram influenciadas pelo novo protagonismo operário e sindical representado pelo ABC paulista e pelas oposições sindicais paulistanas, especialmente os metalúrgicos. Bom exemplos desse tipo de trajetória são Ricardo Antunes e Arnaldo José França Mazzei Nogueira. O primeiro relata como se deu seu interesse pela área de ciências humanas:

“(...) eu fiz um cursinho pré-vestibular. Que era ligado, de certo modo, ao pessoal de esquerda, crítico, da Faculdade de Economia da USP. E o cursinho despertou... acentuou uma tendência que eu tinha, muito embrionariamente antes, de estudar história. Então, no cursinho me deu um clique de que eu queria trabalhar com a história. Quando eu entrei na FGV [Fundação Getúlio Vargas de São Paulo] no primeiro ano, como eu tinha que trabalhar, meus pais não tinham condições de me sustentar mais e tal, eu comecei a dar aula em cursinho de história do Brasil. Então, na verdade, muito rapidamente eu percebi na FGV... enfim, ao longo aí do segundo ano provavelmente, que o meu negócio era estudar ciências humanas e não ciências... e não administração no sentido das empresas. Ajudou

¹³ Entrevista a mim concedida em fevereiro de 2006 em São Paulo/SP.

¹⁴ *Idem*.

muito nisso também – claro! – eu diria que, talvez, foi decisivo – que na FGV São Paulo o curso de administração pública tinha uma carga muito grande, muito positiva de sociologia, ciência política, economia e história. Tá certo? E direito também, do trabalho. (...) No meio desse percurso eu fiz vestibular pra USP pra filosofia e comecei a fazer filosofia na USP. Só que isso foi em 73, 74. Era um período terrível da ditadura militar.”¹⁵

A seguir, Ricardo Antunes aponta porque, ao nível de pós-graduação, passou a se dedicar aos estudos sobre trabalho, trabalhadores e movimento sindical, já no campo das ciências sociais:

“Eu comecei a ter uma primeira militância política quando entrei na faculdade, em setenta e... eu entrei em 72... meados de 73, 74, quando eu comecei... então, estava dando aula. Primeiro em cursinho, depois eu comecei a dar aula em colégios. Quando eu acabei minha tese [dissertação de mestrado, sobre classe operária brasileira nos anos 1930] em 80 eu acabei decidindo por continuar. O ABC tava no apogeu das greves do ABC, entende? Depois veio um ciclo de greves muito importantes em 78, 79 e 80. A greve de 80 foi muito reprimida e houve um debate muito profundo: ela foi vitoriosa, ela foi derrotada. E eu entrei nesse debate. (...) Foi uma imposição da época, digamos assim.”¹⁶

Arnaldo José França Mazzei Nogueira, que seria orientando de Ricardo Antunes no mestrado e doutorado, tem uma trajetória similar em termos políticos, e mesmo acadêmicos. Ele também se graduou em administração de empresas, mas não na FGV/SP como Ricardo Antunes, mas sim na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), onde inclusive iniciou sua militância estudantil:

“Estudei em escola pública até o colegial. No Experimental da Lapa, que era uma escola aqui em São Paulo de uma linha

¹⁵ Entrevista a mim concedida por Ricardo Antunes em 05/09/2006, em Campinas/SP. Ricardo Antunes acabou não cursando integralmente o curso de filosofia na USP.

¹⁶ *Idem.*

bastante experimental. (...) eu acho que me trouxe uma outra visão de mundo, uma visão mais integrada com a sociedade, com o valorizar a questão pública, a questão coletiva, eu tenho a impressão que isso marcou. Depois eu fui prum colégio de alta burguesia, uma escola de extração da classe média alta e da alta burguesia progressistas. Ligada aos padres canadenses. E acho que esse colegial representou uma certa continuidade. (...) como a FAAP era muito próxima da PUC, então a gente tinha relações entre os diretórios das escolas privadas. E foi aí, exatamente, o engajamento nessa primeira mobilização estudantil, que, não tenha dúvida, que começa uma aproximação com os partidos de esquerda, em particular o movimento comunista. O partido comunista, o chamado PCBão – né? – o PCB – né? –, que estava tentando se organizar também no movimento estudantil. (...) Dentro do PCB, mas também na margem do PCB, né? (...) tinha um encantamento você ler um documento clandestino...”.¹⁷

Seu interesse pelas ciências sociais também se deu por meio do curso de administração, bem como por influência de sua crescente militância política – militância essa que, por sua vez, não o satisfazia quando ainda adstrita ao movimento estudantil, como visto anteriormente na trajetória de Vera da Silva Telles:

“E o curso de administração de empresas, curiosamente, na formação tinha uma carga importante de sociologia aplicada, uma carga de metodologia, de psicologia, que levava a uma reflexão também. E eu falei ‘putz, que coisa interessante’. Assim como as matérias de economia. Eu já comecei a entrar em confronto com a ideologia da administração de empresas e a abraçar uma maior simpatia com as matérias de humanas e de ciências sociais. Tanto é que, antes mesmo de terminar administração de empresas, em 77, eu presto vestibular pra USP e entro em 77 a fazer o primeiro ano de ciências sociais. E aí eu acho que foi realmente a opção certa. (...) e

¹⁷ Entrevista por mim realizada com Arnaldo José França Mazzei Nogueira em abril de 2006, em São Paulo/SP.

falei: 'é aqui que eu vou trabalhar. É aqui que eu vou me desenvolver, aqui que vou desenvolver meu projeto intelectual'. (...) Porque, na verdade, aquela aproximação no movimento estudantil em primeiro lugar, pra mim era considerada insuficiente. A minha idéia era realmente estudar um pouco melhor a questão, conhecer um pouco mais as teorias políticas, as ciências sociais, os seus parâmetros, os partidos e as questões. Ou seja, onde é que eu ia encontrar isso? Era num curso de ciências sociais. (...) Então, é importante que quando eu entrei na ciências sociais na USP (...) – como eu tinha formação musical, era violonista – nós tínhamos um grupo de música nas ciências sociais que chamava a participação dos alunos. E que chamava 'Galo de Briga'. (...) o trabalho com música nas ciências sociais, na verdade, eles estavam chamando novos músicos porque a idéia seria fazer, através das músicas do Adoniram Barbosa e adjacências, um trabalho de conscientização nos meios urbanos, nas favelas, etc., com shows de música. (...) era um grupo ligado ao movimento cultural teatral nas ciências sociais. (...) a idéia era: através do trabalho musical cultural discutir temas sensíveis aos movimentos urbanos sociais e do trabalho. (...) isso foi fundamental, porque quando a gente montou o trabalho nós fizemos contatos e aí a idéia era percorrer as periferias fazendo show nas comunidades de bairro, nas comunidades de Igreja, não importava (...) Fizemos isso! Intensamente! Todo sábado e domingo. E aí fazia o show e depois discutia os temas do show. Então os temas do show falavam de desemprego, das moradias. Falava do morro, falava da favela. Eu tenho impressão que aí tem uma ligação muito curiosa – né? – que é esse lado musical cultural se engajando na luta popular pela consciência social e que tinha também um engajamento na idéia da mobilização política, que, naquele momento, centrava questões na luta pela democracia direta, pelas eleições diretas, pela democratização do país. Fundamental isso na formação, porque isso vai gerar, depois, (...) uma aproximação também com os movimentos populares urbanos. (...) no meu caso pessoal, eu tinha um incômodo muito grande do engajamento no movimento estudantil. Eu queria

um engajamento mais profissional. Já desde cara. Eu não estava subordinado necessariamente a nenhuma corrente estudantil pra fazer esse trabalho. Mesmo a minha aproximação com o PCB era uma aproximação mais de apoio às chapas que concorriam ao DCE, à UNE, aos centros acadêmicos, aos diretórios, do que um engajamento propriamente dito no grupo. (...) É como se a gente tivesse se descolando do movimento estudantil.”¹⁸

O ambiente intelectual carioca, da onde também partiam jovens estudantes rumo ao campo popular, suas experiências e movimentos nos anos 1970/80, mantinha similaridades e diferenças em relação ao seu homólogo paulista. Vejamos inicialmente o relato do antropólogo do Museu Nacional da UFRJ, José Sergio Leite Lopes, que vinha a ser filho do físico José Leite Lopes, tão importante na história do campo científico brasileiro.

“(...) entrei no Colégio de Aplicação da UFRJ. (...) Um colégio muito ativo, etc. Lá eu cheguei a participar de Jornal Mural, depois participei da redação do jornal do colégio, depois cheguei a ser diretor do jornal, essas coisas. E tinham essas atividades do grêmio, né? Muita atividade extra-classe, etc. E, na época, já tinha assim, uma coisa política de estar observando o que se passava naquele momento, nos anos 60, no início dos anos 60. Então tinha um interesse político, interesse pelas questões sociais, os problemas sociais e tal, né? Na época havia essa discussão. E, então, eu pensei em fazer economia. Uma pouco essa coisa que economia transforma o resto, etc. Economia política, essas coisas. E aí eu fiz vestibular pra economia na PUC [do Rio de Janeiro].”¹⁹

Como seu pai, José Leite Lopes, fora convocado para depor em um IPM (Inquérito Policial Militar) da ditadura militar sobre sua atuação no ISEB,²⁰ José Sergio Leite Lopes começou efetivamente o curso de economia na França:

¹⁸ Entrevista por mim realizada com Arnaldo José França Mazzei Nogueira em abril de 2006, em São Paulo/SP.

¹⁹ Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro.

²⁰ Inevitável registrar a ascendência familiar de natureza intelectual e política de José Sergio Leite Lopes. Não há como não se fazer uma homologia entre seu pai – participante do ISEB, um dos principais *loci* de atuação intelectual engajada e progressista no período populista da república brasileira – e ele mesmo – um destacado

“e depois voltei em outubro de 68 porque, como houve o maio de 68 na França, (...) as universidades ficaram em greve, paralisadas, etc., então o exame que seria em junho ficou retardado pra setembro, aí eu voltei em outubro de 68. (...) todo esse período de grande mobilização estudantil eu estava fora, embora acompanhasse de longe e tivesse amigos que estavam aqui, na UME (União Metropolitana dos Estudantes), outros na UNE... Quando eu voltei da França, então, eu me engajei nessa rede da UME, (...) na época já era final de 68, quer dizer, quando eu... eu cheguei no dia seguinte à queda de Ibiúna [local onde foi realizado um Congresso clandestino da UNE e seus participantes presos pelo regime autoritário]. Então já era um momento de declínio, de repressão. Depois, alguns meses depois, houve o AI-5. Mas eu procurei esses meus amigos, colegas antigos, e tinham umas redes de atividades. Mas era uma coisa, assim, mais grupo de estudos, grupos de estudos sobre marxismo, também se lia literatura brasileira sobre classe trabalhadora, aquela literatura que existia na época. Enfim, os grupos de estudo faziam algumas coisas, umas planfetagens, umas coisas desse tipo. E aí, logo depois, veio o AI-5. E durante 69, a PUC era uma espécie de refúgio. Uma universidade católica, uma universidade particular da Igreja Católica e tal. Enquanto a repressão se abatia no IFCS de então, que era na Marquês de Olinda e, enfim, na UFRJ em geral, etc., a católica era um certo refúgio. Tanto é que alguns professores cassados ficaram ainda na PUC, né? (...) Então, ali (...) houve muito movimento em 69. As lideranças também clandestinas da UNE baixavam lá para fazer reuniões, atividades, etc. Então, havia ali uma atividade grande em torno do diretório acadêmico de sociologia, de outros diretórios ali. (...) A gente fazia panfletos ou, sei lá, documentos e tal, né? Então cheguei a participar, nessa época, desses documentos, ali do diretório, etc. Depois, havia um... também... enfim, algumas redes, assim, clandestinas. Tinha um jornal

cientista social dedicado a interagir com os campos próprios e autônomos de movimentação popular (sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais, etc.), como tantos colegas seus de geração nos anos 1970 e 80. Pai e filho, cada um foi fiel à sua geração e a seu tempo. Por isso, também, exerceram tipos de engajamento diferentes.

chamado Resistência na época, que era um jornal clandestino, que era... acho que era ligado a uma coisa da dissidência do Partido Comunista da Guanabara do Rio de Janeiro e tal. E, então, cheguei a participar entre 69 e 70, por aí, esses anos aí, até 71, 72, quando foi desmantelado tudo...”.²¹

Simultaneamente a esse ambiente típico da esquerda – que se tornava armada – em enfrentamento com a ditadura militar, na transição dos anos 60 para os 70, surgiu a opção de uma carreira acadêmica em antropologia para José Sérgio Leite Lopes:

“(...) aí tinha sido aberto esse mestrado de antropologia social aqui no Museu, conhecia o Roberto Cardoso [de Oliveira, importante antropólogo brasileiro] – e me indicou, assim como o Afrânio Garcia, que era colega meu e que tinha tido um percurso semelhante, também tinha feito Colégio de Aplicação, fizemos um percurso semelhante, ele foi pra França também, nós acabamos fazendo esses dois anos lá e voltamos. (...) era, assim, uma opção mais remota pra mim, porque eu acho que iria pra sociologia, tava interessado nos problemas sociais, nos conflitos sociais. Eu sabia que tinha estudos sobre sociedades camponesas, sobre, enfim, sociedades tradicionais, etc. Então aquilo parecia ser uma coisa interessante. O próprio enfoque da antropologia, de fazer pesquisa prolongada e tal, isso vinha de encontro com uma coisa difusa que se via, de conhecer – né? – o povo brasileiro, as suas diferentes manifestações, sua diversidade, etc., que era mal conhecido. Então, antropologia social poderia dar instrumentos nessa direção, né? Além disso, eu conhecia pessoas que já estavam aqui. Por exemplo, Gilberto Velho, que foi colega do Colégio de Aplicação. Já estava aqui no Museu, então dava informações sobre o curso, falava bem, etc. E, também, o Moacir Palmeira [importante antropólogo e professor do Museu Nacional], que eu tinha encontrado na França.”²²

²¹ Entrevista por mim realizada com José Sérgio Leite Lopes, em 12/12/2006, no Rio de Janeiro.

²² *Idem.*

Ao mesmo tempo que partia para cursar uma pós-graduação, José Sergio Leite Lopes iniciou um trabalho como estagiário em economia na FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos – órgão público federal). Suas principais motivações e curiosidades intelectuais e políticas eram similares às de outros intelectuais já vistos antes: a necessidade de conhecimento aprofundado dos setores populares da sociedade brasileira, suas lutas e manifestações próprias e concretas.

“Eu fiz o mestrado trabalhando, quer dizer, eu trabalhava na FINEP, mas tinha licença pra estudar. (...) eu fazia os créditos no Museu... o Museu, na época, o programa de antropologia, funcionava na rua Dona Mariana, em Botafogo, numa casa (...) E eu tinha uma certa idéia de fazer pesquisa por esse lado, talvez com classe trabalhadora, talvez resquícios dos meus interesses sobre questão social (...) e também dessas... ou, talvez, dessas leituras, até desses grupos de estudos políticos e tal, que a gente fazia e tinha um certo interesse por classe trabalhadora industrial, classe trabalhadora e tal.”²³

Surgiu então a possibilidade de participar de uma pesquisa orientada por Moacir Palmeira no Museu Nacional, sobre *plantation* no Nordeste, em área açucareira de Pernambuco. Era o encontro da antropologia do campesinato e da Academia com um viés de esquerda que objetivava estudar trabalhadores e vinha desde a década de 60. Como relata e explica José Sergio Leite Lopes:

“E aí a gente foi fazer trabalho de campo em 1972, fevereiro de 72. Eu conheci Rosilene [Alvim] no Museu, ela já era aluna lá, foi da primeira turma, a primeira turma foi do segundo semestre de 68 e eu entrei no primeiro semestre de 70. Conheci ela lá e acabamos... começamos a namorar no final de 70. Aí ela foi pro Ceará, fez pesquisa, mas depois ela voltou e foi comigo pra Pernambuco, para esse grupo de alguns pesquisadores coordenados pelo Moacir. Fomos para Pernambuco e fizemos alguns contatos conjuntos, no

²³ Entrevista por mim realizada em 12/12/2006 no Rio de Janeiro.

Instituto do Açúcar e do Alcool, fizemos algumas visitas juntas. Inclusive, fizemos uma visita à usina de açúcar que depois estudei, no “Vapor do Diabo”, que foi (...) a dissertação de mestrado. E também foi uma visita coletiva do grupo lá. Depois o grupo se dispersou pros seus respectivos objetos e eu me interessei pela parte industrial das usinas (...). Eu acho que tem esse interesse anterior, que vem antes, desde antes de 64, das questões sociais, o subdesenvolvimento, (...) o problema da desigualdade, etc. E isso, na nossa geração que está terminando ou que está na universidade no entorno de 68, no pós-68, nos anos 70 com a ditadura, repressão, etc., você tem uma grande simpatia, vontade de estudar os setores populares, que são ausentes da cena na época e estão sendo uma incógnita, tão fora da cena. Então, você vê o que aconteceu antes, procura indícios do que está acontecendo embaixo, nessas classes populares. Tem toda essa utopia, também, da transformação por baixo, da transformação pela base, etc., e como é que isso pode se concretizar de fato, né? E a gente vai vendo também que a utopia vai, também, vai se esmaecendo também, na medida que é cheia de contradições (...) as coisas não são simples, (...) a coisa é complicada mesmo. (...). Então, a possibilidade de que se concretize uma associatividade forte e tal, não é uma coisa fácil de ser feita. Mas tem todo esse interesse mesmo, dado pela repressão... pelo fato também de não ter sido estudado antes de uma forma aprofundada, ou aquilo foi abortado, foi interrompido. Então tem todo esse interesse.”²⁴

Alguns dos futuros estudiosos de movimentos sociais urbanos e do movimento sindical eram jovens universitários com menor experiência política no movimento estudantil, como era o caso de Ana Clara Torres Ribeiro, que cursou ciências políticas e sociais na PUC/RJ:

“(...) eu conheci pessoas que já eram de esquerda, mais vinculadas com o Partido Comunista e comecei, então, a ler alguma

²⁴ Entrevista por mim realizada em 12/12/2006 no Rio de Janeiro.

coisa que me davam: ‘História da Riqueza dos Homens’ e outras coisas (...) passei, então, para sociologia, eu não sabia nem o que era exatamente sociologia. Me disseram que eu podia tentar sociologia e (...) entrei em sociologia em 64. Agora você imagina... (...) Saindo da música para sociologia em 64, sem saber onde estava entrando, (...) sem ter participado de movimento secundarista (...). Custei bastante a compreender toda complexidade daquele momento e tentar me posicionar dentro daquela complexidade. (...) A minha turma é uma turma muito querida e eu diria muito ativa. Uma turma que eu consigo sempre, com bastante afeto, lembrar os colegas. (...) Lygia Sigaud, Licia [do Prado] Valadares, Alice Rangel [de Paiva Abreu]. Temos o Antônio Calmon. Tem cineastas também, o Paulo Thiago... (...). Sergio Miceli também é da mesma turma. (...) Regina Morel também é da turma. Essa nossa turma é uma turma muito interessante, porque ela continuou trabalhando na área das ciências sociais de uma maneira muito ativa.”²⁵

Como já visto, vários desses intelectuais se espalharam por instituições acadêmicas no Rio de Janeiro - Lygia Sigaud no Museu Nacional, Alice Rangel de Paiva Abreu e Regina Morel no IFCS/UFRJ, Licia do Prado Valadares no IUPERJ - e mesmo em outros locais - Sergio Miceli se radicou e fez carreira em São Paulo.

Mas provavelmente a maioria desses intelectuais que se vincularam a movimentos sociais de extração popular possuía em sua experiência política original a militância estudantil, vinculada a grupos de esquerda marxista ou a setores cristãos politizados - católicos ou protestantes. Nesta última situação se encaixa o perfil de José Ricardo Ramalho:

“Quer dizer, eu estudei durante todo o tempo em colégios públicos. Esse período em que eu fui aluno do [Colégio] Pedro II foi um período importante em termos de formação política, porque coincidiu com o período da luta estudantil de 64 a 68. Então, não era estudante universitário ainda, era secundarista, mas nessa época nós éramos muito influenciados pelo movimento estudantil universitário,

²⁵ Entrevista de Ana Clara Torres Ribeiro, a mim concedida em 16/08/2006, no Rio de Janeiro/RJ.

né? Então, participei eu, meu irmão e outros amigos, participamos intensamente do processo todo, principalmente em 68 a partir da morte do Edson Luis e tal, no Calabouço. Nós éramos, digamos, a tropa secundarista que atuava nas passeatas e, enfim, participava dos comícios e das diversas passeatas, inclusive aquela famosa dos cem mil, nós estávamos todos lá. Nessa época, meu irmão, inclusive, num dos confrontos anteriores ao dos cem mil, ele foi baleado pela polícia militar, o que fez aumentar ainda mais a nossa participação nesse processo todo e tal. Enfim, antes de entrar pra universidade, e aí eu acho que isso teve uma importância e uma influência muito grande na escolha da universidade, (...) nós fazíamos parte de uma geração que queria mudar o mundo, queria transformar o mundo numa coisa melhor. (...) a conjuntura foi muito determinante, né? Além do que meu pai tinha, nessa época, se transformado em professor na UFRJ, de sociologia. Então as ciências sociais foram uma alternativa, uma mudança de vida muito forte – inclusive familiar, né? Teve conseqüências inclusive financeiras. E ciências sociais sempre apareceram – como até hoje, né? – um pouco assim como aquele tipo de curso que você pode pensar em transformações e tal.”²⁶

Mas o privilegiamento de um trabalho político-social junto a setores populares logo apereceria em sua trajetória, por conta de contatos propiciados por meio do movimento ecumênico engajado de que fazia parte, e que levou José Ricardo Ramalho a se focar no mundo sindical e do trabalho como seu objeto sociológico principal:

“(...) em função do trabalho de assessoria que eu estava fazendo na época, (...) na Baixada Fluminense, (...) – já tinha defendido minha tese de mestrado, estava iniciando o doutorado – em 81 houve uma greve da Fiat, que era uma greve lá na Baixada, em Xerém (...). E aí nós fizemos um dossiê, um “Aconteceu Especial” [publicação do CEDI] sobre a greve da Fiat. E nesse contexto de

²⁶ Entrevista por mim realizada com José Ricardo Ramalho, em novembro de 2006, no Rio de Janeiro.